

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Escola de Arquitetura**  
**Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - NPGAU**

**Daniel Henrique de Menezes Dias**

**COMO SURGE UM KILOMBO:** especulações a partir da trajetória quilombista do  
**Kilombo Souza**

**Belo Horizonte | 2023**

**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**Escola de Arquitetura**  
**Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e**  
**Urbanismo - NPGAU**

Daniel Henrique de Menezes Dias

**Como surge um kilombo: especulações a partir da**  
**trajetória quilombista do Kilombo Souza**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Frederico Canuto

Área de Concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço

Linha de Pesquisa: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo e suas relações com outras Artes e Ciências

Belo Horizonte  
2023







FOLHA DE APROVAÇÃO

**Como surge um kilombo: especulações a partir da  
trajetória quilombista do Kilombo Souza**

**DANIEL HENRIQUE DE MENEZES DIAS**

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 14 de agosto de 2023, pela Comissão constituída pelos membros:



Prof. Dr. Frederico Canuto - Orientador  
EA-UFMG



Prof. Dr. Cristiano Cezarino Rodrigues  
EA-UFMG



Profa. Dra. Gabriela Leandro Pereira  
UFBA



Padre Mauro Luiz da Silva  
MUQUIFU / Negricidades

Belo Horizonte, 14 de agosto de 2023.

À Marília e Rafael que precocemente  
fizeram do Orun morada.

# Agradecimentos

---

Agradeço primeiramente aos orixás, personificações vivas e dinamizadoras da vida, sem os quais nada seria possível. Láròyè, Èsù!; Ọṛẹ yeye ó, Oṣùn!; Êpa babá, Ọṣàlá!

Ao meu pai David que da impossibilidade fez possibilidade. Não há palavras de gratidão possível.

Ao Fred, orientador-amigo, que topou cruzar comigo esse oceano desafiador que é a produção de conhecimento. Obrigado pela paciência e dedicação em acolher minhas reflexões e questionamentos.

À Gabriela Leandro e Cristiano Cezarino pelos generosos e certos apontamentos na banca de qualificação. Indispensáveis conselhos para o avanço da dissertação.

À Alicia Penna, amiga-poeta-professora, com quem nos idos do Escritório de Integração, aprendi que a produção do espaço é uma questão vital. Obrigado pela disponibilidade, desde as conversas nos corredores do 47, em responder minhas questões difíceis. Agradeço pelas sugestões e conselhos dados nos idos da escrita de um tímido projeto de pesquisa que ao final se conformou na presente dissertação.

À Priscila Musa por todas as trocas e por apresentar novas águas navegáveis (ainda que sem bóia) e a Patrícia Brito pela engenhosidade, carinho e afeto depositado no cotidiano. Agradeço ao professor Lou pelas desafiadoras e divertidíssimas discussões possibilitadas pelas disciplinas de estágio docência.

À Amanda Sicca pela indispensável ajuda na produção das colagens.

À Társila pela generosidade que só é possível de quem nos ama. À Irany pela criteriosa revisão ortográfica.

Aos amigos, em especial Ana Luiza, Nathália, Bira e Jon.

À Amanda Ramalho pela incondicional e acolhedora disponibilidade.

À memória de Elisa e Petronillo.

À Gláucia Martins, Ione de Oliveira e Makota Kidoialê. Ao Kilombo Souza e a todas as demais comunidades kilombolas e tradicionais, com quem muito aprendi e venho aprendendo.

À minha família de Ásé, o Ilê Ásé Sòpònnòn, com quem aprendi em parte o sentido da ancestralidade. Ao meu Bàbálórìsà Eduardo Gomes e à Alessandra Gomes, pelos aprendizados e sabedorias compartilhados no tempo espiralar.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior - Brasil (Capes) - Código de Financiamento 001

A partir de um encontro que seu deu no contexto de elaboração de um estudo que resultaria no dossiê de registro do Kilombo, Família Souza, enquanto Patrimônio Cultural e Imaterial do município de Belo Horizonte, uma relação entre o autor e a perspectiva identitária quilombola foi formulada. A partir dessa relação de reconhecimento que se deu em um trabalho técnico, questões relacionadas a trajetória do Kilombo Souza foram suscitadas: como surge um quilombo? O que essa trajetória e experiência quilombola significou e significará para além dos registros documentados em arquivos institucionais (fotográficos, documentais, cartográficos, pessoais etc) que dizem necessariamente sobre uma resposta ao poder e violência? Nesse sentido, a dissertação pretende a partir de um exercício especulativo refletir a partir do processo de certificação técnica da família Souza enquanto remanescente de quilombo, sua patrimonialização e os possíveis desdobramentos que se deram a partir desse processo de apropriação política do quilombo enquanto uma identidade.

**Palavras-chave:** 1. fabulação crítica; 2. especulação; 3. quilombo; 4. quilombo família souza; 5. belo horizonte; 6. curral del rey.

A partir de un encuentro que tuvo lugar en el contexto de la elaboración de un estudio que resultaría en el expediente de registro de Kilombo Família Souza como Patrimonio Cultural e Inmaterial del municipio de Belo Horizonte, se formuló una relación entre el autor y la perspectiva identitaria quilombola. A partir de esta relación de reconocimiento que ocurrió en un trabajo técnico, surgieron cuestiones relacionadas con la trayectoria de Kilombo Souza: ¿qué significó y significará esta trayectoria y experiencia quilombola más allá de los registros documentados en archivos institucionales (fotográficos, documentales, cartográficos, personales, etc.) que necesariamente hablan sobre una respuesta al poder y la violencia? En este sentido, la disertación tiene como objetivo, a través de un ejercicio especulativo, reflexionar sobre el proceso de certificación técnica de la familia Souza como remanente de quilombo, su patrimonialización y las posibles implicancias que han surgido de este proceso de apropiación política del quilombo como identidad.

Palabras clave: 1. fabulación crítica; 2. especulación; 3. kilombo; 4. kilombo família souza; 5. belo horizonte; 6. curral del rey.

## ABSTRACT

---

From a meeting that took place in the context of developing a study that would result in the dossier for the registration of Kilombo Família Souza as Cultural and Intangible Heritage of the municipality of Belo Horizonte, a relationship between the author and the quilombola identity perspective was formulated. Based on this recognition relationship that occurred in a technical work, questions related to the trajectory of Kilombo Souza were raised: How does a quilombo emerge? What did this trajectory and quilombola experience mean and will mean beyond the documented records in institutional archives (photographic, documentary, cartographic, personal, etc.) that necessarily speak about a response to power and violence? In this sense, the dissertation intends, through a speculative exercise, to reflect on the technical certification process of the Souza family as a quilombo descendant, its patrimonialization, and the possible developments that have emerged from this process of political appropriation of quilombo as an identity.

**Keywords:** 1. critical fabulation; 2. speculation; 3. kilombo; 4. kilombo família souza; 5. belo horizonte; 6. curral del rey

## LISTA DE FIGURA

<b>Figura 01</b>	Tabela População Curral Del Rey em 1816	pág. 32
<b>Figura 02</b>	Atualização da Certidão de Batismo Petronillo de Souza	pág. 65
<b>Figura 03</b>	Raíz História do Manzo Ngunzo Kaiango	pág. 78
<b>Figura 04</b>	Árvore Genealógica do Kilombo Família Souza	pág. 80
<b>Figura 05</b>	Árvore Genealógica do Kilombo Família Souza	pág. 82
<b>Figura 06</b>	Árvore Genealógica Técnica	pág. 84
<b>Figura 07</b>	Desenhos gerados a partir da Oficina de Mapas Mentais. Elaborado por quilombolas (Gislene Martins, Rogério e Elizabeth)	pág. 121

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b>	Esquema das cidades (mocambos) de Palmares e sua capital	pág. 138
------------------	--	----------

## LISTA DE CARTOGRAFIAS

<b>Cartografia 01</b>	Planta Geral da Cidade de Minas aprovada em 1895 pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), 1895	pág. 26
<b>Cartografia 02</b>	Relação de moradias e moradores no Kilombo Souza	pág. 75
<b>Cartografia 03</b>	Mapa Mental Kilombo Família Souza	pág. 124
<b>Cartografia 04</b>	Fases Espaciais	pág. 126
<b>Cartografia 05</b>	Figura-fundo: Análise tipomorfológica do Kilombo Souza	pág. 131



## LISTA DE FOTOGRAFIAS

<b>Especulação 01</b>	A Igreja de Senhora de Santana é também Kilombo Souza	pág. 48
<b>Especulação 02</b>	Curral Del Rey de Maria, Belo Horizonte dos Souza	pág. 49
<b>Especulação 03</b>	Liberdade é o Rancho de Maria	pág. 50
<b>Fotografia 01</b>	Cafua que existiu na Rua Santana, local que hoje ficaria nas proximidades dos fundos das Secretarias do Interior e da Viação e Obras Públicas	pág. 29
<b>Fotografia 02</b>	Casebre da extinta Rua de Congonhas, em local hoje situado entre a Praça 12 de outubro e o Ginásio Arnaldo	pág. 30
<b>Fotografia 03</b>	Rancho Velho da papuda. Existiu pouco abaixo do local em que se acha hoje o Palácio da Liberdade, nas proximidades da atual Rua Sergipe	pág. 35
<b>Fotografia 04</b>	Extinta Capelinha de Santana, que existiu na Rua de Santana, no local que hoje fica atrás das Secretarias do Interior e de Viação e Obras Públicas	pág. 38
<b>Fotografia 05</b>	Caboclo João Evangelista, a sentinela de Senhora Santana	pág. 42
<b>Fotografia 06</b>	A antiga Capela do Rosário dos Homens Pretos foi demolida em 1895 para a abertura das Ruas Guajajaras, Bahia e Avenida Álvares Cabral	pág. 46
<b>Fotografia 07</b>	Capela Curatorial Nossa Senhora do Rosário, 1897	pág. 47
<b>Fotografia 08</b>	Elisa de Souza em 1927	pág. 53
<b>Fotografia 09</b>	Petronillo construindo a Catedral de Boa Viagem	pág. 61
<b>Fotografia 10</b>	Conjunto de registros fotográficos da oficina de construção da Árvore Genealógica desenvolvida pela cientista social Nicoli Sabino	pág. 83
<b>Fotografia 11</b>	Croqui gerado a partir da Oficina de Mapa Mental. Elaborado por quilombolas sob base PRODABEL	pág. 123
<b>Fotografia 12</b>	À esquerda Dona Luiza do Quilombo dos Luízes durante o processo de formação no Cerbambu	pág. 156

<b>Fotografia 13</b>	À direita Vinicius e Igor durante o processo de formação no Cerbambu	pág. 156
<b>Fotografia 14</b>	Ibejis-bambuzeria Quilombo Mattias	pág. 157
<b>Fotografia 15</b>	Bambuzeria Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango	pág. 157
<b>Fotografia 16</b>	Bambuzeria da COmunidade Quilombola de Mangueiras	pág. 157
<b>Fotografia 17</b>	Bambuzeria do Quilombo dos Luízes	pág. 157
<b>Fotografia 18</b>	Bambuzeria do Kilombo Família Souza	pág. 157

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>ACBST</b>	Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza
<b>ADE</b>	Área de Diretriz Especial
<b>ART.</b>	Artigo
<b>CERBAMBU</b>	Centro de Referência do Bambu e das Tecnologias Sociais
<b>CCNC</b>	Comissão Construtora da Nova Capital
<b>CDPCM-BH</b>	Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte
<b>CEDEFES</b>	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
<b>CEP</b>	Código de Endereçamento Postal
<b>CF.</b>	Conferir
<b>DÉC.</b>	Década
<b>DPCA</b>	Diretoria de Patrimônio Cultural e Arquivo Público
<b>DOU</b>	Diário Oficial da União
<b>FESTAC</b>	Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas
<b>FLS.</b>	Folhas
<b>FCP</b>	Fundação Cultural Palmares
<b>GEFAU</b>	Gerência de Fomento à Agricultura Familiar e Urbana
<b>IEPHA</b>	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>IPTU</b>	Imposto Predial e Territorial Urbano
<b>MNU</b>	Movimento Negro Unificado
<b>MUQUIFU</b>	Museu dos Quilombos e Favelas Urbanas
<b>MTST</b>	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
<b>Nº</b>	Número
<b>N.P</b>	Não Paginado
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>NPGAU</b>	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
<b>PBH</b>	Prefeitura de Belo Horizonte
<b>PE.</b>	Padre
<b>PRODABEL</b>	Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte
<b>PUC Minas</b>	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

<b>SMASAC</b>	Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>SUSAN</b>	Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
<b>UFF</b>	Universidade Federal Fluminense
<b>UFMG</b>	Universidade Federal de Minas Gerais
<b>UFRJ</b>	Universidade Federal do Rio de Janeiro
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>UNICAMP</b>	Universidade Estadual de Campinas
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

---

<b>01</b>	<b>EXCURSO 01: POLÍTICAS DE ESCRITA .....</b>	<b>15</b>
<b>02</b>	<b>AURORA .....</b>	<b>17</b>
<b>03</b>	<b>DO CURRAL DEL REY, À VILA TEIXEIRA SOARES AO KILOMBO FAMÍLIA SOUZA .....</b>	<b>22</b>
<b>04</b>	<b>EXCURSO 02: EXERCÍCIOS ESPECULATIVOS A PARTIR DE IMAGENS .....</b>	<b>47</b>
<b>05</b>	<b>DIÁSPORA NA DIÁSPORA: VILA TEIXEIRA SOARES: KILOMBO FAMÍLIA SOUZA .....</b>	<b>50</b>
<b>06</b>	<b>EXCURSO 03: RELATOS ORAIS COM GLÁUCIA: NÓS SOMOS ASSIM, IGUAL BAMBU, ENVERGAMOS, MAS NÃO QUEBRAMOS .....</b>	<b>84</b>
<b>07</b>	<b>A ORDEM DE DESPEJO .....</b>	<b>97</b>
	7.1 Botei a boca no mundo! .....	97
	7.2 Fundação Cultural Palmares, Racismo Institucional .....	99
	7.3 Necropolítica e Epistemicídio .....	105
	7.4 A luta é coletiva .....	109
<b>08</b>	<b>EXCURSO 04: KILOMBO SOUZA E EU .....</b>	<b>114</b>
<b>09</b>	<b>NÃO SE DESPEJA MEMÓRIA .....</b>	<b>117</b>
<b>10</b>	<b>KILOMBO/KILOMBU/QUILOMBO .....</b>	<b>133</b>
<b>11</b>	<b>QUILOMBISMO E AQUILOMBAMENTO .....</b>	<b>146</b>
<b>12</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>165</b>

**Excursão 01 | Políticas de escrita**

Sobre a escrita fiz algumas escolhas no sentido de dizer sobre quais lugares essas palavras serão escritas e forjadas. Pretendo adotar como recurso as notas de rodapé enquanto instrumento para apresentar questionamentos, dúvidas e curiosidades que o processo de escrita e elaboração da dissertação suscitam ou sempre que julgar necessário que dada informação precise ser melhor contextualizada. Como também utilizar as notas de rodapé como recurso para contextualizar referências bibliográficas, assim como, autoras, autores, atoras e atores que forem sendo apresentados ao longo do texto, com o intuito de desfazer essa nuvem cinza que paira sobre os sujeitos que produzem conhecimento, ao terem seus sobrenomes associado a “marcas registradas” pautadas pela necessidade constante de reconhecimento da autoria. As/os atoras/atores, em grande maioria os próprios kilombolas, citados serão nomeados conforme sua própria vontade e sempre que necessário terão uma minibiografia em nota de rodapé que os apresentem, assim como, os pesquisadores, intelectuais, escritores que embora tenham contribuído com o campo do conhecimento no qual produzem ciência, não receberam ou recebem o devido reconhecimento. Talvez esse seja um esforço similar ao de Saidiya Hartman, de retirar a opacidade desses sujeitos.

Outro ponto importante e que precisa ser evidenciado é a marcação dos recursos linguísticos que serão adotados. Contrariando a lógica há muito convencida de que conhecimento técnico-científico válido precisa ser necessariamente elaborado buscando-se uma pretensa neutralidade e afastamento entre sujeito que elabora tal conhecimento e o objeto de estudo, pretendo evidenciar e reivindicar sempre que necessário minha experiência pessoal ou ponto de vista sobre determinado fato ou processo narrado e apresentado no corpo do texto, marcando assim, com a primeira pessoa do singular o *locus* de enunciação do autor, anteriormente assessor técnico para o Kilombo Souza, evidenciado os marcadores de subjetividade a partir dos quais essas reflexões estão sendo elaboradas. Já para evidenciar a coletividade dos processos, pretendo utilizar a primeira pessoa do plural, marcando processos, pontos de vistas e experiências compartilhadas com demais técnicos ou membros da família Souza ao longo do processo de elaboração do estudos para dossiê de

registro do Kilombo Família, durante as orientações e até mesmo a partir das discussões em disciplinas.

Outro aspecto do formato da escrita importante é a maneira como a palavra “quilombo” será grafada a depender do contexto. A ideia é preservar na palavra escrita o imaginário a partir do qual cada comunidade quilombola enuncia sua experiência. Por exemplo, ao falar de quilombo a partir da perspectiva do Kilombo Família Souza, as palavras kilombo, kilombola, kilombismo, kilombagem etc serão evocadas e grafadas seguindo a maneira como a própria comunidade optou por escrever seu nome, em uma explícita referência à origem no tronco linguístico Banto, no qual não existe a letra “q”. Ao se referir a experiência dos demais quilombos, a grafia seguirá sempre uma correspondência à maneira como a comunidade optou por escrever. No caso do Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango, a grafia também acompanhará a mesma lógica: kilombu, kilombola, kilombismu, kilombagem etc. Já a Comunidade Quilombola de Mangueiras, o Quilombo dos Luízes e o Quilombo Mattias, terão seu imaginário representado a partir da versão aportuguesada da palavra quilombo: quilombo, quilombola, quilombismo, quilombagem etc. Ao se referir a instituições públicas, privadas, autores, pesquisadores e intelectuais optarei por manter a maneira como cada qual decidiu grafar. Já como autor, usarei a mesma grafia que vá de encontro com o imaginário experimentado pelo Kilombo Família Souza, em correspondência ao território no qual tais experiências foram vivenciadas.

## 02 | AURORA

---

O cotidiano supõe o passado como herança. O cotidiano supõe o futuro como projeto. O presente é esta estreita nesga entre o passado e o futuro e cuja definição depende das definições de passado e de futuro: desta existência do passado, da qual não nos podemos libertar porque já se deu; e desse futuro, que oferece margem para todas as nossas esperanças, exatamente porque ainda não existe. É que a base do fato é que cada um de nós são dois, oscilando entre a necessidade e a liberdade, entre o que somos e o que queremos ser, entre a dificuldade de afirmação diante das situações e a crença de que podemos ser outra coisa e de que podemos construir outra coisa.

**Milton Santos** (1996, p.10)

Aurora é a claridade que se apresenta no sol da manhã, antes que os primeiros raios de sol surjam. É um fenômeno natural que anuncia algo, as primeiras manifestações de alguma coisa, o princípio. Como bem disse Nego Bispo, os ciclos não se findam, se organizam sempre em "começo - meio - começo".

Algumas auroras anunciam um céu caloroso e iluminado, outras um dia nublado e chuvoso. Em alguns casos o dia mais longo do ano, em outros o dia mais curto. Apesar da diversidade de manifestações de princípios, a aurora em um processo cíclico, sempre anuncia um recomeço, novas possibilidades.

É uma perspectiva que vai de encontro com o tempo que rege as comunidades tradicionais que possuem como matriz as experiências africanas em diáspora, na qual o retorno à ancestralidade, se dá a partir de um círculo que caminha em sentido anti-horário, afinal, só se retorna à ancestralidade olhando para trás. Por vezes é um movimento que caminha em sentido horário, pois a ancestralidade é também promessas de futuro. Esse movimento cíclico determina o tom do jogo, da vida, assim como, o círculo enquanto tecnologia social localiza o método do ensino e da troca de saber kilombola. Conversa-se em roda, dança-se o xirê em roda, joga-se a capoeira em roda.



O Sankofa é um Adinkra, que são um conjunto de símbolos dos povos Akan do oeste de África, que representam ideias expressas em provérbios. O Sankofa normalmente aparece representado com duas cabeças e em uma tradução literal para o português seria algo como “volte e pegue”. Uma das interpretações possíveis para essa iconografia é a representação da busca pela ancestralidade, ou ainda, em uma perspectiva afrofuturista de que hoje, no presente, somos o futuro de alguém que esteve no passado e seremos o passado de alguém que estará no futuro. No Sankofa, o pássaro se apresenta com os pés fincados no presente, dividindo as duas cabeças entre passado e futuro. Uma de suas cabeças mira o passado e busca o necessário: tecnologias, saberes, espiritualidade, recordações, memórias, enquanto a outra vislumbra futuros possíveis.

Em roda foram trocados parte das experiências aqui relatadas, como as oficinas de construção da linha do tempo ou o processo de construção da árvore genealógica da família Souza. Em roda, conversamos no quintal ancestral da família Souza sobre os usos das plantas e ervas medicinais, sobre como colher e pedir licença à terra para que possamos usar suas medicinas. Em roda especulamos sobre quem foi Petronillo para além das informações presentes em arquivos e discutimos sobre a importância de reaprender a plantar, tal como os ancestrais. Na roda do kilombo da Família Souza, aprendi um pouco mais sobre o ser kilombola.

As reflexões foram fomentadas a partir dos Estudos para Elaboração do Dossiê de Registro do Kilombo Família Souza enquanto Patrimônio Cultural e Imaterial do município de Belo Horizonte. Os estudos técnicos foram utilizados para a produção do dossiê de registro imaterial da comunidade kilombola, que foi aprovado unanimemente pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte. Os estudos para dossiê de registro foram construídos a partir do trabalho técnico de uma equipe multidisciplinar formada por antropólogos, historiadores, geógrafos, advogados, arquitetos e urbanistas, dentre outros técnicos, a partir de documentação pessoal da família Souza, relatos orais e pessoais, assim como, documentos institucionais. A proposta dos estudos foi a construção de uma narrativa histórica a partir de várias áreas de conhecimento que fossem capazes de dizer sobre a trajetória de Petronillo e Elisa, a contribuição e presença negra e kilombola na cidade de Belo Horizonte, assim como, os aspectos culturais e sociais específicos do kilombo da família Souza.

A dissertação se organiza a partir de Excursos, que resultaram em exercícios de especulação a partir de variadas linguagens: montagens e colagens fotográficas a partir de arquivos institucionais e pessoais da família Souza, transcrição de entrevistas e textos livres, e capítulos que narram a trajetória da família Souza desde a chegada de Elisa e Petronillo em Belo Horizonte, até o momento no qual meu caminho se cruza com o da família Souza no contexto de elaboração dos estudos que resultaram no dossiê que registrou o Kilombo Souza enquanto Patrimônio Cultural e Imaterial do município de Belo Horizonte.

Os Estudos para Dossiê de Registro surgiu a partir da necessidade de criar mais uma camada de proteção e garantia do direito da família Souza à seu território ancestral a partir da patrimonialização. Os estudos foram elaborados por uma equipe técnica multidisciplinar em conjunto com membros do Kilombo Souza e conformou um documento técnico que discute a trajetória da família a partir da perspectiva histórica, antropológica, urbanística, dentre outras. A partir da peça técnica, doada pelo Kilombo Souza, a equipe técnica da Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Municipal de Cultural, realizou a elaboração do dossiê de registro do Kilombo Souza. As discussões aqui presente, possuem como principal referencial a trajetória da família Souza sistematizada nos Estudos para Dossiê de Registro e a partir das lacunas históricas sobre a trajetória mesma da família Souza, me propus realizar um exercício de especulação sobre como, afinal, surge um kilombo.

No **Excurso 01: Políticas de escrita**, elabora um texto introdutório que orienta o leitor sobre determinadas decisões relacionadas a estrutura de escrita do texto, as grafias da palavra kilombo/kilombu/quilombo e os tempos verbais adotados. Já no **Capítulo 02: Aurora**, apresento ao leitor a introdução à dissertação de mestrado.

No **Capítulo 03: Do Curral Del Rey, à Vila Teixeira Soares ao Kilombo Família Souza**, realizo uma discussão a partir do processo de destruição do Curral Del Rey para a construção da cidade de Belo Horizonte, principal razão que possivelmente motivou a vinda de Elisa e Petronillo para Belo Horizonte. A partir de uma perspectiva histórica faço diversas reflexões sobre os processos de apagamento que a construção da cidade de Belo Horizonte deliberadamente fomentou. Associado à isso, faço um exercício de especulação a partir das narrativas de Abílio Barreto e registros fotográficos institucionais, indo de encontro aos esforços propostos por Saidiya Hartman, em seu ensaio *Vênus em Dois Atos*, no qual a autora propõe a partir da Fabulação Crítica a retirada da opacidade da historia dos sujeitos negros a partir de um exercício de extrapolação dos limites mesmo que os arquivos institucionais propõe em relação as trajetórias negras, que costumeiramente são negligenciadas e invisibilizadas, propondo exceder os limites próprios da constituição dos arquivos institucionais, pessoais, fotográficos e outros.

Já no **Excurso 02: Exercício especulativo a partir de imagens**, realizo três fotos colagens que discutem a temporalidade das práticas sociais, culturais e religiosas desenvolvidas no Curral Del Rey e na cidade de Belo Horizonte, explicitando que apesar do desejo concretizado de destruição e apagamento do Curral Del Rey, e por consequência, de todo imaginário proveniente do território e sua latente africanidade, tais práticas perduraram e seguem presentes na cidade de Belo Horizonte, sejam a partir da experiência do Kilombo Família Souza ou das demais experiências sociais que possuem como matriz os conhecimentos transmigrados de África para as Américas.

No **Capítulo 05: Diáspora na Diáspora: Vila Teixeira Soares: Kilombo Família Souza**, realizo uma discussão mais aprofundada sobre a trajetória de Elisa e Petronillo, o processo de formação do Kilombo Família Souza e suas especificidades culturais e sociais, sua relação com a cidade, a compra do território por Elisa e Petronillo, a relação da família com a terra e a produção de gêneros agrícolas e alimentícios, assim como, a constituição familiar e territorial atual do kilombo da família Souza.

O **Excurso 03: Relatos Oraís com Gláucia: Nós somos assim, igual bambu, envergamos, mas não quebramos**, surge como um exercício metodológico de situar no tempo presente as percepções de Gláucia, bisneta dos fundadores do Kilombo Souza, após o processo de certificação técnica enquanto comunidade remanescente de quilombo e Patrimônio Cultural e Imaterial, a partir de um exercício de oralidade, expresso em uma conversa transcrita.

O **Capítulo 07: A Ordem de despejo**, está organizado em quatro subcapítulo que discutem e aprofundam a violência sofrida pela família Souza no que diz respeito ao direito ao seu território, a ordem de despejo que quase significou a retirada da família Souza de seu território ancestral. Como recurso para a reflexão da violência sofrida pela família Souza, abordo o período político vivenciado no Brasil no ano de 2020, a partir de discursos de violência fomentado pelo bolsonarismo, abordo questões relacionadas ao Racismo Institucional, Necropolítica, Epistemicídio e a coletivização da luta da família Souza como estratégia de resistência.

Após o quarto capítulo, no **Excurso 05: Kilombo Souza e Eu**, localizo no corpo da dissertação o momento da trajetória histórica da família Souza no qual nos encontramos, ou seja, durante a iminência da possibilidade de despejo e a necessidade de buscar outras instâncias políticas de proteção, tais como o registro e a patrimonialização. É neste Excurso que faço reflexões sobre o rompimento da pretensa permeabilidade do campo de atuação profissional da arquitetura e urbanismo no que tange outras experiências racializadas na cidade, tendo como plano de fundo meu processo de formação no curso de Arquitetura e Urbanismo.

No **Capítulo 09: Não se despeja memória**, realizo uma discussão aprofundada sobre o processo de Elaboração dos Estudos para Dossiê de Registro do Kilombo Souza e sinalizo minha contribuição e participação nos estudos, apresentando o processo de elaboração dos estudos técnicos e seus desdobramentos. O Estudo para Dossiê de Registro surgiu a partir de uma demanda interna da própria equipe da Diretoria de Patrimônio Cultural de Belo Horizonte (DPCA), que se comprometeu a apresentar o documento cumprindo as devidas exigências técnicas ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte (CDPCM-BH), órgão municipal responsável por garantir o registro do Kilombo Família Souza enquanto Patrimônio Cultural e Imaterial do município de Belo Horizonte.

Já no **Capítulo 10: Kilombo/Kilombu/Quilombo**, discuto a partir de um levantamento bibliográfico o entendimento que a palavra Kilombo/Kilombu/Quilombo têm recebido desde a chegada do negro africano no Brasil. A análise discutida no presente capítulo tem por intuito discutir e refletir sobre o processo de modificação do conceito e da própria palavra quilombo no contexto brasileiro, a partir de uma perspectiva bibliográfica, que ao longo do tempo e desde a chegada dos portugueses no território político hoje conhecido como Brasil foi sendo ressignificado e ressemantizando pelo poder hegemônico, seja da coroa, do império ou do dito Estado democrático de direito, e das próprias comunidades quilombolas. Essas análises foram mobilizadas a partir de uma linha do tempo que se propõe a analisar desde a primeira vez em que a palavra quilombo aparece em documentos portugueses, o que ocorre no ano de 1559 (NASCIMENTO, 2021, p. 157), até os dias de hoje, refletindo sobre o significado que o próprio Kilombo Família Souza atribuí a si mesmo e para a palavra, tendo em vista que as discussões aqui suscitadas só foram possibilitadas a partir de uma experiência comum com o Kilombo Souza.

No **Capítulo 11: Quilombismo e Aquilombamento**, concluo a dissertação realizando uma reflexão a partir dos desdobramentos fomentados ou suscitados pela certificação e registro imaterial do Kilombo Família Souza, o que estou nomeando enquanto amocabamentos ou aquilombamentos.

E por fim, no **Capítulo 12**, apresento as referências bibliográficas que embasaram as discussões apresentadas na presente dissertação.

### 03 | DO CURRAL DEL REY, À VILA TEIXEIRA SOARES AO KILOMBO FAMÍLIA SOUZA

---

Apesar do processo de destruição do Curral Del Rey para que a cidade de Belo Horizonte pudesse ser construída, diversas experiências negras presentes no próprio Curral Del Rey ou em período próximo permanecem ainda hoje na cidade de Belo Horizonte, como é a experiência de algumas comunidades quilombolas atualmente certificadas e identificadas pela Fundação Cultural Palmares.

Nesse exercício de reflexão sobre a presença da família Souza em um espaço-temporal de substituição de uma experiência de cidade, o Curral Del Rey, por um outro desejo de cidade supostamente progressista, Belo Horizonte, utilizei como fontes bibliográficas instituições que saem de um pretense regime documental colonial, (como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, o Arquivo Público Mineiro e os relatos de Abílio Barreto), para aquelas fontes documentais organizadas por pesquisadores e ativistas, baseado na oralidade, fotografias pessoais etc, que rompem o limite dos arquivos supostamente inexistentes, porque inacessíveis ou por não informaram à primeira vista o que buscamos sobre a experiência negra na cidade de Belo Horizonte ou no Curral Del Rey, a partir de um exercício de especulação, como é o caso dos trabalhos desenvolvidos pela historiadora e doutora em história Josemeire Pereira, a doutora em arquitetura e urbanismo Priscila Musa e o Padre Mauro, referências que serão apresentados em momento oportuno.

O território atualmente conhecido como Belo Horizonte, inicialmente era um distrito que foi criado e nomeado sob a alcunha de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rey, “por Ordem Régia de 1750 e, em 1890, renomeado como Belo Horizonte” (BRASIL, 2014), já em

1893 foi elevado à categoria de município e Capital de Minas Gerais, com a denominação de Cidade de Minas, para então, em 1901 ser denominada de Belo Horizonte (BRASIL, 2014).

No fim do século XIX, a capital do Estado de Minas Gerais é transferida da cidade de Ouro Preto para Belo Horizonte. A transferência da capital foi motivada por questões políticas e econômicas, buscando explicitar o fim do monarquismo expresso pela antiga capital e pela localização, que seria capaz de promover um equilíbrio entre as novas regiões produtoras do Estado (IGLÉSIAS et al, 1990). Além de evidenciar o caráter republicano e positivista recém implantado no Brasil e experimentado no plano urbanístico da cidade de Belo Horizonte desenvolvido pelo engenheiro paraense Aarão Reis, em muito inspirado nas “experiências estrangeiras como as que informavam a construção de cidades como La Plata, Washington e a remodelação de antigas cidades a partir das concepções *haussmannianas* que orientaram a reforma da cidade de Paris” (PEREIRA, 2019b, p.17-18).

Já o Kilombo Família Souza, foi fundado no início do século XX, em um período próximo ao da construção e fundação da cidade de Belo Horizonte. O Kilombo Família Souza foi fundado em meados da década de 1910, embora ainda não sob tal alcunha, possivelmente entre os anos de 1909 e 1915, por Petronillo de Souza e Elisa de Souza, oriundos da cidade de São José d’Além Parahyba, atualmente Além Paraíba, município do interior de Minas Gerais, na Zona da Mata, e que faz divisa com a cidade do Rio de Janeiro.

Inspirado nos ideais políticos republicanos e alinhado aos ideais de modernização, a cidade de Minas, que posteriormente recebeu o nome de Belo Horizonte, foi um laboratório de experimentação de novas possibilidades de urbanidade (VEIGA, 1994), que resultou em um perímetro urbano circundado pela então Avenida 17 de Dezembro, atualmente Avenida do Contorno, que circula o hipercentro da cidade de Belo Horizonte. O plano urbano foi inicialmente organizado em três perímetros: a Zona Urbana, a Zona Suburbana e a Zona Rural, cada qual com definições de uso e ocupação pré-definidas. Ou seja, um plano urbanístico, cumprindo sua função natural de ordenação e gestão direcionada do território, o que posteriormente se mostrou evidente, no processo deliberado e orientado de expulsão da então população presente no Curral Del Rey, composta majoritariamente de pessoas

negras. O relato do Padre Francisco Dias, deixa evidente a tristeza e as “lágrimas nos olhos” daqueles pobres agora obrigados a migrar “para outras paragens mais recônditas e solitárias de seu querido Curral D’El-Rei” (DIAS, Pe. Francisco Martins, p.82, 1997 [1897]). Pego-me refletindo sobre quem seriam esses pobres? É sabido que a população originalmente presente no Curral Del Rey, conforme veremos a seguir, estava composta majoritariamente de pessoas negras. O descontentamento da população do Curral Del Rey, se mostra evidente:

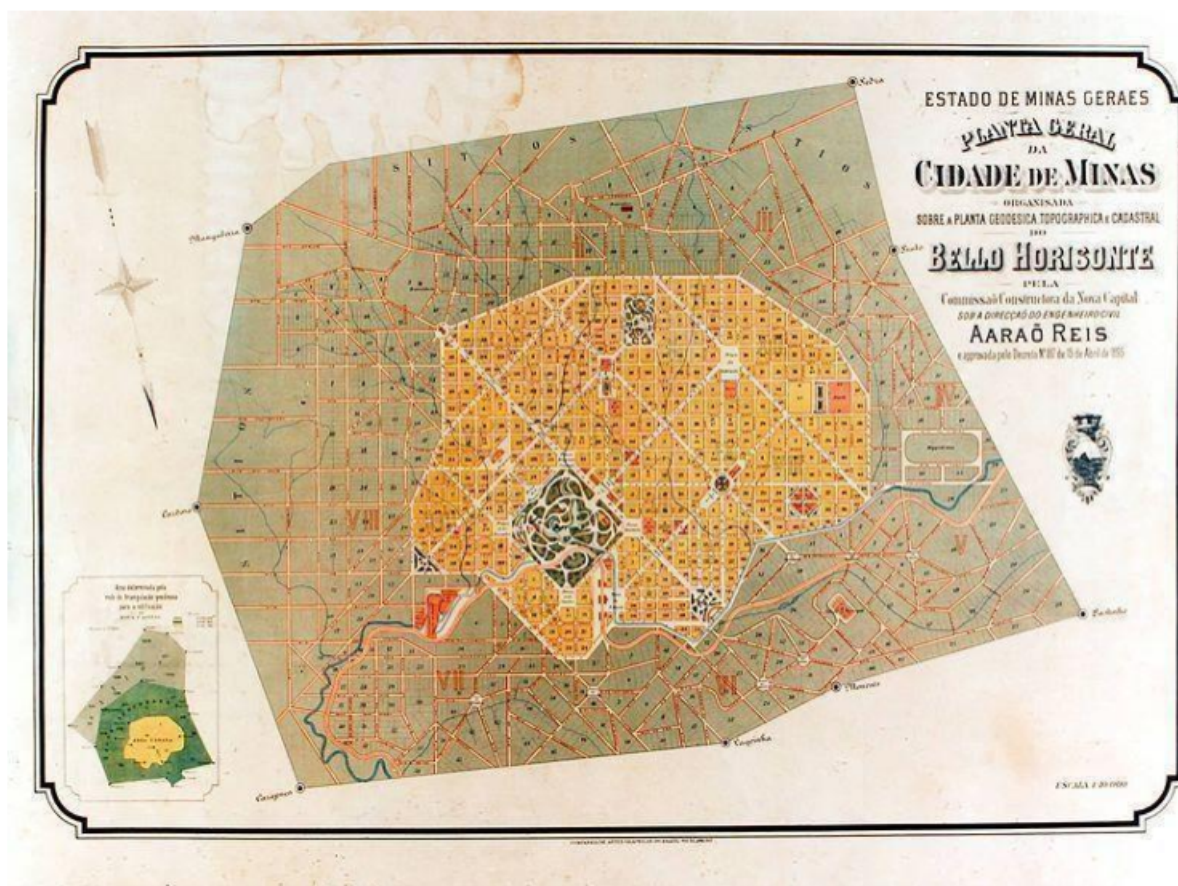
Movemo-nos à compaixão por vermos as dificuldades com que lutavam os pobres, para de novo se estabelecerem, por vê-los, muitas vezes, com as lágrimas nos olhos, se queixarem da sorte, pelas peripécias e amarguras porque iam tão bruscamente passando. Era uma cena triste e comovedora essa da emigração da maioria dos habitantes para outras paragens mais recônditas e solitárias de seu querido Curral D’El-Rei! (...)

Há quem acuse o Dr. Aarão Reis de violento, injusto e cruel para com o povo, nas desapropriações. (...) Mais de uma vez ouvimo-lo dizer, é verdade, que não queria nenhum dos antigos habitantes de Bello Horizonte dentro da área urbana ou suburbana traçada para a nova cidade, e que tratasse o povo de ir se retirando (Cf. DIAS, Pe. Francisco Martins. Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte. Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, 1997 [1897], p. 83)

O relato do Padre Francisco Dias deixa evidente o desejo que a população do então Curral Del Rey não estivesse presente na nova capital de Minas Gerais, sendo forçados a migrar para as bordas da futura cidade, o que no desejo de Aarão Reis, significava a migração para uma periferia que estivesse para além dos limites suburbanos da nova capital, o que no final se demonstrou não concretizado, já que Elisa e Petronillo, ao se mudarem para Belo Horizonte, decidem morar justamente na VII Seção, na Zona Suburbana, atual bairro de Santa Tereza, região Leste de Belo Horizonte.

A Zona Urbana, trecho representado na Planta Geral da Cidade de Minas (Cartografia 01) pela cor amarela, correspondeu a princípio ao perímetro principal de ocupação da cidade de Belo Horizonte, onde se encontravam presentes os principais equipamentos e infraestrutura da cidade e demais prédios administrativos, instituições públicas e foi também o perímetro urbano àquele destinado para moradia dos funcionários públicos da nova capital e seus familiares.

**Cartografia 01** - Planta Geral da Cidade de Minas aprovada em 1895 pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), 1895



Fonte: Arquivo Público Mineiro, 2021.

Já a Zona Suburbana, correspondeu ao perímetro imediatamente exterior à atual Avenida do Contorno, representado na cartografia acima no trecho em verde, onde a conformação do uso e ocupação do solo previu loteamento de glebas maiores que poderiam servir como suporte para futuras expansões urbanas, quintas, sítios, enquanto a Zona Rural, tinha como vocação a produção de gêneros agrícolas e alimentares que seriam utilizados para o abastecimento de Belo Horizonte.

As primeiras tentativas de transferência da capital do Estado de Minas Gerais de Ouro Preto para outro território datam de 1789, “quando os inconfidentes planejaram instalar a capital de sua república em São João del Rei” (BRASIL, 2014). Após essa primeira tentativa, houve outras sem sucesso e somente com a Proclamação da República, a possibilidade de



realização da mudança da Capital, não mais para uma sede administrativa já existente, mas uma nova cidade construída, tornou-se uma possibilidade real (BRASIL, 2014).

O então Presidente do Estado de Minas Gerais, Augusto de Lima, determinou em 1891 via decreto a transferência da capital para um outro território com condições higiênicas precisas, conforme apresentado na Constituinte Mineira do mesmo ano (BRASIL, 2014). A mudança da Capital do Estado não foi bem recebida e gerou uma onda de protestos da população de Ouro Preto e de outros territórios que acabaram se dividindo em dois movimentos, aqueles favoráveis a mudança da Capital, os “mudancistas” e aqueles não favoráveis à mudança da nova capital, os “não mudancistas” (BRASIL, 2014).

Em meio a disputas, o Governo Estadual de Minas Gerais, “criou uma Comissão de Estudos para indicar, dentre cinco localidades, a mais adequada para a construção da nova cidade e Belo Horizonte venceu” (BRASIL, 2014). Com isso a Comissão Construtora da Nova Capital foi fundada e a equipe técnica definida sob a orientação do engenheiro paraense Aarão Reis.

Como dito anteriormente, na Constituinte Mineira de 1891, nas Disposições Transitórias Estabelecidas, foi elaborado o decreto autorizando a mudança da capital de Minas Gerais de Ouro Preto para um território que oferecesse condições higiênicas adequadas para a construção de uma grande cidade, conforme descrito no Art. 13: “É decretado a mudança da Capital do Estado para um local que, oferecendo as precisas condições *hygienicas*, se preste à construção de uma grande cidade” (MINAS GERAIS, 1891). O território escolhido acabou por ser aquele ocupado pelo então Curral Del Rey, que foi desapropriado para que a cidade de Belo Horizonte pudesse ser construída.

O art. 13 da Constituinte Mineira de 1891 expressa que a mudança da Capital do Estado foi motivada pela busca de um território com condições higiênicas específicas e capazes de suportar a construção de uma grande cidade, o que não define exatamente que território deveria ser esse, inclusive abrindo margem para a ocupação de um território livre de um assentamento humano pré-existente, o que não foi o caso, já que a escolha foi o do território ocupado pelo Curral Del Rey, que já possuía dinâmica social própria organizada em um povoado que surge em meados do século XVIII e que contava com uma população

majoritariamente negra e de etnias africanas diversas, como a “população de Cabindas, Congos, Benguelas, Minas, Monjolo, também de “pretos e ‘pardos” (PEREIRA<sup>1</sup>, 2019b, p.3) livres.

Os relatos de Abílio Barreto acerca do Curral Del Rey dão alguns indícios do que possivelmente a Constituinte Mineira de 1891 entendia enquanto condições higiênicas específicas. Ao se deparar com o Curral Del Rey, Abílio Barreto relata sua percepção de que havia se deparado com terras férteis e rios exuberantes.

Assentado graciosamente sobre belo planalto, defendido contra os ventos agrestes e frígidos do sul e contra os ventos quentes do norte pelos contrafortes da serra do Curral e de outras que o cercavam, em meio de ricas pastagens, férteis terras de lavoura, verdejantes e umbrosos pomares, recortado de arroios e riachos espertos de águas magníficas, com os seus bicames, ao impulso das quais trabalhavam os moinhos, os monjolos e outros aparelhos rústicos, era um encanto o arraial, formado de pequenas casas baixas, quase todas alvadias, com seus terrenos divididos por muros de taipa ou adobes ou por cercas de madeira (BARRETO, 1996, p.241)

A descrição de Abílio Barreto sobre o Curral Del Rey informa a presença de um assentamento próspero, com terras férteis, criação de animais e de gêneros agrícolas, cursos d’água exuberantes e essenciais para a manutenção da vida, ademais da presença de casas em taipa ou adobe, o que parecia ser a principal tecnologia construtiva adotada por parte dos moradores do antigo Curral Del Rey. Chama atenção a percepção de Abílio Barreto em relação a presença de aparelhos rústicos, como os moinhos e o monjolo, uma máquina hidráulica utilizada para moer grãos. Embora os relatos que informem sobre a origem da criação do monjolo sejam diversas, não podemos deixar escapar a coincidência em relação ao nome da máquina: monjolo, o mesmo nome de uma das etnias africanas em contexto de

---

<sup>1</sup> Josemeire Alves Pereira é mulher negra, licenciada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre e doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas. Como pesquisadora, tem trabalho com temas de pesquisas relacionados às experiências de liberdade e pós-abolição no Brasil, História do Racismo no Brasil, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Memória, Favela e História Urbana, tendo discutido em sua tese de doutorado o racismo e a produção do espaço urbano na cidade de Belo Horizonte entre os séculos XIX e XX. Foi co-curadora das exposições “NDÊ! Trajetórias afro-brasileiras em Belo Horizonte”, realizada no Museu Histórico Abílio Barreto entre os anos de 2018 e 2020; “Palácio da Liberdade, Leituras Negras” e da Programação de “Patrimônio, Cidade e Negritude” (IEPHA-MG/APPA-Arte e Cultura), no ano de 2019; e do Ciclo de “Debates e Performances N’KANDA: Patrimônio Afrodiáspórico em Minas Gerais” (IEPHA-MG/APPA-Arte e Cultura, no ano de 2020. Atua, ainda, como Gestora Institucional da Associação Cultural Casa do Beco.

diáspora e presente no Curral Del Rey, como vimos anteriormente. Seria o Monjolo-máquina uma criação do Monjolo-povo?

**Fotografia 01** - Cafua que existiu na Rua Santana, local que hoje ficaria nas proximidades dos fundos das Secretarias do Interior e da Viação e Obras Públicas.



Fonte: BARRETO, 1996, p.238.

**Fotografia 02** - Casebre da extinta Rua de Congonhas, em local hoje situado entre a Praça 12 de outubro e o Ginásio Arnaldo.



Fonte: BARRETO, 1996, p.121.

E indo além em seu relato, Barreto, identifica a maneira como a população do Curral Del Rey ocupava o exuberante Planalto.

Espalhavam-se as suas casinhas por entre aquela deliciosa alcatifa de verdura, em terra roxa, cafeeira, e vinham descendo, desde as encostas ondulantes, e se esparramavam pelo planalto, descendo mais pelo declive suave, tranquilas e salientes, numa paz edênica, convidando o espírito ao repouso, e a alma à felicidade (BARRETO, 1996, p.243)

Abílio Barreto percebia abundância e prosperidade não somente na paisagem do Curral Del Rey, mas também no quintal de seus moradores:

alguns [quintais] enormes, murados de taipa ou adobes, ou cercados de madeira tosca, dominavam as laranjeiras, os cafeeiros, as mangueiras, os marmeleiros, as jabuticabeiras, entre outras mil espécies, maltratadas e atufadas, frutificando, quase por milagre do solo, frutos magníficos (1996, p.244)

E ao se referir ao que acreditava se tratar da origem do belo horizonte que deu nome a nova capital, Abílio Barreto a descreveu da seguintes maneira:

Assim visto de longe, sob a cúpula majestosa de um céu pleno azul, tranquilo e puro, emoldurado pela coloração caprichosa das serranias ondulantes, como vagalhões do mar, tinha surpreendente encanto, sobretudo nas luminosas manhãs ou à hora nostálgica do crepúsculo vespéral, quando o sol poente lhe desenhava a longínqua orla quadros lindos, de cambiantes fantásticas, esse mesmo empolgante e já célere espetáculo que lhe deu o nome encantado de Belo Horizonte, e que, em janeiro de 1894, inspirou ao grande Olavo Bilac uma linda crônica publicada na Gazeta de Notícias, quando aquele poeta, trazido pelo saudoso conselheiro João da Mata Machado, aí esteve, pondo-se a salvo dos rigores de Floriano (1996, p.243)

Em relação ao caráter de sua população, Abílio Barreto identificou que “o povo era ordeiro e bom. Não havia mendigos nem ladrões. Podiam-se deixar, sem receio, abertas as portas das casas, de dia ou de noite. Ninguém lhes tocava” (BARRETO, 1996, p.243). Percebia-se no cotidiano do Curral Del Rey uma confiança entre seus habitantes e a ausência da presença de mendigos ou ladrões, uma contradição se compararmos o velho Curral com a futura nova cidade de Belo Horizonte, que possui sua pedra fundamental justamente no processo de exclusão da população já existente e um não desejo de integração dessa população mesma na Nova Capital. Enquanto no Curral Del Rey não se percebia a presença de mendigos ou ladrões, a construção da cidade de Belo Horizonte produziu diversas desapropriações, e quem sabe se nesse processo mesmo, a cidade de Belo Horizonte não tenha formado o primeiro grupo de pessoas em situação de rua do Curral Del Rey.

Conforme a figura a seguir, *Tabela 1 - População Curral Del Rey, 1816 (Cor, Sexo e Condição)*, a População do Curral Del Rey em 1816 havia atingido o contingente populacional de 18.314 pessoas, divididas entre homens e mulheres negros e mulatos, livres ou cativos, e entre homens e mulheres brancos. Somando-se a população de homens e mulheres pretos livres ou cativos e mulatos livres ou cativos, chegamos ao percentual populacional de 82,34%, ou 15.078 pessoas, ao passo que no mesmo período a população branca, entre homens e mulheres, presentes no Curral Del Rey correspondia à porcentagem de 17,66% ou 3.236 pessoas.

**Figura 01** - Tabela População Curral Del Rey em 1816*Tabela 1 – População Curral Del Rey, 1816 (Cor, Sexo e Condição)*

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Totais</b>
<b>Branca</b>	1629	1607	3236
<b>Preta Livre</b>	582	762	1344
<b>Preta cativa</b>	3670	2064	5734
<b>Mulata<sup>12</sup> Livre</b>	3466	3838	7304
<b>Mulata cativa</b>	360	336	696
<b>Totais</b>	<b>9707</b>	<b>8607</b>	<b>18314</b>

Fonte: (APM) Mapa da População do Termo da Villa Real do Sabará em o anno de 1816

Fonte: PEREIRA, 2019b, p.4.

Segundo Josemeire Alves Pereira (2019a, p.22-23) “escolhido o Curral Del Rey como localidade que abrigaria a nova cidade, procedera-se à desapropriação devidamente remunerada dos terrenos incluídos no plano original da Nova Capital”. “Alguns dos antigos proprietários instalaram-se em regiões relativamente próximas ao futuro núcleo urbano da nova cidade. Quanto à população outrora ali escravizada ou liberta, a despeito de sua relevância sobre o total da população da região”(PEREIRA, 2019a, p.22-23), possui raros indícios ou escassos registros históricos sobre sua presença no núcleo urbano.

Como é sabido, ademais da população branca presente no então território do Curral Del Rey, havia uma presença majoritária de negros cativos e libertos, oriundos de diversas etnias. A presença de uma população majoritariamente negra, me leva a especular se a escolha do território não foi também encabeçada deliberadamente por motivações para além da documentada em decreto que diz sobre condições “higiênicas específicas”, inclusive, uma definição vaga, tendo ao final sido motivada pela identidade ético-racial da população ali presente.

O caráter formativo da população majoritariamente ali presente associado ao contexto em que o decreto foi assinado, ou seja, em 1891, apenas três anos após a assinatura da Lei Áurea, que supostamente institui a extinção da relação de escravização no território brasileiro, embora tampouco tenha garantido um processo de integração social e assimilação cultural dessa população escravizada na sociedade vigente. Em um período em

que os ideais escravagistas ainda estavam latentes, a população negra embora politicamente livre, encontrava-se ainda experimentando os resquícios de séculos de escravização a partir da reprodução de relações de trabalhos similares, sendo vistos como objeto ou mão de obra barata, quando não entendidos enquanto propriedade, o que aconteceu com o patriarca do Kilombo Família Souza, Petronillo de Souza. Neste sentido e acompanhando a mentalidade de época, a escolha de um território a ser desapropriado e que encontrava-se ocupado por uma população majoritariamente negra faz sentido considerando-se a dificuldade ou impossibilidade de resposta à tal violência, ou ainda, a não necessidade de garantir indenização dessa população mesma ao ser desapropriada, o que ficou explicitado no artigo de Josemeire Pereira (2019a, p.22-23), em que a historiadora compartilha que a despeito da relevância populacional negra naquela região não há indícios documentados de que tal população foi corretamente indenizada.

Com a mudança da capital, como dito anteriormente, Belo Horizonte foi pensada para abrigar o funcionalismo público e a previsão de moradia quase que se restringia a sua futura nova população, logo a população racializada presente no então território do Arraial do Curral del Rey e a própria população mobilizada para construir a atual capital mineira não possuía lugar de moradia garantido no perímetro urbano da cidade, o que acabou por resultar nas primeiras favelas da capital e/ou nas ocupações informais nas franjas da Zona Urbana, como é o caso do Alta da Estação, assentamento que se localizava próximo a Praça Rui Barbosa, popularmente conhecida como Praça da Estação, além de processos migratórios diversos. Ou seja, Belo Horizonte possui como pedra fundamental a expulsão da população que originalmente ocupava o território do Curral Del Rey.

É importante ressaltar, contudo, que a “modernização mineira” proposta pelos liberais locais guardava a particularidade de não romper por completo com a tradição colonial – portanto, tampouco rompia com os valores políticos e ideológicos que sustentavam a dinâmica da sociedade de base escravista. Assim, na concepção das elites políticas e econômicas do estado de então era perfeitamente plausível aliar, nas práticas e interesses de natureza política e econômica, traços de “modernização” considerados úteis ao desenvolvimento econômico, a elementos de tradição colonial escravista que se apresentassem conciliáveis com tais interesses. Desta perspectiva não haveria contradição entre a destruição do antigo Curral Del Rey para a construção de uma capital moderna e a manutenção de Ouro Preto, posteriormente transformada em referência de memória pelos movimentos

modernistas brasileiros, dos quais participaram ativamente muitos intelectuais mineiros (PEREIRA, 2019a, p.22)

Esse processo de expulsão associado ao de apagamento da presença dessas populações que antecede no tempo e espaço a cidade de Belo Horizonte, possui como representante alguns fatos históricos e em alguns casos até processos históricos mitificados, como nos informa a lenda por trás de Maria, habitante do Curral Del Rey e que tinha sua residência (uma “cafua”) localizada no território hoje ocupado pelo Palácio da Liberdade, antiga sede do governo. Maria Papuda, como ficou vulgarmente conhecida por possivelmente ser portadora da doença do Bócio que ocasiona o crescimento anormal da glândula tireóide, foi desapropriada de sua “cafua” e em um ato de negação da sua presença africana e agência, foi transformada em uma lenda urbana, que no imaginário popular representa uma figura fantasmagórica, ou seja, uma representação não humana que deseja se vingar daqueles que não somente demoliram sua “cafua” mas ocuparam o território que anteriormente a pertencia. Na marcha de negação dos fatos históricos se permite tudo, até a transformação de figuras históricas em lendas e mitos, em um processo de negação de seu protagonismo e na produção de silenciamentos e apagamentos que beiram a desumanização e a desubjetivação desses sujeitos e por consequência de sua africanidade.



**Fotografia 03** - Rancho Velho da papuda. Existiu pouco abaixo do local em que se acha hoje o Palácio da Liberdade, nas proximidades da atual Rua Sergipe.



Fonte: BARRETO, 1996, p.228.

A Fotografia 03, encontra-se presente no livro “Belo Horizonte: Memória histórica descritiva”, que reúne textos descritivos de Abílio Barreto e presente no Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto. O título original da fotografia é “Rancho Velho da papuda. Existiu pouco abaixo do local em que se acha hoje o Palácio da Liberdade, nas proximidades da atual Rua Sergipe”.

Em seu artigo “A eloquência dos silêncios: memória das experiências negras na história”<sup>2</sup>, publicado em 2021 no jornal Estado de Minas, a doutora em história Josemeire Alves Pereira discute sobre o processo sistemático de apagamento da narrativa do Curral Del Rey

---

<sup>2</sup> PEREIRA, J. A. A eloquência dos silêncios: memória das experiências negras na história. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 19 nov. 2021. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2021/11/19/interna\\_pensar,1323917/a-eloquencia-dos-silencios-memoria-das-experiencias-negras-na-historia.shtml?fbclid=IwAR3GilqhBz9p-S6oPGQpwRWjV33kKw9E1QKY4blZesk01565MFJi3AqXlok](https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2021/11/19/interna_pensar,1323917/a-eloquencia-dos-silencios-memoria-das-experiencias-negras-na-historia.shtml?fbclid=IwAR3GilqhBz9p-S6oPGQpwRWjV33kKw9E1QKY4blZesk01565MFJi3AqXlok). Acesso em: 5 abr. 2023.

enquanto um assentamento negro. Para Josemeire Pereira, para além de uma representação fantasmagórica, Maria e sua “cafua”, “podem ser acolhidos como testemunhas de um modo de vida que guardava muito de práticas, conhecimentos e tecnologias produzidos por africanas e africanos em contexto de diáspora forçada pela experiência escravista” (PEREIRA; ESTADO DE MINAS, 2021), além de “um modo de vida que ainda precisa ser melhor conhecido e que era provavelmente predominante do Curral del-Rey e nas diferentes regiões de Minas Gerais, quando do advento da abolição do regime escravista, em 1888, da criação de Belo Horizonte, em 1897” (PEREIRA; ESTADO DE MINAS, 2021). E Priscila Musa<sup>3</sup> (2022, p.120), reforça a importância de:

Retirar da ponta dos olhos a mortalha que aponta Maria como o fantasma da papuda, acusada pejorativamente de feiticeira, que em retaliação pela remoção forçada amaldiçoara Belo Horizonte, vagava pela Palácio da Liberdade, e teria assistido a morte de 4 governadores, 2 deles no próprio palácio. Retirar da ponta dos olhos a ideia de que esta fotografia é a memória de um passado decadente a ser superado pela cidade do progresso.

Para Priscila Musa, a fotografia de Maria representa o inverso do processo de demolição do Curral Del Rey e de construção de Belo Horizonte, um apagamento sistemático e irremediável dos diversos modos de vida, práticas sociais e tecnologias que ali estavam

---

<sup>3</sup> Priscila Mesquita Musa é arquiteta e urbanista pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, mestre e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mais recentemente desenvolveu coletivamente metodologia de restauração do Espaço Comum Luiz Estrela, tendo recebido o Prêmio Rodrigo Melo Franco do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no ano de 2017. É arquiteta e urbanista da Associação Arquitetas Sem Fronteiras - ASF BRASIL e da Fresta Coletiva, onde participa de projetos junto a comunidades quilombolas, terreiros de matriz africana e grupos de reinados/congados mineiros. É integrante do Espaço Comum Luiz Estrela e do Grupo de Pesquisa Cosmópolis UFMG. Na sua tese de doutoramento defendida no ano de 2022, Priscila Musa, propõe uma discussão sobre “Belo Horizonte, cidade planejada no fim do séc. XIX, erguida sobre o ideário de modernidade-colonialista, aliou as imagens técnicas ao urbanismo para criar uma normatividade visual, produzir invisibilidades e naturalizar o ponto de vista opressor presente em parte representativa das imagens oficiais encontradas em seus arquivos históricos. No embate empreendido com os arquivos públicos pela busca por imagens históricas de Belo Horizonte que contassem histórias sabidas, mas não arquivadas nas caixas-fortes das instituições, esta tese exercita e discute o trânsito entre saberes e arquivos. Através da pesquisa com oito arquivos e dois museus de destinação pública e da interlocução e colaboração de Isabel Casimira, Júlia Ferreira, Mana Coelho e Valéria Borges – companheiras de pesquisa que generosamente compartilharam seus acervos pessoais e comunitários, seus olhares e saberes – elaboro os percursos nos arquivos intitulados Emboscadas, Desvios, Movimentos e Transvualidades para discutir os modos hegemônicos de ver, as cosmovisões e as memórias e imaginações insurgentes. Sobre, com, contra e através da fotografia, propusemos, coletivamente, um pequeno acervo de narrativas dissonantes e modos de vida que se atravessam e nos possibilitam imaginar cidades potenciais que transvisualizam a fotografia, o arquivo, a cidade e a história” (MUSA, 2022).

presentes. A fotografia de Maria representa para além de uma paisagem prestes a ser violentamente modificada e apagada, expressa também “toda uma trama do vivido” (MUSA, 2022, p.120) e experimentado pelas diversas Marias presentes no então Curral Del Rey. E quantas são elas? Quem são elas?

Para Priscila Musa (2022, p. 120), a fotografia de Maria expressa muitas possibilidades e especulações, como por exemplo, a “arquitetura chamada de rústica ou inacabada, era feita para se renovar com os ciclos de vida. De uma geração para outra, o que se transmitia não era a propriedade, mas o conhecimento de como fazê-la” (MUSA, 2022, p.120), ou ainda, a presença na cercania próxima à “cafua” de Maria na qual “havia ainda outros casebres e perto deles a Capela de Santana, construída pelo velho caboclo João Evangelista” (MUSA, 2022, p.120).

Segundo relatos de Abílio Barreto (1996, p.244), o Curral Del Rey possuía três templos religiosos antigos que “alimentavam-lhe a fé: a Matriz da Boa Viagem e as capelas de Nossa Senhora do Rosário e Santana”. Segundo Abílio Barreto, a Capela de Santana apesar de “pequeno templo rústico e inacabado tem uma história muito interessante, toda entretecida de lendas e milagres” (BARRETO, 1996, p.258), o que fez com que o autor escrevesse um capítulo específico só para narrar suas percepções em relação à Capela de Santana.

**Fotografia 04** - Extinta Capelinha de Santana, que existiu na Rua de Santana, no local que hoje fica atrás das Secretarias do Interior e de Viação e Obras Públicas. Foi demolida em 1894.



Fonte: BARRETO, 1996, p.261.

Os relatos de Barreto informam sobre a localização da Capela de Santana, que localizava-se na Rua Sergipe, nas proximidades de onde também se encontrava a “cafua” de Maria.

Deixando-se o Largo do Rosário e seguindo-se pela Rua da Boa Vista, que de norte para sul se dirigia rumo ao local em que fica hoje a Secretaria da Agricultura, chegava-se à Capelinha de Santana, erguida um pouco além e abaixo daquela secretaria, na rua que tinha o nome da mesma santa, rua essa que se alongava na direção da atual Rua de Sergipe, até o local onde está hoje a Avenida Cristóvão Colombo, nascendo e terminando na mencionada Rua da Boa Vista (BARRETO, 1996, p.257-258)

Segundo Abílio Barreto, no *Albúm Católico do Sr. Edvar Nazário Teixeira*<sup>4</sup>, encontrou-se testemunhos de moradores do Curral Del Rey sobre o responsável pela construção da Capela de Santana, o caboclo João Evangelista e notícias dos milagres da santa. Segundo relatos:

Foi seu construtor um velho caboclo de nome João Evangelista, sendo que os recursos para a sua feitura eram fornecidos pelos próprios milagres da

<sup>4</sup> TEIXEIRA, Edvar Nazário. *Albúm católico do Estado de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1923, p.57.

padroeira que, ao simples contato ou à simples vista da sua imagem, curava os enfermos e aliviava os mais rebeldes padecimentos. Das esmolas que lhe davam os beneficiados pela santa, destinava ao caboclo a melhor parte às obras da capelinha, tirando, como era natural, pois era velho e doente, das sobras, o necessário para sua subsistência. A fama dos milagres tão altos, operados pela imagem da Senhora Santana, de que se dizia humilde servidor o velho caboclo, cresceu tanto que não tardou a atrair para o seu feliz possuidor o despeito e a inveja de alguns curraleiros mesquinhos, que o denunciariam ao padre Bernardino José de Aquino, virtuoso vigário da freguesia, como um embusteiro, que vivia de explorar com a santa, de que se dizia devoto, sustentando a sua malandrice com os óbulos destinados à capelinha (BARRETO, 1996, p.259)

O caboclo comovido com o que considerava uma acusação injusta pediu ao vigário que reconhecesse sua inocência. Segundo relatos João Evangelista rogou que Senhora Santana intercedesse em sua defesa:

Era uma calúnia que lhe levantavam os seus acusadores e, para prova de como era verdade o que afirmava, pediu à Senhora Santana que fizesse brotar os esteios da capela que em sua honra erijira. E a sua súplica foi atendida: aqueles esteios, que eram feitos de aroeira, cobriram-se de verdes e viçosas folhas, que o povo, na sua fé simples, mas robustecida ainda pelo milagre daquele estranha ressurreição vegetal, apressou em colher, uns para delas se utilizarem como lenitivos nas suas dores e doenças, guardando-as outros como preciosa relíquia (BARRETO, 1996, p.259-260)

Nem os maiores relatos de tão alta fé ou milagres ofertados por Nossa Senhora de Santana foram suficientes para que seus algozes, os mesmos de Maria e tantos outros *curralenses*, retrocedessem no processo de desapropriação do Curral Del Rey. A capelinha de Santana, “ameaçando ruína, foi demolida em 1894 pela Comissão Construtora da Nova Capital, logo no início de seus trabalhos” (BARRETO, 1996, p.262)

Ao ler inicialmente o relato sobre a Capela de Santana e o caboclo João Evangelista, presente nos relatos de Abílio Barreto, naturalmente fiz a associação de João Evangelista à entidade Caboclo, cultuada por participantes do candomblé, especialmente o que possui matriz Banto, organizada a partir das experiências e conhecimentos trazidos dos povos falantes de quicongo e quimbundo, localizados no que hoje entendemos enquanto Angola e também, por *experientiantes* da Umbanda. Segundo Sodré (2019, p.58)

o índio é, para o terreiro (como para os negros nos Estados Unidos), o dono original da terra brasileira e, através daquela inscrição simbólica, é reverenciado do mesmo modo que os antepassados ilustres da comunidade negra, os Eguns. O próprio culto do caboclo, apesar de toda a sua simbologia indígena, é uma reelaboração nacional do culto negro aos ancestrais

Sabe-se que para os povos africanos não se trata “disso ou daquilo”, em um processo de necessária oposição, no qual se é permitido ser algo ou alguém por vez; trata-se “disso e daquilo”, conjunções aditivas de um processo no qual algo, uma experiência ou alguém pode ser múltiplo e apresentar mais de uma face. Talvez Abílio Barreto ao se referir a João Evangelista enquanto um caboclo fazia alusão a um sujeito que nasceu a partir de um processo de miscigenação, sendo filho de pais de etnias diferentes, sendo um dos pais indígena e outro branco; ou quiçá, trata-se mesmo da entidade caboclo, um guia espiritual associado às matas e que trabalha em prol do desenvolvimento espiritual, o que vai de encontro à vocação e crença de João Evangelista no cuidado e trato de Senhora Santana.

Em um dado momento de sua tese, Priscila Musa (2022), ao se referir sobre o entorno percebido a partir da fotografia de Maria, pontua acertadamente o processo de sincretismo religioso compulsório sofrido por Nanã, a grande mãe ancestral e um Orixá cultuado nos candomblés de nação Ketu, oriundos dos povos africanos Iorubás. Nanã é um Orixá associado ao elemento terra e que possui os domínios sobre a vida e a morte e que em um processo de sincretismo compulsório é associada a Santa Ana (Ou Sant’Ana ou Santana).

Uma das narrativas utilizadas por “não mundacistas”, àqueles contrários a mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, era justamente uma possível epidemia de Bócio vivenciada pelo Curral Del Rey, conforme relatado por Priscila Musa (2022, p.120)

Retirar da ponta dos olhos a visibilidade hostil que a imprensa de Ouro Preto criou contra a mudança da capital ao apelidar o Curral Del Rei de Papudópolis, acusando-o de sediar uma epidemia de Bócio. Retirar da ponta dos olhos o depoimento segregacionista feito pelo Dr. José Pedro Drummond que em defesa da localidade como futura capital relatou ao congresso ter encontrado apenas quatro indivíduos com bócio, sendo dois deles mulheres e estas lhe pediram esmola (BARRETO, 1996 | 1928 |)

Não se sabe ao certo quando o caboclo João Evangelista fundou a Capela de Santana, tampouco se havia alguma relação com uma possível epidemia de Bócio ou se a suposta epidemia não se tratava apenas de uma narrativa preconceituosa contrária à população do Curral Del Rey. Tampouco sabe-se se a construção da Capela de Santana possuía de fato alguma associação com a necessidade de um local onde a população negra do Curral Del Rey pudesse encontrar cura. As narrativas que dizem sobre o Caboclo João Evangelista e Nanã, entidades cultuadas a partir de uma matriz africana ou afro-brasileira, ou a associação de Maria à feitiçaria, nos levam à especulação de que “Maria foi provavelmente uma das raizeiras e curandeiras do arraial, ao passo que a imagem de Santana na Capela podia curar os enfermos que lhe dirigiam o olhar (BARRETO, 1996 |1928|)”, segundo Musa (2021, p.120).

Em uma fotografia presente no Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital, de autoria de Raimundo Alves Pinto, possivelmente tirada entre os anos de 1894 e 1896, é possível observar um sujeito negro ao fundo da Capela de Santana, tal como uma sentinela, com seu chapéu que cobre seu rosto e dificulta sua identificação. Em suas mãos possui um objeto que aparenta ser uma viola ou violão. Seria esse sujeito, com seu chapéu de boiadeiro, o Caboclo João Evangelista? O título da foto conforme registro no Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital é “Capela de Sat’Anna”, embora pareça mais adequado ser registrada como “Caboclo João Evangelista, a sentinela de Senhora Santana”.

**Fotografia 05** - Caboclo João Evangelista, a sentinela de Senhora Santana.



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte - APCB e Acervo Comissão Construtora da Nova Capital - CCNC, 1894.

Para Priscila Musa (2022, p.120), “esse entorno era negro, nesta localidade, elas e eles assumiam experimentos de liberdade, criaram na adversidade, com os próprios meios, o direito de existir, de morar, de praticar o sagrado”. Musa (2022, p. 120) se questiona em seguida se não se trataria do Curral Del Rey uma experiência quilombola.

Ou seja, para além de um testemunho sobre a violência, a presença registrada na fotografia de Maria em frente a sua “cafua”, nos informa sobre a existência de um território negro pré-existente ao de Belo Horizonte, inclusive com práticas sociais, culturais e tecnológicas salvaguardadas e herdadas por aqueles que descendem dos africanos em diáspora forçada e escravizados. Para além de processos de violência, a imagem nos permite resgatar uma trajetória histórica de Maria que nos informa mais do que o processo de transformação em



uma lenda urbana, conforme podemos observar na “cafua” de Maria e outras mais ao fundo, na qual é possível perceber a adoção, por exemplo, de um sistema construtivo similar à taipa de pilão.

Ao pedir “que Belo Horizonte olhe para Maria como quem olha para Santana” (MUSA, 2022, p.120), a autora nos alerta sobre a importância curativa e contra-apagamento de olhar para os registros históricos passados, seja observando para além do que tal registro nos informa, como a legenda original da fotografia de Maria que a identifica como “Rancho Velho da Papuda. Existiu pouco abaixo do local em que se acha hoje o Palácio da Liberdade, nas proximidades da atual Rua Sergipe” (MUSA, 2022, p.120), ou ainda, a partir de um processo de especulação que seja capaz de abordar a história criativa e interpretativamente. Afinal, a criatividade histórica nos permite extrapolar positivamente os limites impostos pelos registros e arquivos.

Há, ainda, o que podemos denominar de Largo do Rosário, que se encontra soterrado no atual cruzamento das Ruas Timbiras e Bahia, no hipercentro de Belo Horizonte. No fim do século XIX, no então Curral Del Rey, o Largo do Rosário<sup>5</sup>, que ficava à Rua do Rosário, estava abrigada a Capela de Nossa Senhora do Rosário e o Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos; posteriormente demolidos e trasladados para outro local para que a abertura das atuais Ruas da Bahia, Aimorés, Espírito Santo e Avenida Álvares Cabral fosse possível. Em substituição à antiga Capela de Nossa Senhora do Rosário, uma nova capela de mesmo nome foi construída, em 1897, no cruzamento entre as atuais Avenida Amazonas, Rua Tamoios e Rua São Paulo, sem que houvesse menção direta à Irmandade dos Homens Pretos ou práticas culturais e religiosas desenvolvidas por seus membros.

---

<sup>5</sup> BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Largo do Rosário recebe registro provisório de patrimônio cultural imaterial.** Belo Horizonte, 30 mar. 2022b. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/largo-do-rosario-recebe-registro-provisorio-de-patrimonio-cultural-imaterial#:~:text=O%20Largo%20do%20Ros%C3%A1rio%20C3%A9,1819%2C%20no%20Curral%20Del%20Rey.> Acesso em: 8 set. 2023.

Os relatos descritivos de Abílio Barreto em relação à Capela de Nossa Senhora do Rosário são breves e oferecem poucos indícios. Em relação a Capela de Nossa Senhora do Rosário, Abílio Barreto informa que a capela localizava-se em largo de mesmo nome, embora não apresentasse beleza ou arte: "Seguindo-se pela Rua General Deodoro e subindo-se pela do Rosário, chegava-se ao largo que tinha igual nome, em cujo centro se erguia a Capela de Nossa Senhora do Rosário, sem beleza, sem arte, mas admiravelmente bem colocada, em um alto, de onde se descortinava belo panorama do arraial" (BARRETO, 1996, p.257).

A partir do trabalho desenvolvido pelo Padre Mauro Luiz da Silva junto ao Muquifu - Museu dos Quilombos e Favelas Urbanas e o grupo NegriCidade, no ano de 2021 houve o protocolamento junto ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte - CDPCM-BH da solicitação do registro do Largo do Rosário enquanto Bem Imaterial do município de Belo Horizonte, que teve seu registro provisório promulgado no dia 30 de março de 2022.

Mauro Luiz da Silva, popularmente conhecido como Padre Mauro, é pároco da Paróquia Jesus Missionário e é Curador do Muquifu - Museu dos Quilombos e Favelas Urbanas, que propõe a salvaguarda das favelas enquanto verdadeiros quilombos urbanos. O Muquifu é uma instituição com extenso acervo fotográfico, de objetos, imagens e histórias, que contam sobre a experiência cultural dos moradores de várias favelas e quilombos de Minas Gerais. No ano de 2021, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas, Padre Mauro defendeu sua tese de doutorado sobre o patrimônio da Arquidiocese de Belo Horizonte e o afro-patrimônio de Belo Horizonte. A tese discute a relação da Igreja, Estado e os Reinados Negros, na contribuição da construção das políticas de patrimônio da cultura afro-brasileira, tendo como um dos objetos de discussão a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Curral Del Rey.

Segundo o Relatório Técnico Relativo à Solicitação de Abertura de Processo de Registro Imaterial para o Território Denominado Largo do Rosário (Confluência das Ruas da Bahia e Timbiras), elaborado pela Diretoria de Patrimônio Cultural e Arquivo Público - DPCA a partir

do pedido protocolado por Mauro Luiz da Silva, Padre Mauro, em 20 de maio de 2021, o pedido do registro imaterial se justifica porque:

Neste espaço, no final do século XIX, localizava-se a Rua do Rosário, o Largo do Rosário e a Capela de Nossa Senhora do Rosário, que tinha em seu adro o Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, edificações estas que foram demolidas durante o período de construção da Cidade de Minas (atual Belo Horizonte). O requerente argumenta que o local supracitado é um espaço de referência histórica, cultural e simbólica da presença negra e suas manifestações no antigo Curral Del Rey e Nova Capital de Minas Gerais (BELO HORIZONTE, 2021, n. p.)

Segundo o relatório técnico, a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos foi fundada possivelmente no século XVIII, ou seja, em período similar ou próximo o da fundação da então Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rei, que

Em 1750 tornou-se Distrito de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rei, foi elevado à Freguesia, subordinada, agora à Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, na Comarca do Rio das Velhas. Em 1893 foi elevado à condição de município e capital de Minas Gerais com a denominação "Cidade de Minas" (BELO HORIZONTE, 2021, n. p.)

A Capela foi inaugurada em 1819 e abrigava a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e contava com um Cemitério dos Pretos do Curral Del Rey, que contava "com 60 sepulturas e foi constituído em 1811" (BELO HORIZONTE, 2021, n. p.), local no qual se realizava o sepultamento de membros da Irmandade. O Relatório Técnico informa que "um primeiro registro sobre sua existência foi encontrado no início do século XIX, mais precisamente em 1807, em carta enviada a Dom João VI, na qual os irmãos solicitam autorização para a construção de uma capela própria e a instalação de cemitério para os benfeitores da irmandade em seu adro" (BELO HORIZONTE, 2021, n. p.) e completa que "se a irmandade estava estruturada para fazer tal pedido nesta data, provavelmente já havia se passado um período de tempo relativamente grande para obter um bom nível de organização e estruturação após sua fundação" (BELO HORIZONTE, 2021, n. p.). O pedido foi atendido por Dom João VI "desde que a Irmandade arcasse com os custos" (BELO HORIZONTE, 2021, n. p.). Ou seja, já naquela época existia no Curral Del Rey uma instituição negra coletiva e politicamente organizada.

Outro processo de violência explícito com a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos se deu a partir do processo de demolição da Capela, que não previu o traslado dos corpos ali sepultados, que “era destinado a uma categoria social específica e quase anônima, considerada inferior numa sociedade marcada pela rigidez hierárquica” (SILVA, 2021, p. 11 apud BELO HORIZONTE, 2021, n.p).

No que diz respeito aos corpos sepultados no Cemitério da Irmandade dos Homens Pretos, pesquisas apontam para o seu abandono, sem que tenha sido identificada documentação específica relativa ao traslado dos corpos ali sepultados durante o período em que o cemitério esteve ativo, qual seja, desde a autorização, em 30 de agosto de 1811, até à proibição para os sepultamentos, em 1895. (SILVA, 2021, p. 11 apud BELO HORIZONTE, 2021, n.p)

**Fotografia 06** - A antiga Capela do Rosário dos Homens Pretos foi demolida em 1895 para a abertura das Ruas Guajajaras, Bahia e Avenida Álvares Cabral.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto.

**Fotografia 07** - Capela Curatorial Nossa Senhora do Rosário, 1897.



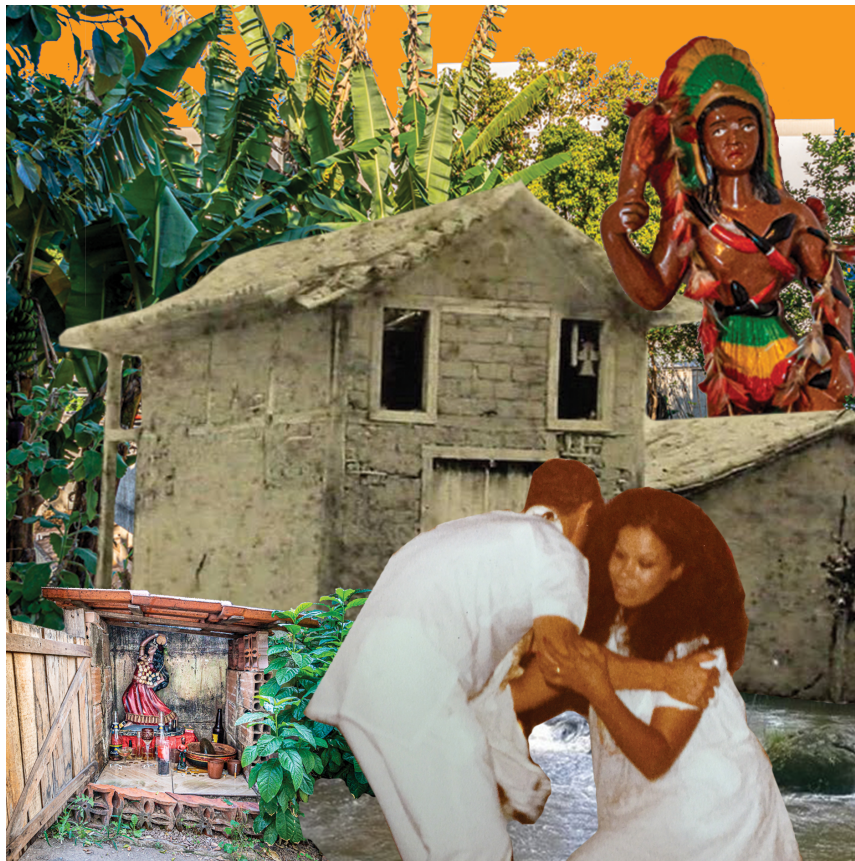
Fonte: Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto.

Esses são alguns dos exemplos que informam e localizam o contexto de exclusão, apagamento e silenciamento que a população africana em contexto de diáspora foram confrontadas para que a cidade de Belo Horizonte fosse mais que um decreto assinado. É neste quadro de violência e exclusão, mas também de produção de modos de vida diversos que o Kilombo Família Souza e outras comunidades tradicionais de matriz africana presentes na cidade de Belo Horizonte se encontraram.



## Excursão 02 | Exercício especulativo a partir de imagens

### Especulação 01. A Igreja de Senhora de Santana é também Kilombo Souza



Fonte: Colagem digital a partir de imagens do acervo pessoal do Kilombo Família Souza (2020, Leo Tafuri (2020) e imagem da Capela de Santana, presente em (BARRETO, 1996, p.261). Elaboradora por Daniel Menezes e Amanda Sicca, 2023.

Na imagem intitulada de **Especulação 01: A Igreja de Senhora de Santana é também Kilombo Souza**, realizei uma colagem digital que transportasse para o tempo presente, e do Kilombo Souza, às práticas religiosas desenvolvidas pelo caboclo João Evangelista, devoto de Nossa Senhora de Santana, no então Curral Del Rey. Na imagem é possível observar ao fundo bananeiras presentes no território da família Souza. Bananeiras essas que estão parcialmente tapadas pela Capelinha de Santana, construída pelo caboclo João Evangelista nos idos do século XIX. Do lado esquerdo temos a Casa de Exu, construída pela matriarca da família Souza, Dona Lídia Martins, em resposta a sua devoção e fé em entidades cultuadas por ela a partir de sua formação na umbanda. A frente e em destaque vemos Dona Lídia Martins participando de algum ritual (ou celebração) na Umbanda. E no alto do lado direito, como uma sentinela, temos uma imagem da entidade Caboclo, presente no Quartinho de Santo do Kilombo Família Souza. O Curral Del Rey não é passado demolido pela engenhosidade e urgências do progresso. Curral Del Rey é uma manifestação presente e latente em Belo Horizonte. Curral Del Rey é Kilombo Souza, Kilombo Souza é Curral Del Rey.

**Especulação 02. Curral Del Rey de Maria, Belo Horizonte dos Souza**

Fonte: Colagem digital a partir de imagens do acervo pessoal do Kilombo Família Souza (2020), Leo Tafuri (2020) e imagem de Maria presente em (BARRETO, 1996, p.228). Elaboradora por Daniel Menezes e Amanda Sicca, 2023.

Na **Especulação 02: Curral Del Rey de Maria, Belo Horizonte dos Souza**, realizei uma colagem digital que mescla imagens do território atual da família Souza, seu quintal ancestral, no qual é possível ver uma imagem de Gláucia Martins, fantasiada para o carnaval, em frente a edificação, tal qual Maria. No quintal da família Souza plantavam e ainda plantam uma diversidade de espécies frutíferas, hortaliças, plantas e ervas medicinais e ritualísticas, tal qual a curandeira e benzedeira Maria muito possivelmente fazia e praticava no Curral Del Rey. Se no Curral Del Rey havia kilombo e benzeção, em Belo Horizonte ainda há.



### Especação 03. Liberdade é o rancho de Maria



Fonte: Colagem digital a partir de imagem de Maria presente em (BARRETO, 1996, p.228). Elaboradora por Daniel Menezes e Amanda Sicca, 2023.

No exercício especulativo presente na imagem **Especação 03: Liberdade é o rancho de Maria**, realizei uma colagem digital, no qual o rancho (ou a cafua) de Maria foi inserido em seu território original, atualmente ocupado pelo Palácio da Liberdade. Se para Abílio Barreto, a casa de Maria “existiu pouco abaixo do local em que se acha hoje o Palácio da Liberdade, nas proximidades da atual Rua Sergipe”, em um exercício de imaginação e especulação histórica ele ainda existe.



## 05 | DIÁSPORA NA DIÁSPORA: VILA TEIXEIRA SOARES: KILOMBO FAMÍLIA SOUZA

---

A diáspora africana foi um processo migratório forçado e transatlântico de milhões de pessoas para as Américas, para atuarem como mão de obra forçada e escravizada, principalmente entre os séculos XVI e XIX. Algumas estimativas consideram o tráfico negreiro transatlântico como o maior movimento migratório forçado da história, tendo resultado no deslocamento forçado de aproximadamente onze milhões de pessoas, tendo sido trazidas para o Brasil uma população estimada de cinco milhões de pessoas.

Os africanos traficados para o Brasil foram forçados a trabalhar em plantações de açúcar, algodão, tabaco, tendo contribuído em todas as esferas sociais e organizativas. Esse processo diaspórico disseminou diversas práticas culturais africanas ao longo de todo mundo, e teve impacto significativo na formação histórica, cultural e social dos países no qual as mais diversas etnias chegaram. A diáspora teve também impacto significativo na própria população da África, resultando em países com grande perda populacional.

E neste aspecto, considerando a necessidade de refletir o resgate histórico a partir da “história centrada em atores” e o “fim da narração tradicional” precisamos nos perguntar qual a história do negro no Brasil para além da sua contribuição enquanto mão de obra forçada. Afinal, “é tempo de falarmos de nós mesmos, não como 'contribuintes', nem como vítimas de uma formação histórico-social, mas como participantes dessa formação” (NASCIMENTO, 2021, p.53). “O escravo negro, assim como o negro atual, não participou da formação do Brasil só com o seu trabalho, com seu sofrimento, ele participou também da mesa, da cama, do pensamento e das lutas políticas do colonizador e seus descendentes (NASCIMENTO, 2021, p.48). E sendo o negro participante ativo dessa formação

histórico-social, é necessário “esclarecer todo produto ideológico de quatro séculos de inexistência dentro de uma sociedade da qual ele participou em todos os níveis” (NASCIMENTO, 2021, p.52), buscando construir uma narrativa que busque:

caracterizar isso não somente com repetições de situações mas com interpretação fidedigna acerca dos reflexos do racismo em nós, a fim de que nos integremos na “consciência nacional” não como objetos de estudo, mumificados por força de uma omissão e de uma dependência de pensamento que não fez mais que perpetuar o status quo ao qual estamos submetidos historicamente (NASCIMENTO, 2021, p.53-54)

Para isso nos lançaremos a Especulação e Fabulação a partir da trajetória da família Souza, iniciada por Petronillo de Souza e Elisa de Souza no início de século XX e informações contidas em documentos, tais como certidão de batismo, certidão de casamento e registros em cartório de compra e venda do lote da família Souza, a partir de reflexões propostas sobretudo por Saidiya Hartman e demais intelectuais e autores como Muniz Sodré, Beatriz Nascimento e Priscila Musa.

O patriarca fundador do Kilombo Família Souza, o senhor Petronillo<sup>6</sup> nasce na cidade de São José d’Além Parahyba em 31 de maio de 1879, filho de Joanna, mulher negra escravizada em uma das fazendas de Joaquim Luiz de Souza Breves, um reconhecido traficante de sujeitos africanos cuja família possuía diversas fazendas, dentre elas, uma localizada na cidade de São José d’Além Parahyba. Sobre a paternidade de Petronillo de Souza não há informações concretas, já que essa informação se encontra omitida em sua certidão de batismo. A certidão de Petronillo de Souza informa ainda que o patriarca da família Souza foi batizado por Miguel e Possidônia, também escravizados nas fazendas de Joaquim Luiz de Souza Breves.

Embora tenha nascido após a promulgação da Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco (Lei nº 2.040, de 28 setembro de 1871), a documentação de batismo de Petronillo de Souza nos

---

<sup>6</sup> A família Souza não possui nenhum registro fotográfico de Petronillo, por essa razão, sua ausência. Nos documentos oficiais, como certidões de batismo e casamento, a grafia do nome de Petronillo aparece de duas maneiras, ora Petronilho, ora Petronillo. Para evitar confusões, vou adotar a grafia Petronillo em todos os momentos em que me referir ao patriarcado fundador do Kilombo Família Souza.

leva a crer que o patriarca tenha vivido temporariamente na condição de escravizado, tendo compartilhado essa condição com sua mãe Joanna.

Sobre Elisa da Conceição os arquivos registrados e encontrados pela família Souza não informam sobre sua data de nascimento, mas especula-se que tenha nascido no ano de 1887. Os documentos informam que Elisa era filha de Cezaria da Conceição, sobrenome de mãe e filha adotadas possivelmente em alusão à santa católica Nossa Senhora da Conceição. Elisa nasceu na freguesia de Angostura, onde residiu em Volta Grande até se casar e se mudar com seu marido. Após seu casamento com Petronillo de Souza, Elisa passa a assinar com o sobrenome de seu marido, que havia adotado esse sobrenome a partir da relação de escravização com a família Souza Breves. Diferente de seu marido Petronillo, Elisa de Souza gozou da liberdade auferida pela Lei do Ventre Livre desde seu nascimento.

**Fotografia 08** - Elisa de Souza em 1927.



Fonte: reprodução digital de imagem do acervo pessoal do Kilombo Família Souza, 2022.

Elisa e Petronillo se casaram na igreja matriz de São José d'Além Parahyba às 12h do dia 08 de dezembro de 1902, Petronillo no auge de seus 23 anos e Elisa já com possivelmente seus 15 anos de idade. Os padrinhos e testemunhas foram Augusto Leite Leonel, oficial de justiça, e sua esposa Angelica de Barros Leonel. Do casamento de Elisa e Petronillo, nasceram sete crianças: Sebastiana, Maria, Eurides, Eurico, Odete, José e Joaquim de Souza, que deram prosseguimento à árvore genealógica iniciada por Elisa e Petronillo.

Após o casamento de Elisa e Petronillo, os fundadores do hoje Kilombo Família Souza, se mudaram para a cidade de Araxá. Em relação ao processo de migração de São José d'Além Parahyba para a cidade de Araxá não há informações concretas, embora especula-se que Elisa e Petronillo tenham permanecido na região do Alto Parnaíba por aproximadamente 07 anos, entre os anos de 1902 e 1909, realizando trabalhos em uma fazenda. Embora não haja relatos que informem concretamente sobre a mudança da cidade de São José d'Além Parahyba para Araxá, Gláucia Martins, bisneta de Petronillo e Elisa, compartilhou em entrevistas realizadas no contexto de elaboração dos Estudos para Dossiê de Registro, que o que motivou a mudança de seus bisavós para a cidade de Belo Horizonte foi justamente um desentendimento entre Elisa e Petronillo e seus contratantes.

Após esse desentendimento com um capataz da fazenda onde Elisa e Petronillo trabalhavam na cidade de Araxá, já na condição de livres e libertos, a família se muda para a cidade de Belo Horizonte, possivelmente atraídos pelo processo de construção da nova capital de Minas Gerais, que prometia ares modernos. Em meados da década de 1910, possivelmente entre os anos de 1909 e 1915, a família Souza chega na cidade de Belo Horizonte, onde adquirem através de contrato de compra e venda, o território onde hoje se situa o Kilombo Família Souza, anteriormente a VII Seção da Zona Suburbana, segundo informações do plano urbanístico proposto pela Comissão Construtora da Nova Capital - CCNC, onde hoje se encontra o bairro de Santa Tereza.

A Lei nº3.353 de 13 de maio de 1888, popularmente conhecida como Lei Áurea, foi a responsável pela instituição do fim da escravidão no Brasil, o que ficou determinado a partir dos dois únicos artigos presentes na Lei, a ver:

A princesa Imperial, Regente em Nome de Sua Majestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a Lei seguinte:

Art. 1º É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário<sup>7</sup>

Mesmo em um contexto pós-abolição é sabido que as relações de trabalhos para os sujeitos negros até então escravizados ou libertos não havia mudado de quadro, mantendo-se ainda uma realidade comum para os sujeitos negros daquele período, que embora tenham passado da condição de escravizados para “trabalhadores livres”, esse processo de contratação dava-se “apenas na área do subemprego - pequenos ofícios, comércio ambulante, trabalho doméstico”, como explicitou Muniz Sodré (2019, p.43) ao se referir a relação de trabalho que os corpos negros mantiveram no Rio de Janeiro em um contexto pós-abolição.

As cidades, e nisto inclui-se Belo Horizonte, apresentaram-se como uma chamariz para essa mão de obra “livre” e possivelmente ociosa e detentora de diversos saberes fosse buscar nas cidades outras possibilidades de garantir sua subsistência, que encontraram no processo de construção da Nova Capital uma possível nova fonte de renda. Essa relação de exploração difere-se, por exemplo, da maneira como os membros do funcionalismo público e suas famílias foram tratados: tendo um lugar de moradia definido e garantido dentro da zona urbana da nova capital, ou ainda, da maneira como os imigrantes europeus vindos para o Brasil foram recebidos: com terras para cultivar, subsídios e incentivos variados.

---

<sup>7</sup> BRASIL. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. *In*: BRASIL. **Coletânea das leis do império do Brasil de 1888**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 1. (Atos do Poder Legislativo, parte I, tomo XXXV). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim3353.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.353%2C%20DE%2013,Art.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.353%2C%20DE%2013,Art. Acesso em: 9 set. 2023.) Acesso em: 9 set. 2023.

Muniz Sodré (2019) ressalta a facilitação da entrada de imigrantes no país, sobretudo durante o período de 1891 e 1900, a partir de políticas implementadas pelo senador Vergueiro. Para Sodré essa “foi uma decisão contra o negro: concorrência estrangeira viria prejudicar em muito o acesso de ex-escravos às vagas oferecidas pela indústria e comércio” (2019, p.43), o que acaba por reforçar como único lugar possível o de mão de obra para subempregos.

Isso denota como plano de fundo ideológico, o entendimento de que “o antigo escravo era alguém a ser afastado – e, junto com ele, as aparências de pobreza, de hábitos não “civilizados”, de questões sociais graves –, por qualquer plano de remodelação da cidade, do espaço imediatamente visível” (SODRÉ, 2019, p.44), ou seja, a presença da população negra no Curral Del Rey era um problema ideológico, que refere-se a um passado (embora recente) que gostaria-se de apagar ou não lidar concretamente.

Essa necessidade de afastamento dos corpos negros dos núcleos urbanos que reproduziam uma lógica de cidade europeizada, pode ter se apresentado como alternativa de segregação desse grupo social racializado. Em um período no qual a escravização estava institucionalmente legalizada, a proximidade entre o corpo branco e o corpo negro não era necessariamente uma questão, uma vez que as diferenças hierárquicas se davam e eram marcadas a partir da identidade étnica. Com o processo de abolição da escravatura, essas relações hierárquicas de certa maneira se diluem, em um contexto de relação social pós-abolição, daí a necessidade de reelaboração das estratégias de segregação.

Especula-se ainda, segundo reflexões levantadas no contexto dos Estudos para Dossiê de Registro, que “a vinda para Belo Horizonte pode ser interpretada como essa necessidade de encontro de uma identidade e construção de uma subjetividade outra, para além da de ex-cativo” (ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO, 2020, p.67), ou ainda, que “deslocar-se, mudar-se de São José d'Além Parahyba, denota a necessidade de desligar-se de um passado de opressão e violência, talvez, encontrando na nova capital do Estado de Minas Gerais outras possibilidades” (ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO, 2020, p.67).

Ou seja, a migração para Belo Horizonte pode ser associada a uma busca de novas possibilidades de viver e fazer-se, onde adquirem um território, comprado com registro de compra e venda lavrado em cartório. O processo de migração para Belo Horizonte pode ser interpretado, também, a partir dos relatos, como a necessidade de encontro e construção de uma identidade e (re)construção dessa subjetividade mesma para além da de ex-cativo.

A historiadora Maria Beatriz Nascimento, em narração no Documentário Orí de 1989, nos alerta da importância de nos atentar que “o quilombo surge do fato histórico que é a fuga. É o ato primeiro do homem que não reconhece que é propriedade de outro, daí a importância da migração, da busca do território” (NASCIMENTO; GERBER, 1989). Migrar para o quilombo é mais que um deslocamento de um território a outro, é a possibilidade de romper com o projeto de produção de modos de vidas inauditos, silenciados e apagados. É a reivindicação do direito à vida, de encontro consigo e sua ancestralidade e isso se torna possível em um processo de conexão com a terra, enquanto elemento físico, e o território, já que “o fundamento do quilombo é a terra. O homem se identificando profundamente com a terra” (NASCIMENTO; GERBER, 1989).

O quilombo é uma história... Essa palavra tem uma história e também tem uma tipologia de acordo com a região e de acordo com a ordem do tempo; sua relação com o território. É importante ver que hoje o quilombo traz para gente, não mais o território geográfico, mas o território a nível de uma simbologia. Nós somos homens, temos direito ao território, à terra. Várias e várias partes da minha história me contam que eu tenho direito ao espaço que eu ocupo na nação e é isso que Palmares está dizendo naquele momento. Eu tenho direito a um espaço que eu ocupo dentro desse sistema, dentro dessa nação, dentro deste limite geográfico que é a capitania de Pernambuco. A terra é o meu quilombo, meu espaço é o meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Onde eu estou, eu sou.

Longe deste contexto de incentivo, ao chegarem na cidade de Belo Horizonte, Elisa e Petronillo, adquirem os lotes número 41 e 42 da antiga Granja Werneck, um território com aproximadamente 7.000m<sup>2</sup> (sete mil metros quadrados), em declive, que contava com cursos d'água dentro de seu território e em regiões próximas, como o Córrego da Mata, tamponado para a construção da atual Avenida Silviano Brandão e o próprio Ribeirão

Arrudas. A água é um atributo importante e presente no cotidiano da família Souza desde a fundação do kilombo.

O território comprado por Petronillo e Elisa de Souza passou por três processos de transferência de propriedade registrados e documentados no 1º Ofício de Registro de Imóveis (Cartório Francisco Casimiro Martins Ferraz). No Livro de Transcrição de Imóveis nº3-B, às FLS. 213, consta a primeira certidão datada de 12 de janeiro de 1921 que informa que parte do lote nº 42 da Colônia Américo Werneck, com aproximadamente 3.000m<sup>2</sup> (três mil metros quadrados) foi vendido por Arthur Ramos e Anna Leonor Nogueira para Honorio Coelho ao valor de 400\$000 (quatrocentos mil réis).

A segunda certidão registrada no Livro de Transcrição de Imóveis nº3-B, às FLS. 226, informa que parte do lote nº 42 da Colônia Américo Werneck, agora com aproximadamente 2.290m<sup>2</sup> (dois mil duzentos e noventa metros quadrados) e com 01 caua, foi vendido por Honorio Coelho para Gabriel Oliveira Santos, por igual valor de 400\$000 (quatrocentos mil réis).

E por fim, a terceira certidão registrada no Livro de Transcrição de Imóveis nº3-C, às FLS. 165 datada de 23 de janeiro de 1924, informa que parte do lote nº 42 da Colônia Américo Werneck com 2.290m<sup>2</sup> (dois mil, duzentos e noventa metros quadrados) e 01 caua, assim como, parte do lote nº 41 da Colônia Américo Werneck com 4.390m<sup>2</sup> (quatro mil, trezentos e noventa metros quadrados), totalizando 6.680m<sup>2</sup> (seis mil, seiscentos e oitenta metros quadrados) foi vendido por Gabriel de Oliveira Santos e Maria V. Oliveira Santos para Elisa, Sebastiana, Maria, Eurides, Eurico, Odete, José e Joaquim de Souza, ao custo de 1:000\$000 (mil contos de réis), em contrato firmado no dia 22 de novembro de 1923.

Ao observarmos as informações dos registros de compra e venda, composto de três documentos que informam sobre o lastro de posse, compra e venda do território da família Souza, obtido a partir do Cartório Francisco Casimiro Martins Ferraz - 1º Ofício de Registro de Imóveis, do território inicialmente ocupado por Elisa, Petronillo e filhos, o lote nº 42 da antiga Granja Werneck, nos conta que inicialmente o território foi vendido por Arthur Ramos e Anna Leonor Nogueira para Honório Coelho por 400\$000 (quatrocentos mil réis). Honório



Coelho vende para Gabriel Oliveira Santos por igual valor de 400\$000 (quatrocentos mil réis) e por último, Gabriel Oliveira Santos e Maria V. Oliveira Santos vendem para Elisa de Souza e herdeiros pelo valor de 1:000\$000 (um conto de réis), parte do lote nº 42 e o lote nº 41. Os relatos de membros da família Souza contam ainda que Elisa e Petronillo levaram cerca de 10 anos para realizar o pagamento da compra do lote, primeiramente Elisa e Petronillo e após a morte de Petronillo tendo ficado ao cargo de Elisa e seus descendentes.

Seguindo a vocação inicialmente pensada pela Comissão Construtora da Nova Capital - CCNC para a Zona Suburbana de Belo Horizonte, ou seja, que a princípio tendia a suprir possíveis expansões urbanas e possibilitava a produção de gêneros agrícolas para o abastecimento da nova capital, a família Souza fez da produção agrícola e a criação de animais, como galinha e porcos, sua principal fonte de renda. Há ainda, relatos da família Souza que dizem que Petronillo de Souza atuou profissionalmente enquanto carpinteiro esculpindo as portas da Catedral da Boa Viagem. Nesta esteira e possivelmente motivados por uma experiência anterior nas fazendas cafeeiras na cidade de São José d'Além Parahyba e Araxá, a família Souza inicia uma produção agrícola e de víveres como fonte de renda, além da produção para subsistência.

Como dito anteriormente, na nota de rodapé 6, infelizmente as pesquisas realizadas pela família Souza em arquivos pessoais ou institucionais não localizaram nenhum registro fotográfico de Petronillo de Souza. Em uma conversa com Gláucia Martins, no contexto da escrita de sua tese "Quem vê cara não vê ancestralidade: arquivos fotográficos e memórias insurgentes de Belo Horizonte" (2022), Priscila Musa, compartilha que enquanto reunia fotos do Kilombo Souza para sua tese de doutorado contribuiu no processo de organização das imagens que viriam a compor o Dossiê de Registro Imaterial do Kilombo Família Souza junto ao Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA. Neste processo de pesquisa Priscila Musa compartilhou que:

Quando estive na casa paroquial da igreja encontrei uma das raras fotos em que a igreja aparece em obras. É uma vista da lateral direita e fundos, nela aparecem dois homens negros de chapéu, um deles na entrada lateral e outro no adro. Os dois estão de pé e olham para o fotógrafo, mas muito

distantes dele. O fotógrafo parece não ter se preocupado em mostrá-los na foto, o chapéu faz sombra no rosto dos dois. Assim não temos elementos para identificá-los, mas ao ver a foto Gláucia disse, um pouco de brincadeira: “Vamos colocar no dossiê, é meu bisavô!”. Petronillo, assim como o Sr. Roberto da Pedreira Padre Lopes, é cada um dos trabalhadores e todos eles, é esse trecho de Boa Viagem e toda ela, é parte da cidade que aparece junto a eles e toda a cidade, também de maneira constitutiva (MUSA, 2022, p.103-104).

Fotografia 09 - Petronillo construindo a Catedral de Boa Viagem, data desconhecida.



Fonte: Arquivo Público Mineiro.

A foto em questão não se tratava de Petronillo de Souza, ou ainda, de Roberto da Pedreira Padre Lopes, por isso o tom de brincadeira na fala de Gláucia Cristine ao observar na imagem, alguém que poderia ser possivelmente seu bisavô. Na mesma tese, Priscila Musa, compartilha que aprendeu ouvindo de Valéria Borges, ao mostrá-la uma fotografia sobre o processo de construção do Viaduto de Santa Tereza, que “o contrário do visível não é o invisível, o contrário do visível é a falta de imaginação histórica” (MUSA, 2022, p.103), o que para Gláucia Cristine já parecia estar explícito e bem sedimentado. A questão maior para Gláucia parecia ser o de ter sido confrontada com a confirmação e comprovação de uma informação sobre seu bisavô que ela havia acessado a partir de relatos orais de sua família: seu bisavô Petronillo havia trabalhado esculpindo as portas da Catedral de Nossa Senhora da Boa Viagem.

A imagem de dois homens pareceu tornar real para a Gláucia a informação sobre seu bisavô, personificada na corporeidade negra de dois homens dos quais não se sabe o nome ou a origem, mas que a imaginação histórica latente de Gláucia Cristine conseguiu transferir para esses dois corpos negros sem rosto e nome, uma identidade e subjetividade que equivaleria à identidade e subjetividade que ela mesma atribui ao seu bisavô.

É como se o registro fotográfico desses dois homens, desses dois Petronillo's, fosse capaz de retirar mais uma nuvem cinza que pairava sobre a trajetória de sua família. Ao confrontar a fotografia com sua frase, “Vamos colocar no dossiê, é meu bisavô!”, Gláucia pareceu tentar ultrapassar os limites que o arquivo mesmo havia colocado sobre a existência e identidade de seu bisavô, até então limitada a uma certidão de nascimento que informava que era Petronillo filho de “Joanna, mulher negra escravizada nas fazendas de Joaquim de Souza Breves”. Gláucia questiona e ultrapassa os limites impostos pelo registro fotográfico. Ela vê na fotografia Petronillo a partir dos pares de seu bisavô: homens negros que trabalharam na construção de Belo Horizonte e possuem sua trajetória invisibilizada, realizando um gesto de especulação a partir de arquivos fotográficos institucionais e oficiais.

Semelhante gesto é experimentado em um outro contexto por Saidiya Hartman<sup>8</sup>, mulher negra norte-americana, acadêmica e professora universitária, com pesquisa fundamentada nos estudos da experiência afro-estadunidense, discutindo experiências de escravização e a continuidade dessas experiências de violências produzidas nos arquivos oficiais, que negligenciam diversas narrativas. No ensaio *Vênus em Dois Atos*, a professora reflete sobre o arquivo da escravidão e seus limites a partir da narrativa do assassinato de duas jovens negras, enquanto fonte de recriação especulativa e fabulativa das experiências de ex-cativos e cativas. A todo momento a autora se indaga sobre como escrever sobre histórias impossíveis, como exceder os limites próprios da constituição do arquivo, em “uma narrativa do que talvez tivesse sido ou poderia ter sido” (HARTMAN, 2020, p. 30), em “uma História escrita com e contra o arquivo” (HARTMAN, 2020, p. 30), tal como experimentado por Gláucia ao se deparar com a fotografia da construção da Catedral da Boa Viagem. Neste sentido, Hartman assume que:

A intenção não é tão miraculosa como recuperar as vidas das pessoas escravizadas ou redimir os mortos, mas em vez disso trabalhar para pintar o quadro mais completo possível das vidas de cativos e cativas. Esse gesto duplo pode ser descrito como um esforço contra os limites do arquivo para escrever uma História cultural do cativo e, ao mesmo tempo, uma encenação da impossibilidade de representar as vidas dos cativos e cativas precisamente por meio do processo de narração (HARTMAN, 2020, p. 28)

O método que guia a prática de narração proposta por Hartman é descrito como *Fabulação Crítica*, que possui como mote a “contenção narrativa, a recusa em preencher lacunas e dar fechamento” (HARTMAN, 2020, p. 29), cuja “intenção dessa prática não é dar voz ao escravo, mas antes imaginar o que não pode ser verificado” (HARTMAN, 2020, p. 29) no e pelo arquivo.

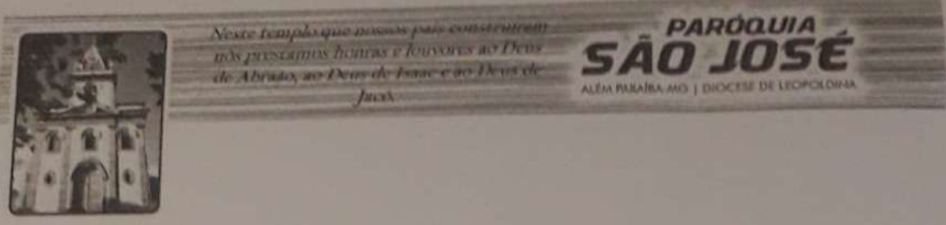
A trajetória oficialmente documentada ou presente nos arquivos sobre a trajetória do Kilombo Família Souza nos informa “pouco mais do que um registro do seu encontro com o poder” (FOUCAULT apud Hartman, 2003, p. 14), descritos, por exemplo, na certidão de

---

<sup>8</sup> Mulher negra, é professora da Columbia University, pesquisadora e autora de *Wayward Lives, Beautiful Experiments: Intimate Histories of Social Upheaval* (2019), *Lose Your Mother: A Journey Along the Atlantic Slave Route* (2007) e *Scenes of Subjection: Terror, Slavery, and Self-making in Nineteenth Century America* (1997).

batismo de Petronillo de Souza, no qual não há registro completo de sua paternidade e no qual sua mãe é descrita como “Joanna, escrava de Joaquim Luiz de Souza Breves” ou os registros de compra e venda que explicitam que a família Souza pagou quase o triplo do valor negociado à época pelo terreno que hoje parcialmente ocupam.

Figura 02 - Atualização da Certidão de Batismo Petronillo de Souza



*Neste templo que nossos pais construíram  
nos prestamos honras e louvores ao Deus  
de Abraão, ao Deus de Isaac e ao Deus de  
Jacob.*

**PARÓQUIA  
SÃO JOSÉ**  
ALÉM PARAÍBA MG | DIOCESE DE LEOPOLDINA

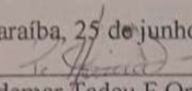
**CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR**


Certifico que, revendo o livro de Assentamentos de Batizados nº 05B, folha 56, desta Paróquia, encontrei o seguinte termo, que transcrevo:

“Aos quinze de junho de mil oitocentos e setenta e nove baptisei solenemente a Petronillo, nascido a trinta e um de maio pp, filho natural de Joanna, **escrava de Joaquim Luiz de Souza Breves**, forão padrinhos Miguel e Possidônia, **escravos do mesmo senhor**, dos que, p0ara constar, fiz este assento que assignei. O vigário. Conego Francisco Bernardino de Souza.

Nada mais continha o referido assentamento, que fielmente copiei do original. Ita in fida parocchi.

Além Paraíba, 25 de junho de 2019.

  
 Padre Valdemar Tadeu F. Orsay G. Lima  
 Paróquia de São José-Diocese de Leopoldina  
 Além Paraíba – Minas Gerais



Tel/Fax: 32-3462 6618 | [www.psaojoseap.com.br](http://www.psaojoseap.com.br)  
Praça de São José - Além Paraíba - MG - 36660-000

Fonte: Paróquia de São José - Diocese de Leopoldina. Além Paraíba - MG, 2019. Acervo pessoal do Kilombo Família Souza.

Esses documentos e arquivos nos fornecem “um esboço insuficiente de sua existência” (FOUCAULT apud Hartman, 2003, p. 14), e neste sentido, a Fabulação Crítica pode auxiliar na construção do que é, poderia vir a ser e será essa trajetória em construção e seus desdobramentos no tempo presente.

Diferente de tantas outras Vênus, Elisa de Souza<sup>9</sup> não foi sentenciada à morte ou aos asteriscos da história. Diferente de Vênus, condenada ao purgatório dos infames arquivos, Elisa possui na corporeidade e na performance da oralitura<sup>10</sup> (MARTINS, p. 77, 2003; MARTINS, 2021) de suas e seus descendentes, a sua trajetória de resistência e vida recontada, experimentada e praticada. A ancestralidade latente no Kilombo Família Souza, permitiu que no tempo presente essa trajetória e projeto de vida sonhado e proposto por Elisa e Petronillo fossem não somente um projeto de presente, mas de devir futuro e contínuo, presente no olhar de Gláucia ao se deparar com a fotografia.

---

<sup>9</sup> Elisa de Souza é filha de Cezária da Conceição, nasceu na freguesia de Angustura, mais especificamente no Morro da Conceição, do qual herda o seu sobrenome de solteira (Elisa da Conceição). Elisa juntamente de Petronillo, foi a fundadora e primeira matriarca do Kilombo Família Souza.

<sup>10</sup> “A esses gestos, a essas inscrições e palimpsestos performáticos, grafados pela voz e pelo corpo, denominei **oralitura**, matizando na noção deste termo a singular inscrição cultural que, como letra (*littera*) cliva a enunciação do sujeito e de sua coletividade, sublinhando ainda no termo seu valor de *litura*, rasura da linguagem, alteração significativa, constitutiva da alteridade dos sujeitos, das culturas e de suas representações simbólicas” (cf. MARTINS, 2003, p.21).

“O significativo oralitura, da forma como o apresento, não nos remete univocamente ao repertório de formas e procedimentos culturais da tradição verbal, mas especificamente, ao que em sua performance indica a presença de uma traço residual estilístico, mnemônico, culturalmente constituinte, inscrito na grafia do corpo em movimento e na vocalidade. Como um estilete, esse traço cinético inscreve saberes, valores, conceitos, visões de mundo e estilos. A oralitura é do âmbito da performance, sua âncora; uma grafia, uma linguagem, seja ela desenhada na letra performática da palavra ou nos volejos do corpo. Como já grifamos, em uma das línguas bantu do Congo, o mesmo verbo, *tanga*, designa os atos de escrever e de dançar, de cuja raiz deriva-se, ainda, o substantivo *ntangu*, uma das designações do tempo, uma correlação plurissignificativa, insinuando que a memória dos saberes inscreve-se, sem ilusórias hierarquias, tanto na letra caligrafada no papel, quanto no corpo em performance. Nessa perspectiva podemos pensar, afinal, que não existem culturas ágrafas, pois nem todas as sociedades confina seus saberes apenas em livros, arquivos, museus e bibliotecas, mas resguardam, nutrem e veiculam seus repertórios em outros ambientes de memória, suas práticas performáticas” (MARTINS, p. 77-78)

Leda Maria Martins é congadeira e Rainha de Nossa Senhora das Mercês da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário no Jatobá. Leda Martins nasceu no Rio de Janeiro e vive na cidade de Belo Horizonte. É poeta, ensaísta, escritora, dramaturga e professora. É doutora em Letras e Literatura Comparada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Artes pela Indiana University e formada em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Leda é também pós-doutora em Performance Studies pela New York University e Performance e Rito pela Universidade Federal Fluminense (UFF).



Assim como Saidiya Hartman, no contexto de elaboração dos Estudos para Dossiê de Registro “eu desejava escrever uma nova história, que não fosse limitada pelos constrangimentos dos documentos legais e que fossem além da reiteração e das transposições que constituíram minha estratégia para desordenar e transgredir os protocolos do arquivo e a autoridade de suas afirmações e que permitiram aumentar e intensificar suas ficções” (HARTMAN, 2020, p. 26).

Enquanto método de construção de narrativa, a Fabulação Crítica se apresenta enquanto uma possibilidade de reconstrução de narrativas imaginativas outras que consigam falar positivamente sobre a trajetória kilombola na cidade de Belo Horizonte, alicerçando essa forma de identificação em processos que digam para além de uma necessária e persistente resistência ao poder e violência, mas como território de construção e em construção de projetos de vidas vários, um contínuo na história. Nesse sentido, sem muito esforço, Gláucia Cristine realiza um esforço de especulação sobre o arquivo similar ao experimentado por Saidiya Hartman em “Vênus em Dois Atos”, trazendo à tona, o que talvez na fotografia tivesse menos expressividade. Neste sentido, tomei a liberdade de renomear a Fotografia 09 para “Petronillo construindo a Catedral de Boa Viagem”.

Inicialmente a trajetória da família Souza foi encabeçada por Petronillo, trazendo para a trajetória da família ares patriarcais, o que depois foi modificado após sua morte no ano de 1921 em decorrência da tuberculose, tendo ficado a cargo de Elisa finalizar a compra dos lotes nº 41 e 42, levando a família por um caminho matriarcal e que persiste até os dias atuais.

O falecimento de Petronillo de Souza vitimado pela tuberculose abre precedentes para acreditarmos que talvez a doença e a busca pela cura tenham também contribuído para que Petronillo e Elisa se mudassem para a cidade de Belo Horizonte, que à época possuía a alcunha de Cidade Jardim em referência a vasta presença de áreas verdes e arborizadas, já que na época havia a crença de que respirar “bons ares” contribui no processo de cura da doença tuberculose.

Outro indício que nos leva a supor tal constatação é o fato de Elisa e Petronillo terem comprado dois lotes próximos ao Hospital Cícero Ferreira, fundado em 22 de outubro de 1910, sendo o primeiro hospital para tratamento de doenças transmissíveis de Minas Gerais, sendo popularmente conhecido por “Isolado” por se localizar no final do bairro, próximo à estação de trem “Parada do Cardoso”. Por se tratar especificamente de um hospital para tratamento de doenças transmissíveis, a alcunha de “Isolado”, pode nos fazer supor que o isolamento faz também referência a necessidade de se estar afastado de tal hospital, evitando possíveis contaminações. Posteriormente, o Hospital Cícero Ferreira deu lugar ao Mercado Distrital de Santa Tereza (TONELLI; ANDRADE, 2019 apud ESTUDOS PARA DOSSIÊ MUNICIPAL, 2020, p. 85), localizado na Rua São Gotardo, no bairro de Santa Tereza, tendo sido inaugurado em 29 de junho de 1974 (PBH, 2022<sup>11</sup>).

Como dito anteriormente, a produção agrícola era uma das atividades laborais responsáveis pela renda da família Souza, tendo sido iniciada a partir dos trabalhos e empenhos de Elisa e Petronillo e passado adiante para Lídia Martins, filha de Maria de Souza e neta de Elisa e Petronillo, e descendentes, embora nos dias atuais não mais com a perspectiva de produção de renda.

A produção agrícola empenhada por Elisa e Petronillo contava com diversas árvores frutíferas, tais como goiaba, jabuticaba, bananeira, mangueira, pés de canela, cravo, louro, maracujá doce, ameixa, acerola, pitanga preta, mexerica, limão rosa, cana-de-açúcar, eucalipto etc (ESTUDOS PARA DOSSIÊ, 2020). Além das árvores frutíferas havia também a produção de hortaliças e tubérculos, tais como mandioca, batata-doce, quiabo, cará, beterraba, cenoura, cenoura baroa, chuchu, feijão, milho; verduras como taioba, couve, alface, almeirão (ESTUDOS PARA DOSSIÊ, 2020). Havia ainda a criação de víveres como galinhas, patos e porcos e a comercialização dos animais e ovos. A granja começou a

---

<sup>11</sup> BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Mercado distrital de Santa Tereza**. Belo Horizonte, 22 mar. 2022a. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/comercializacao/mercados-municipais/mercado-distrital-de-santa-tereza>. Acesso em: 15 dez. 2022.

funcionar em meados de 1915 e teve suas atividades encerradas na década de 1940, após a modificação do Código de Posturas, legislação municipal, que regulamentou a criação de animais.

O excedente da produção agrícola era comercializado em diversas feiras que aconteciam no bairro de Santa Tereza e/ou Belo Horizonte, podendo citar como exemplo uma feira que acontecia na praça Coronel José Persilva, entre as ruas Raimundo Nonato e Salinas, no bairro de Santa Tereza; na feira da avenida Nossa Senhora do Carmo, no bairro Sion; no bairro Padre Eustáquio; e a as feiras nas proximidades da Igreja Cura D'ars, no bairro Prado (ESTUDOS PARA DOSSIÊ, 2020).

Havia também o hábito ainda hoje preservado de produção de ervas medicinais e plantas consideradas sagradas para as religiosidades de matriz afro-brasileira. A família fabricava medicamentos caseiros e os utilizava no tratamento de enfermidades, podendo citar a produção de fumo, funcho, lágrima de nossa senhora, picão, dentre outras.

Após o falecimento de Petronillo em 1921, Elisa se casa novamente no ano de 1930, dessa vez com Edson Pinho, com quem teve três filhos: Edson, Hudson e uma terceira criança da qual não se tem registro em relação ao seu gênero ou nome. Após o casamento, Elisa e Edson, se mudam para o bairro Paraíso, também na regional Leste de Belo Horizonte, deixando o território da família aos cuidados de outros membros da família Souza. No ano de 1942, Elisa fica novamente viúva, após seu marido Edson ter sido assassinado, em circunstâncias das quais também não se tem registro. No ano de 1968 Elisa de Souza faleceu aos 81 anos de idade.

Uma das filhas de Elisa e Petronillo, Maria de Souza, se casa com José Ruas, um homem branco que a levou para morar temporariamente na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil. No Rio de Janeiro Maria e José criam seu único filho, Rosalvo. Após o assassinato de Edson Pinho, Maria de Souza se separa de José Ruas e volta a morar no bairro de Santa Tereza para fazer companhia para sua mãe Elisa, período no qual Maria de Souza conhece e se casa com José da Rocha Martins. Do casamento de Maria de Souza e José Martins nasce

José de Souza Martins em 1941, Maria do Carmo em 1937 e Lídia Martins em 1939. Nota-se, que com a vinda de Maria de Souza para Belo Horizonte, o aspecto matriarcal do hoje Kilombo Família Souza se fortalece mais ainda, uma vez que é a partir do nascimento de seus descendentes que a linhagem principal da família Souza atualmente se constitui, a partir dos descendentes de sua filha Lídia Martins, Maria do Carmo e José de Souza Martins.

Neste sentido, em meados da década de 1940 o território passa da posse de Elisa e demais herdeiros para a de Maria de Souza e seu marido José Rocha, que compram o território da matriarca Elisa. José de Souza Martins se casa com Maria Adélia dos Reis, uma das lideranças ainda hoje presente no Kilombo Souza; já no ano de 1962, Maria do Carmo se casa com Walter Abranches no mesmo período em que sua irmã Lídia Martins se casa<sup>12</sup> com Raimundo Pio Araújo Jr. Lídia e Raimundo são pais de Elizabeth e Gláucia, uma das principais lideranças do Kilombo Família Souza atualmente. Já Dona Lídia Martins, neta de Elisa e filha de Maria de Souza, é a atual matriarca da família Souza.

A primeira casa na qual a família morou, apresentada em um dos documentos de compra e venda como uma cafua, localizava-se próxima de onde hoje se encontra a atual Rua Salinas. Ao longo do tempo a família foi sendo empurrada para o centro do lote, próximo da atual Rua Pouso Alegre e Rua Teixeira Soares. Relatos da família nos informam que a época de dona Elisa de Souza, a cafua que servia como moradia recebeu de seus vizinhos a alcunha de “casa Asa de Urubu”, que na crença de Elisa de Souza fazia uma referência ao formato do telhado de sua casa. Já atualmente, na percepção dos descendentes de Elisa e Petronillo, a alcunha é uma explícita referência racista à identidade étnico-racial de seus moradores. Ou seja, desde sempre a família Souza tem experimentado a violência encabeçada e possibilitada pelo racismo, assim como tantos outros sujeitos negros.

Na década de 1940 se inicia uma das principais tradições da família Souza, a celebração da festa de São Cosme e Damião, a partir das experiências e da formação de Dona Lídia na Umbanda. São Cosme e Damião são santos católicos, que são celebrados entre os dias 26 e

---

<sup>12</sup> É a partir do casamento com Raimundo Pio Araújo Jr., que Lídia passa a assinar o sobrenome Martins, abandonando o sobrenome Souza de seus bisavós.

27 de setembro e em “um processo de sincretismo forçado, São Cosme e Damião são associados ao Orixá Ìbéjì, que também são irmãos gêmeos, ou ainda é associado ao Erê, uma entidade infantil” (ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO, 2020, p.126), daí a forte relação da data comemorativa com as crianças, doces, jogos e brincadeiras.

São Cosme e Damião, cadê Doum?  
 Doum foi passear e não voltou.  
 São Cosme e Damião, cadê Doum?  
 Doum foi passear e não voltou.  
 Corre pra pedreira de Xangô,  
 Vai chamar vovô nagô,  
 Para procurar Doum.  
 Cadê Doum?<sup>13</sup>

Ademais, a família possuía uma participação ativa no carnaval de Belo Horizonte e comemoram o dia de São João com uma Festa Junina, que até meados dos anos 2000 acontecia dentro do território da família Souza e que até então não tinha intenção comercial, mas atualmente acontece na Rua Teixeira Soares e é aberta para demais membros da comunidade e contando com a participação dos vizinhos e moradores do entorno, tornando-se uma tradição do bairro de Santa Tereza.

Já na década de 1960, iniciam-se as construções das primeiras casas e algumas permanecem até o momento no mesmo local no território do Kilombo Família Souza e na década de 1980 se inicia o processo de construção de algumas edificações para aluguel, para ajudar na complementação da renda da família e também para receber demais membros da família que possuíam residência em outras cidades ou estados, como o Rio de Janeiro e Manaus.

Dona Lídia Martins passou pelo seu processo de iniciação e formação na Umbanda na Casa Centro Espírita Pai Joaquim de Aruanda, até então localizada na Rua França, nº 100, no bairro Jardim América e liderada por Mãe Maria e Pai Nestor. Devido ao vínculo de Dona Lídia com a Umbanda, algumas das celebrações mais importantes para a família Souza

---

<sup>13</sup> MARTINS, D. L. Entrevista cedida em 20 de agosto de 2020. In: BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Estudos para dossiê de registro do Kilombo Família Souza enquanto patrimônio cultural imaterial de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2020. p. 55

viraram uma tradição comemorada anualmente, a Festa para Cosme e Damião. Outro processo estabelecido por Dona Lídia a partir de sua formação espiritual foi o processo de atendimento e caridade a partir das entidades da Umbanda, podendo citar a Pombo Gira Cigana. Dona Lídia era uma participante ativa da Festa para Iemanjá, desde a década de 1950, que acontece na Lagoa da Pampulha e atualmente foi reconhecida como Patrimônio Cultural Municipal da cidade de Belo Horizonte no ano de 2019.

A matriarca da família Souza associa o seu processo de prosperidade e a possibilidade de construir outras edificações, no território da família Souza, como fonte de renda secundária ao seu processo de ingresso na religiosidade da Umbanda, tendo inclusive, no mesmo período realizado a construção de um Quartinho de Exu<sup>14</sup> e Quarto de Santo no território do Kilombo Souza, no qual pudesse realizar os devidos ritos e honras para as divindades cultuados no e pelo kilombo, além de usar este espaço para realizar seus atendimentos e consultas espirituais, com pessoas que a procuraram vindas do bairro de Santa Tereza e outras regiões da cidade de Belo Horizonte.

As casas que foram construídas ali todas nos anos 80, que a gente liga muito essas construções, essas obras, à espiritualidade. É uma coisa que minha mãe conta, quando ela começou a frequentar o centro, direitinho (...) Quando ela passou a frequentar a roda, a desenvolver, fez um batismo... Quando chegou nessa parte, aí ela fez ali uma casinha pra acender as velas dela. Foi aí que eu acho que ela sentiu que a vida dela mudou. Foi onde que ela conseguiu, ela fez uma casinha, aí ganhou uma casa, na cabeça dela, ela fala isso, de Exu (ARAÚJO, 2020)<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> “O Quarto de Santo é a parte mais sagrada de qualquer religião de matriz afro-brasileira, caso da Umbanda e Candomblé. É onde se realizam as obrigações e se assentam as energias e entidades que ali são cultuadas. Exú é o nome utilizado para designar a entidade da Umbanda ou Candomblé, responsável por comunicar o mundo material ao mundo imaterial. Na Umbanda Exú se apresenta enquanto uma entidade ou espírito, já no Candomblé Exú é considerado um Orixá. Exú é o Orixá mensageiro de Ifá, portador do Asé, responsável pelo equilíbrio, pelo movimento e por dinamizar a vida. Exú se apresenta enquanto um deus da contradição dialética. É aquele capaz de matar um pássaro hoje com a pedra que atirou ontem, diferente de uma construção historicamente racista de sua imagem que foi demonizada” (Estudos para Dossiê de Registro, 2020, p.122).

<sup>15</sup> Trecho de entrevista cedida por Gláucia Martins presente nos Estudos para Dossiê de Registro (2020, p.17).

E é a partir de seu contato com a Umbanda que surge uma das principais celebrações do Kilombo Família Souza, a festa de São Cosme e Damião<sup>16</sup>, que desde seu início é anualmente comemorada no mês de setembro, em homenagens aos jovens santos curandeiros. É uma festa que contempla comidas diversas, realizações de brincadeiras (como rouba-bandeira, pique e esconde, futebol, vôlei, peteca etc) e atividades na rua, e é comum que vizinhos com filhos crianças ou adolescentes passem no quilombo para que possam buscar suas lembrancinhas.

Havia também a celebração da festa Junina nos meses de Junho e Julho, no qual a comunidade assava batata doce na brasa da fogueira, faziam pipoca, canjica, caldos, além de simpatias para São João e Santo Antônio, o que demonstra a proximidade do Kilombo Família Souza com processos culturais e festivos, ainda que sincretizados, com religiosidades de matriz afro-brasileira.

Tanto as celebrações para São Cosme e Damião, quanto a festa Junina se tornaram presentes no imaginário e no calendário da vizinhança do Kilombo Família Souza, contando com o engajamento e participação dessa vizinhança mesmo. Atualmente, após o processo de registro enquanto Patrimônio Cultural e Imaterial da cidade de Belo Horizonte, há potencial dessas celebrações se tornarem importantes para o calendário da cidade.

É nesta mesma década, 1960, em que a família Souza cede uma parte de seu território para que a atual rua Teixeira Soares fosse aberta e é neste mesmo período em que a família tem acesso pela primeira vez à iluminação pública.

Na década de 1970 se iniciam os conflitos que acabaram por resultar no processo de certificação do Kilombo Família Souza enquanto remanescente de quilombo. Na década de 1970 se iniciam as discussões com o Clube Oásis que invadiu uma parte do território da família Souza, assim como, são pela primeira vez notificados em relação a um pedido de reintegração de posse do território comprado por Elisa e Petronillo.

Em 1970, herdeiros de Arthur Ramos e Anna Leonor Nogueira, os primeiros proprietários de parte do lote nº 42 dos quais se tem registro em cartório, ajuizaram uma ação demarcatória do local, desconsideraram o lastro de propriedade anteriormente apresentado e arquivado no 1º Ofício de Registro de Imóveis (Cartório Francisco Casimiro Martins Ferraz), processo que pode ter sido motivado pelos consecutivos processos de investimento na infraestrutura urbana do bairro de Santa Tereza, podendo destacar a abertura da Rua Teixeira Soares, e a

---

<sup>16</sup> A partir de um processo de sincretismo compulsório São Cosme e Damião, os santos gêmeos que possuem sua santidade associada ao fato de terem oferecido serviços médicos de forma gratuita são costumeiramente associadas aos Erês e Meninos de Angola, identidades infantis cultuadas no candomblé das mais variadas linhagens religiosas e na umbanda.

consequente valorização do preço do metro quadrado comercial do solo. Devido a comprovação da posse do território registrada em cartório, a família Souza pôde respirar aliviada até o ano de 1983, quando foram novamente surpreendidos, desta vez por uma segunda ação pleiteando a posse do terreno e novamente ajuizado pelos herdeiros e descendentes de Arthur Ramos e Anna Leonor Nogueira.

O processo e a ação judicial ficaram cada vez mais complexos, uma vez que não se tratava somente do pleito do território da família Souza, mas de outros terrenos do entorno, assim como, do terreno ocupado pelo Clube Oásis. Porém, embora fosse uma única ação judicial, no ano de 2015 o Clube Oásis fez um acordo, do qual a família Souza não fez parte, com os herdeiros de Arthur Ramos e Anna Leonor.

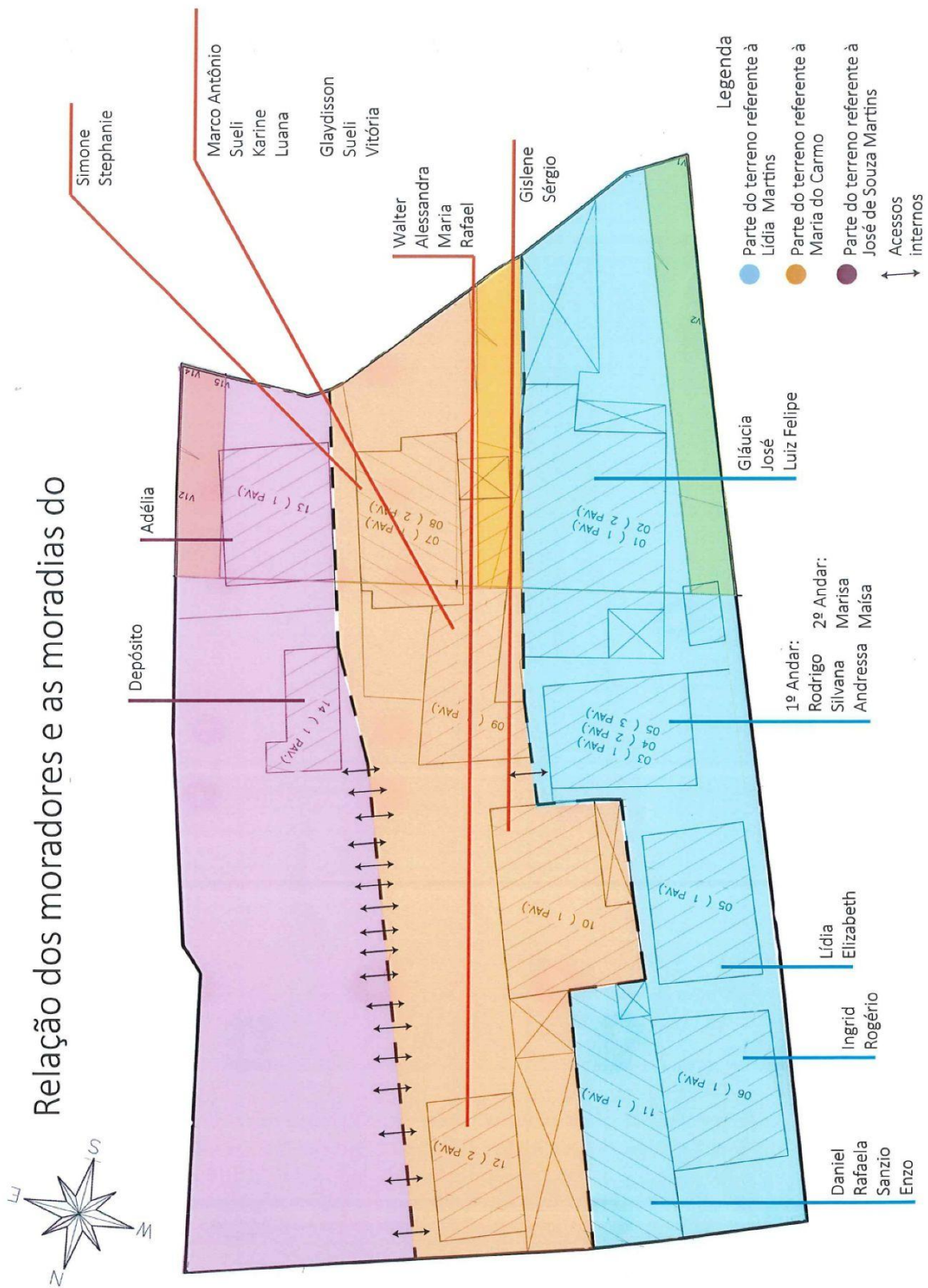
O Kilombo Família Souza foi a quarta comunidade remanescente de quilombo em Belo Horizonte certificada e identificada pela Fundação Cultural Palmares. Atualmente, a família Souza em seu quilombo ocupa parte do território que originalmente pertencia a família e se localiza na Rua Teixeira Soares, no bairro de Santa Tereza, território que ocupam parcialmente desde meados da década de 1910.

O lote da família Souza está ocupado por espaços dedicados à residência de seus moradores, espaços de hortas e plantações diversas, assim como, aqueles espaços dedicados às atividades religiosas, culturais, e mais recentemente laborais da comunidade.

Segundo as informações recolhidas no contexto de elaboração dos Estudos para Dossiê de Registro do Kilombo Souza, enquanto Patrimônio Cultural Imaterial, e sistematizadas na Cartografia 02, o território atual da família Souza possui uma divisão organizacional imaginária do espaço e que diz respeito à parcela “ocupada” por edificações residenciais dos netos de Elisa e Petronilo: Lídia Martins, a atual matriarca da família Souza; Maria do Carmo e José de Souza Martins e seus descendentes. Embora a comunidade entenda que haja essa organização na ocupação do território, não há uma perspectiva associada à propriedade ou que limite a utilização de tais espaços por membros da família Souza que não sejam parentes de primeiro grau dos netos de Elisa e Petronillo. A Cartografia 02 foi elaborada conjuntamente com a comunidade no contexto de elaboração dos Estudos para Dossiê de Registro e uma discussão mais aprofundada sobre os núcleos familiares e suas distribuições no território kilombola.



Cartografia 02 - Relação de moradias e moradores no Kilombo Souza



Fonte: Estudos para Dossiê de Registro, 2020.

Na parcela referente a José de Souza Martins, temos presentes somente duas edificações, a casa de Maria Adélia dos Reis<sup>17</sup> (13) e uma edificação que a comunidade utiliza como uma espécie de depósito (14). Além disso, é nesta parcela do território onde se encontra atualmente a maior parte do território que é permeável e dedicado às plantações da comunidade.

No trecho entendido enquanto parcela de Maria do Carmo, temos atualmente quatro edificações, duas com dois pavimentos e duas com somente um pavimento. Nesta parcela do terreno, que faz divisa com a parcela de José de Souza Martins, encontra-se também uma grande parcela de território permeável e dedicado às plantações. Nesse trecho vivem Simone e Stephanie, nas edificações numerados como 07 e 08; Marco Antonio, Sueli, Karine e Luana (09); Gislene e Sergio (10) e Walter, Alessandra, Maria e Rafael (12)

No trecho referente a Lídia Martins, encontramos a maior densidade de edificações, contando com um total de cinco edificações, tendo um pavimento destas edificações tendo sido ocupado recentemente pela Bambuzeria do Kilombo Souza e um outro terraço que a comunidade utilizava como espaço comunitário de celebração, chamando-o de salão de festas. É neste trecho do território que se encontra o Quartinho de Exu e o Quarto de Santo, local no qual a família Souza desenvolve seus fundamentos religiosos na Umbanda. Nessa parcela do terreno temos a residência de Gláucia, José e Felipe (01 e 02); Rodrigo, Silvana e Andressa (03); Marisa e Maísa (04); salão de festas (05); Lídia Martins e Elizabeth (05); Ingrid e Rogério (06) e Daniel, Rafaela, Sanzio e Enzo (11)

Atualmente o Kilombo Souza conta com 11 edificações que subdividem-se entre o uso residencial, litúrgico, celebrativo e laboral, e que se organizam a partir de 11 núcleos familiares bem delimitados, embora não estanques, e conjuntamente possuem o total de 33 residentes no Kilombo Souza. No processo de discussão da genealogia da família Souza, foram realizadas oficinas para a construção da árvore genealógica. Esses processos de discussão resultaram em três árvores genealógicas: uma elaborada por membros da Família Souza, uma segunda elaborada pela equipe técnica a partir da primeira árvore genealógica e uma terceira, elaborada a partir de uma oficina ministrada por Nicoli Sabino, cientista social e responsável por desenvolver juntamente com à comunidade uma árvore genealógica que correspondesse à linguagem técnica adequada e esperada pelas instituições de patrimônio.

A primeira árvore genealógica foi elaborada pela própria comunidade a partir de provocações realizadas pela equipe técnica de condução dos estudos para o Dossiê de Registro. Ao serem provocados, a comunidade entregou como produto uma árvore

---

<sup>17</sup> Maria Adélia dos Reis é uma das lideranças atualmente presentes no Kilombo Souza. Possuindo conhecimentos diversos sobre a gestão e o trato da terra relacionados ao plantio, sendo uma das responsáveis pelo cuidado das plantações atualmente presentes no território ancestral da família Souza.

genealógica que possuía como iconografia uma árvore, talvez motivados pela literalidade do termo “árvore genealógica”, talvez motivados pela representação que as comunidades tradicionais possuem de seus núcleos familiares.

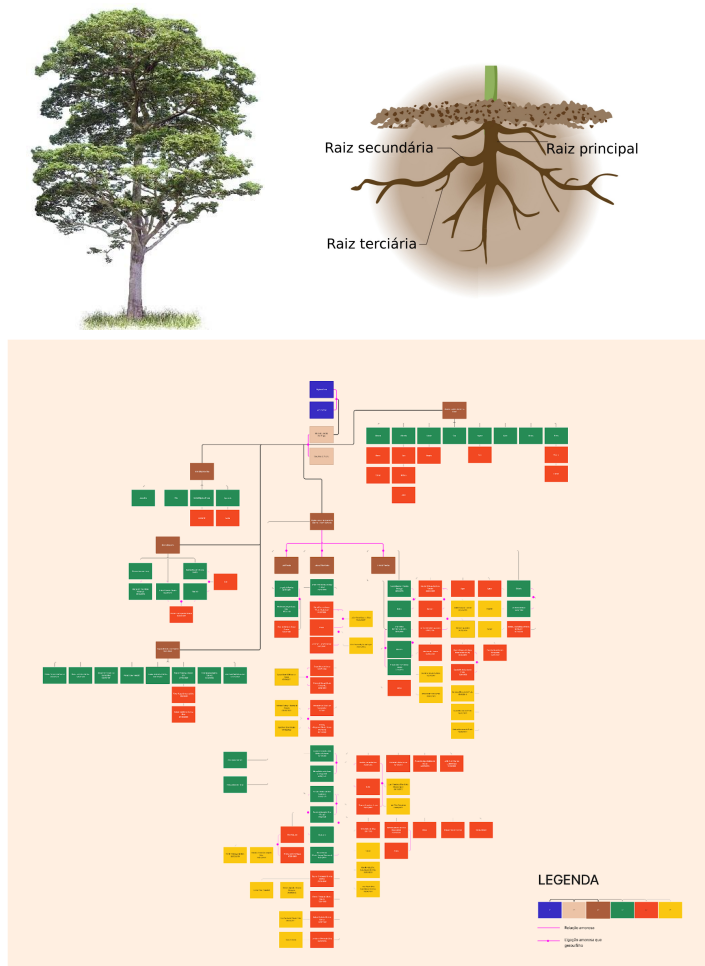
Não obstante, uma percepção semelhante à do Kilombo Família Souza, aconteceu no contexto de uma disciplina realizada no NPGAU para os alunos da graduação e do qual fui estagiário docente. A disciplina chamava-se “Contra-cartografias e afrografias quilombolas: Manzo Ngunzo Kaiango” e foi ministrada sob a supervisão dos professores Wellington Cançado e Cristiano Cezarino, ambos professores da Escola de Arquitetura e Design da UFMG, no primeiro semestre de 2022.

A disciplina teve como intuito iniciar um processo de sensibilização dos alunos da graduação da Escola de Arquitetura da UFMG em relação a identidade quilombola a partir da experiência do Kilombo Manzo, que possui como matriz religiosa o Candomblé de Angola. Nessa disciplina trabalhamos a partir de cinco eixos temáticos: 1. Produção de Cartografias, que falassem da relação da comunidade quilombola com a cidade de Belo Horizonte; 2. Árvore Genealógica; 3. Levantamento Métrico e Arquitetônico das edificações do Kilombo Manzo; 4. Construção do Acervo, no qual iniciamos um processo de organização de todos os trabalhos técnicos, publicações e trabalhos audiovisuais produzidos sobre o Manzo; 5. Reconstrução da relação histórica do Manzo com a Serra do Curral, no qual discutimos a relação da comunidade com a Serra do Curral e a Mata da Baleia e 6. Sinalização Urbana, eixo no qual discutimos a importância de propor sinalizações urbanas que digam sobre a presença negra e quilombola na cidade de Belo Horizonte.

Durante o processo de desenvolvimento do eixo temático da Árvore Genealógica, os membros do Manzo Ngunzo Kaiango, sugeriram que a Árvore Genealógica deles, na verdade, se tratava de uma Raiz Histórica, e que, por essa razão, a organização deveria se dar a partir de uma árvore, na qual na raiz se encontraria o primeiro ancestral do qual se lembram e conseguem nomear e a partir desse sujeito, se daria a conformação do restante de seus descendentes. Escolheram como representação a Árvore Jatobá, por entenderem que se trata de uma árvore que possui um significado simbólico importante para a

comunidade. Em uma conversa, Makota Kidoialê<sup>18</sup>, liderança do Manzo e filha de Mam'etu Muiandê<sup>19</sup>, compartilhou que “onde tem terra de Jatobá e bambuzal é terra de kilombu”<sup>20</sup>.

**Figura 03** - Raiz História do Manzo Ngunzo Kaiango



Fonte: Disciplina “Contra-cartografias e afrografias quilombolas: Manzo Ngunzo Kaiango”<sup>21</sup>, 2022.

<sup>18</sup> Makota Kidoialê, Cássia Cristina da Silva, é kilombola e uma das lideranças do Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango.

<sup>19</sup> Mam'etu Muiandê, Efigênia Maria da Conceição, é a matriarca fundadora do Kilombo Manzo Ngunzo Kaiango e liderança máxima do terreiro de candomblé de matriz Angola e do kilombu fundado por ela há mais de 50 anos. Muiandê é referência importante na preservação e transmissão dos conhecimentos relacionados às religiosidades de matriz afro-brasileira e a episteme kilombola.

<sup>20</sup> VIEIRA, C. M. A.; DIAS, D. H. M.; BRITO, P. A. Intercâmbio e trocas culturais: narrativas possíveis das tecnologias ancestrais junto ao cerbambu. **Urbe Urge**. Belo Horizonte, 21 set. 2021b. Disponível em: <https://bdmgcultural.mg.gov.br/urbeurge/processos/page/4/>. Acesso em: 4 jul. 2023.

<sup>21</sup> Disciplina do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, ministrada pelos professores Wellington Caçado e Cristiano Cezarino, na qual fui estagiário docente no primeiro semestre de 2022.

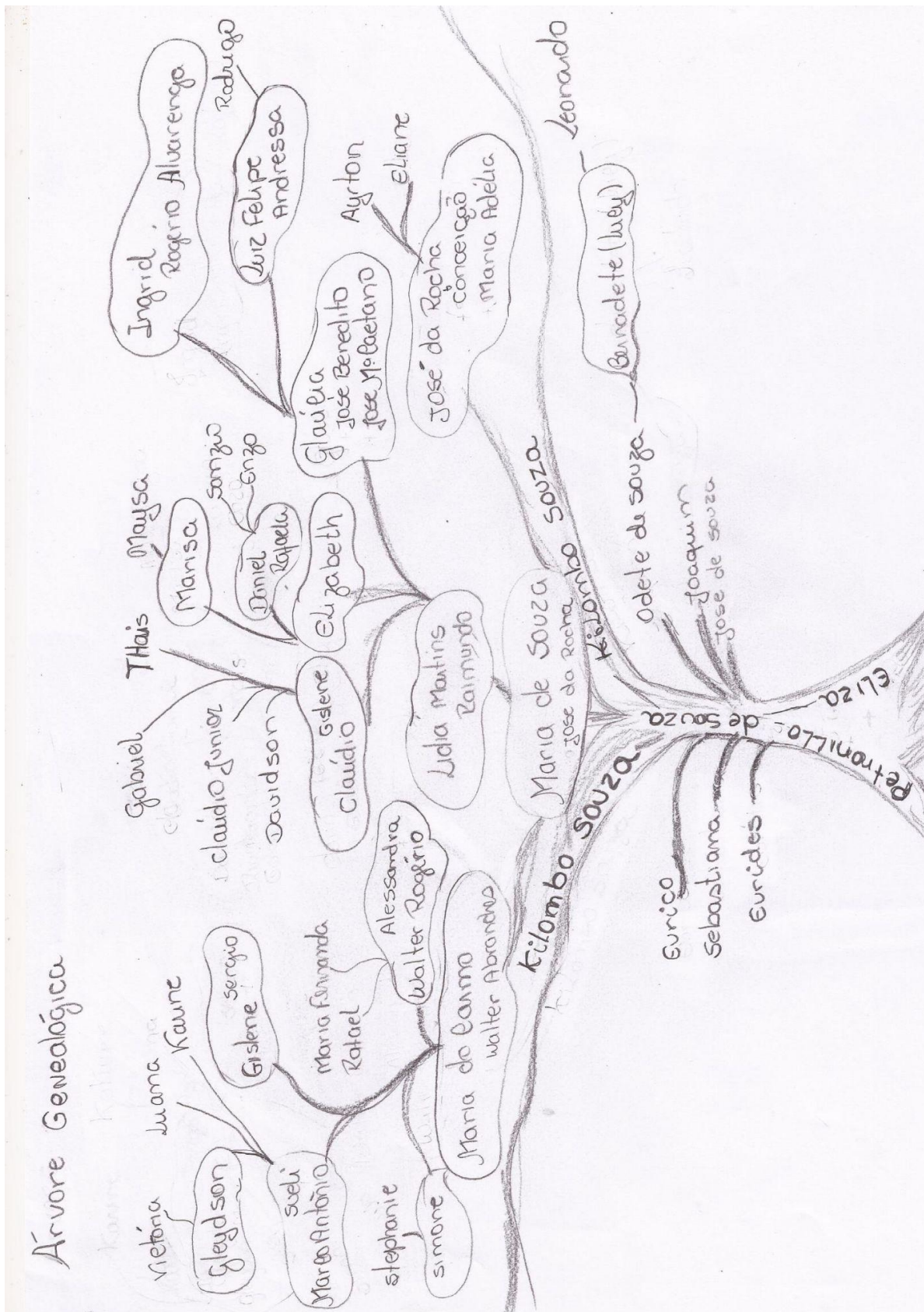
Na primeira representação, o Kilombo Souza, apresenta Elisa e Petronillo como as raízes que se conformam no tronco da árvore que sustenta todos os galhos, folhas e frutos que vieram depois. Juntos de Petronillo e Elisa, temos seus filhos, com destaque para Maria de Souza, que aparece ao centro, e seus irmãos e os demais membros residentes atualmente no Kilombo Souza. Embora seja uma representação que faça sentido para a comunidade, a representação da Árvore Genealógica do Kilombo Família Souza não cumpre os requisitos técnicos de representação, de traçar os parentescos para aqueles que não fazem parte do cotidiano da comunidade. A representação não contempla a marcação de gênero, tampouco que tipo de relação matrimonial os membros da família Souza mantiveram e mantêm com seus cônjuges, tampouco sinaliza o falecimento dos sujeitos representados.

A não sinalização do falecimento dos sujeitos que pertencem ou pertenciam à comunidade kilombola, abre pressuposto para especulações sobre a própria noção e entendimento da comunidade em relação a seus ancestrais. Ancestralidade, diferente do que se costuma pensar, não diz respeito somente ao que está no passado, mas ao futuro também. Afinal, só se é considerado ancestral aquele sujeito que foi sucedido no tempo por outras pessoas. Para as comunidades tradicionais, ancestral é sobretudo aquele sujeito que apesar da morte biológica, partida do plano material, continua presente na memória das gerações atuais e futuras, contribuindo com seus ensinamentos e sendo a todo momento relembando. Ancestral é a memória presente e futura.

Ao mesmo tempo, a Árvore Genealógica do Kilombo Souza ao dar destaque para Maria do Carmo, Lídia Martins e José da Rocha Martins, netos de Elisa e Petronillo, e para os demais membros atualmente residentes no território da Rua Teixeira Soares, sinaliza que para a comunidade a relação de parentesco, embora consanguínea, se organiza principalmente a partir do convívio cotidiano. Não obstante, a própria comunidade reconhece que os parceiros afetivos de seus membros, embora em sua grande maioria não sejam provenientes de outras comunidades kilombolas, ao participarem e contribuírem com o cotidiano da comunidade, são absorvidos igualmente e akilombados, sem distinção.



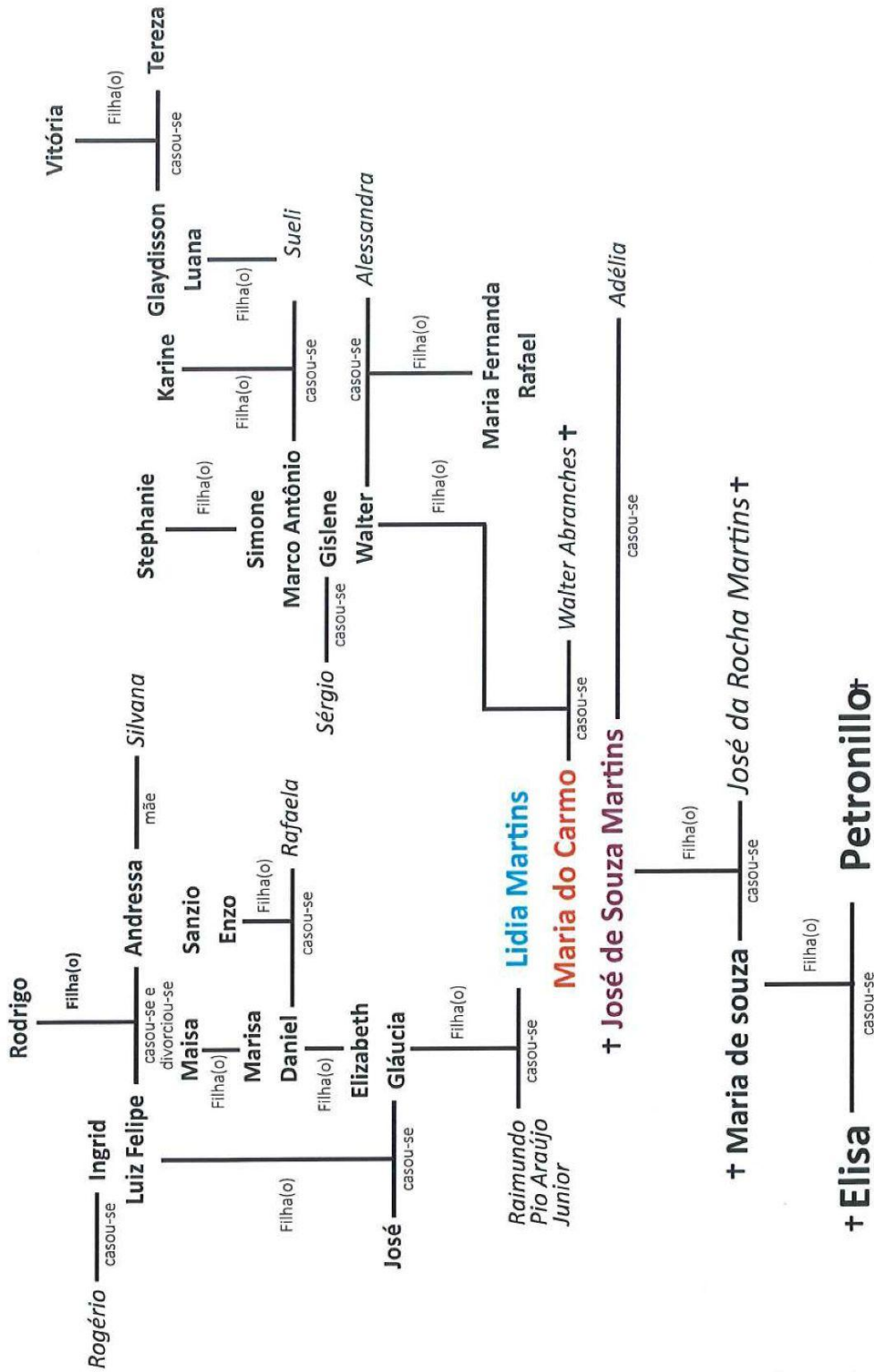
Figura 04 - Árvore Genealógica do Kilombo Família Souza



Fonte: Desenho analógico desenvolvido pelo Kilombo Souza e digitalizado, 2020.

A partir da Árvore Genealógica desenvolvida pelo Kilombo Família Souza, outros esforços de ampliação da genealogia da família Souza foram empreendidos. Nesse sentido, desenvolvemos uma segunda Árvore Genealógica, que apresentava até a sexta geração da família Souza, demarcando aqueles membros já falecidos com uma cruz próxima ao seu nome, ampliando as relações de parentesco e paternidade, demarcando se houve algum casamento ou divórcio. A segunda Árvore Genealógica ainda não estava formatada a partir da linguagem técnica que caracteriza o levantamento dos ancestrais a partir dos marcadores de gênero, relações matrimoniais, se houve alguma separação, se algum membro já é falecido, se existem registro de casos de gêmeos na família etc. Cada uma dessas variáveis possui uma simbologia específica e que costuma ser adotada, esforço de adaptação de linguagem técnica que foi empreendida juntamente com a comunidade na oficina desenvolvida pela cientista social Nicoli Sabino, que contribui no desenvolvimento do Dossiê Estadual, solicitando o reconhecimento do Kilombo Família Souza enquanto Patrimônio Imaterial do Estado de Minas Gerais pelo IEPHA.

Figura 05 - Árvore Genealógica do Kilombo Família Souza



Árvore genealógica  
**QUILOMBO DA FAMÍLIA SOUZA**

Fonte: Desenho analógico desenvolvido pelo Kilombo Souza e digitalizado, 2020.



A oficina da Árvore Genealógica surgiu como um esforço necessário de adaptação da linguagem técnica e da metodologia de desenvolvimento que costuma-se adotar no desenvolvimento de peças técnicas como a Árvore Genealógica. Neste sentido, desenvolvemos uma oficina com participação de gerações diversas da família Souza, na qual a cientista social Nicoli Sabino explicou a diferença de cada símbolo e o que representava. A oficina começou a partir da seguinte pergunta: “qual o ancestral mais antigo que vocês se lembram e conseguem nomear”?. Responderam unanimemente que Elisa e Petronillo.

**Fotografia 10** - Conjunto de registros fotográficos da oficina de construção da Árvore Genealógica desenvolvida pela cientista social Nicoli Sabino.



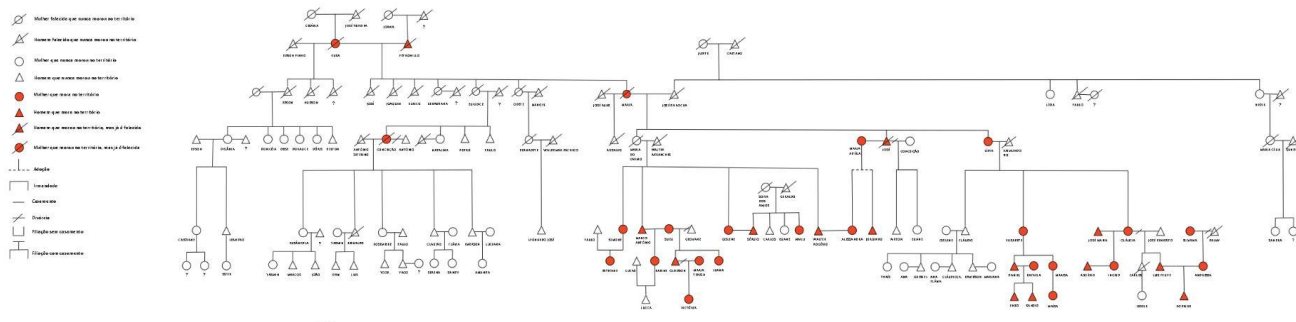
Fonte: Daniel Menezes, 2020.

A partir disso, a equipe técnica realizou outras provocações com perguntas que induzissem os participantes da oficina a pensarem profundamente no tipo de relação que se estabelecia com essas pessoas e de que maneira se conformava o núcleo familiar desses sujeitos: é casado? Teve filhos? Se separou? É viúvo? É filho de quem? É irmão de quem? E a partir dessas indagações a Árvore Genealógica foi sendo construída.

Novamente, a comunidade optou por diferenciar aqueles membros da genealogia que vivem no território do Kilombo Família Souza e aqueles que não vivem. Nesse sentido, foram

destacados com a cor vermelha aqueles sujeitos que estavam vivendo no território no momento da elaboração da Árvore Genealógica, em meados de 2020. Além disso, adotamos os símbolos de diferenciação de gênero, se é alguém vivo ou falecido, se a relação de filiação é por casamento ou sem casamento, se houve divórcio, relações de irmandade ou adoção.

**Figura 06 - Árvore Genealógica Técnica**



Fonte: Kilombo Família Souza; Nicoli Sabino, 2020

Por mais que o território atualmente ocupado por Belo Horizonte contasse com uma maioria da população de origem africana, atualmente, a cidade conta com somente cinco comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares (Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango, Comunidade Quilombola de Mangueiras, Quilombo dos Luízes, Kilombo Família Souza, Quilombo dos Carolinos) e uma comunidade em processo de certificação (Quilombo Família Mattias), junto a isso, somente 2% da população que reside no hipercentro de Belo Horizonte, o que corresponde ao moradores do interior da Av. do Contorno, outrora Zona Urbana proposta pelo plano de Aarão Reis, que se autodeclara preta ou parda. Esse fato, por sua vez, demonstra a necessidade de se discutir a história e presença dos sujeitos pretos na capital do estado de Minas Gerais e propor estratégias que sejam capazes de fomentar a agência política desses sujeitos no processo de resgate e manutenção de suas práticas, histórias e subjetividades, seja a partir da elaboração de peças e documentos técnicos, por exemplo, que se dediquem a recontar essas histórias mesmas, ou minimamente confrontar a história tida como oficial ou outros meios possíveis a descobrir, inclusive, no processo de escrita da dissertação.

**Excursão 03 | Relatos Oraís com Gláucia: Nós somos assim, igual bambu, envergamos, mas não quebramos.**

**Daniel**

*Boa tarde, Gláucia! Obrigado por ter aceitado conversar comigo. A ideia é a gente ter uma conversa sobre o processo de elaboração dos Estudos para Dossiê de Registro, que foi uma experiência que aconteceu em 2020, né? Tem quase três anos que aconteceu e a ideia é a gente trazer para o presente as reflexões que aconteceram na época da elaboração dos estudos, agora que a gente está, digamos assim, mais tranquilos e não no meio da elaboração de tudo por causa de toda a violência e urgência da gente produzir esse documento.*

*Só para contextualizar a minha pesquisa, ela faz uma série de reflexões a partir dos Estudos para Dossiê de Registro. Faz uma reflexão sobre a trajetória do Petronillo e de Elisa, a vinda deles para cá. O processo de formação da cidade de Belo Horizonte, discute todas as violências e o racismo sofrido por vocês a partir da ordem de despejo e faz uma discussão sobre o que eu estou chamando de akilombamento e amocambamento, que são os desdobramentos que surgiram a partir da certificação de vocês enquanto comunidade remanescente de quilombo e enquanto Patrimônio Cultural e Imaterial. Como exemplo desses desdobramentos e desses akilombamentos que eu penso que surgiram a partir da certificação e desse registro, se não surgiram foram fomentados ou alimentados. São as discussões sobre agroecologia no Urbe Urge, a formação no CERBAMBU em bambuzeria e o seminário para discutir políticas públicas para as comunidades kilombolas de Belo Horizonte e eu queria que você dissesse um pouquinho a partir disso.*

**Gláucia**

*Como nós fomos reconhecidos no meio de um processo de uma ordem de despejo, como uma maneira de permanecer, resistir em nosso território, né? Porque esse ano faz 100 anos do registro de compra do nosso território pela Elisa. Apesar da gente já ter longa caminhada em Belo Horizonte o reconhecimento veio como uma forma de resistência e eu acredito que*

*abriu muitos caminhos, desafios... num processo onde fomos construindo uma rede de apoiadores, uma rede de proteção tanto do lado espiritual, ancestral e eu acredito que é a partir do nosso Kilombo Souza é que nós demos um outro rumo para os kilombos em Belo Horizonte. Eu vou te falar porque, porque os três Kilombos, né? O Manzo, o Mangueiras e o Luízes<sup>22</sup>, apesar de já terem feito o processo deles todo de reconhecimento, de certificado da Palmares, só foram reconhecidos como patrimônio através de uma medida, de liminar da Justiça, onde certificou os três juntos em 2017.*

*E o nosso foi reconhecido como patrimônio em 2020 de uma forma unânime<sup>23</sup> e com isso trazendo a força de nós, com nós e com os outros, porque a rede de apoio foi abrindo vários outros caminhos e essa construção nós vimos que seria muito melhor se fôssemos juntos, porque aí a gente não fortalecia só o Kilombo Souza. Caminhando junto a gente fica mais forte. Então, eu acredito que a partir do Kilombo Souza que passamos a fazer essas políticas mais de juntar outros kilombos. Apesar de Minas, aqui na região metropolitana, ter a Rede Quilombola e tudo, mas era uma coisa que as pessoas não caminhavam juntas, né? E a partir do momento que nós passamos a ter essa visão que diz “juntos somos mais fortes e conseguimos mais, conquistamos mais”, eu acho que as conquistas, as vitórias, eu acho que ficou melhor, mais fácil, não menos né, mas ficou mais fácil e abriu sim várias conversas para procurar entender a nós mesmo através de vários outros.*

*Teve um outro processo que foi o trabalho também do Caminho das Matriarcas<sup>24</sup>, onde que juntou os outros Kilombos também e que foi caminhando, logo depois veio o bruxo<sup>25</sup>. Então, teve vários que nos mostraram que se a gente quer que Belo Horizonte reconheça nós,*

---

<sup>22</sup> A fala de Gláucia faz referência ao “Dossiê de Registro dos Quilombos Luízes, Mangueiras e Manzo Ngunzo Kaiango como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Belo Horizonte”, elaborado pela consultoria CAMPO, Cultura, Meio Ambiente e Patrimônio, em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte.

<sup>23</sup> O Conselho Deliberativo de Patrimônio Cultural de Belo Horizonte aprovou de forma unânime o registro imaterial do Kilombo Família Souza em assembleia realizada em 2020.

<sup>24</sup> Gláucia faz referência a um projeto fomentado pela Prefeitura de Belo Horizonte, o Pelo Caminho Ancestral das Matriarcas do Kilombo Souza, desenvolvido durante o ano de 2020. Disponível em: [https://issuu.com/kilombosouza/docs/caminhos\\_matriarcas\\_historias\\_de\\_cozinha\\_v3\\_1](https://issuu.com/kilombosouza/docs/caminhos_matriarcas_historias_de_cozinha_v3_1). Acesso em: 06 de jul. 2023.

<sup>25</sup> Referência ao período em que Jair Messias Bolsonaro foi presidente do Brasil, entre 2018 e 2022.

*kilombos, como um patrimônio onde tem a nossa salvaguarda, que tem vários processos que devem ser mantidos. Então fizemos vários projetos e assim a gente vai sempre caminhando. Às vezes nem dá para estar todos os kilombos juntos, mas sempre a gente coloca dois para fazer algum processo junto, às vezes três, às vezes quando dá os quatro.*

*Agora também estamos no processo de que kilombo reconhece kilombo, onde a gente vem ajudando um pouco a construir o Quilombo Mattias<sup>26</sup> que é aqui perto da gente em Santa Tereza, né? Agora também tem Irmandade dos Carolinos<sup>27</sup>. A gente viu que tem que ter esse entrosamento, essa ligação, porque apesar de cada kilombo ter as suas especificidade, os desafios são praticamente os mesmos porque nós estamos em contexto urbano. Lutamos contra uma especulação imobiliária muito forte, lutamos por território, pela permanência, pela preservação. São lutas que acabam sendo de todos, porque todos nós temos essa mesma luta contra o despejo, por exemplo. O Kilombu Manzo<sup>28</sup> chegou a ser despejado para depois retornar para o seu território, tendo uma parte sido destruída, a árvore cortada e aqui aparece esse processo nosso que nós tivemos que foi mais forte, mais sofrido em 2019, antes de até conseguir o certificado da Palmares, o que que acontece?*

*Nós chegamos a escutar –“não... você sai, depois dá um jeito de voltar se não der tempo de certificar e ficar pronto”. Aí não adianta, ia acontecer igual sair e voltar e encontrar tudo destruído e perder a parte da memória. Aquela época foi muito importante a gente ter feito essa visita ao passado e buscado através do certificado de batismo do Petronillo, do registro de casamento. Isso foi importante porque a maioria do nosso povo não tem isso documentado e sempre foi muito apagado esses documentos em nome das pessoas que*

<sup>26</sup> O Kilombo Souza e o Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango participaram do processo de identificação e certificação do Quilombo Mattias, a sexta comunidade quilombola identificada na cidade de Belo Horizonte. O Quilombo da família Mattias se encontra no bairro de Santa Tereza, próximo à Praça Duque de Caxias. O processo de certificação enquanto comunidade remanescente de quilombo da família Mattias ainda está em processo de análise pela Fundação Cultural Palmares. Se aprovado, o Quilombo Mattias será a sexta comunidade quilombola certificada em Belo Horizonte.

<sup>27</sup> A Irmandade Os Carolinos foi a quinta comunidade quilombola certificada pela Fundação Cultural Palmares, o que ocorreu no ano de 2022.

<sup>28</sup> Gláucia faz referência ao processo de despejo sofrido pela comunidade kilombola Manzo Ngunzo Kaiango. A partir de alegações de que edificações do kilombu corriam risco de desabamento, a comunidade Manzo foi despejada e realocada em um abrigo. Quando conseguiram retornar para o seu kilombu, encontraram os fundamentos religiosos destruídos.

*foram escravizadas. Igual o contrato de compra e venda em nome da Elisa e nós sempre perguntando porque não em nome de Petronillo que era o patriarca, né? Mas é porque ele tinha sido escravizado. Isso a gente vai aprendendo através dessas histórias que não são contadas, né? Então fomos entender porque até então a gente buscava sempre a história pela Elisa. E ela nós não achamos no livro dos escravos porque ela nasceu no ano da Lei do Ventre Livre, então tem essas questões que a gente tem que caminhar, com o passar do tempo, que a gente foi aprendendo. É aquela coisa que você vai querendo cada vez mais conhecer a sua história, né?*

*Até hoje, apesar de estar numa forma mais tranquila, sem tantos desafios quanto a permanência do território, ainda há umas questões que a gente sempre tem que estar lutando, defendendo, né?*

*Nós tivemos também um outro tipo de seminário que foi com as comunidades tradicionais de Minas, de uma maneira não só quilombo, mas catadores de flores, os carroceiro, outras comunidades, porque a gente precisa da [Protocolo de] Consulta Prévia [Livre e Informada], agora nós conseguimos através de audiência pública desse seminário derrubar essa parte da resolução, né? Então, com isso na semana passada nós recebemos uma visita técnica do pessoal do patrimônio para falar a respeito de um grande empreendimento que vai ter logo aqui ao nosso lado, né? E quais são os impactos desse [empreendimento] para comunidade. Por fim, ser e pertencer a uma comunidade tradicional traz também grandes responsabilidades para com a preservação do meio ambiente, a preservação da fauna e da flora, da especulação imobiliária, do urbanismo a que sempre estamos sujeitos, né? E buscando sempre novos desafios, que a gente não quer ter essa diferença grande de quilombo urbano, quilombo rural. A gente é quilombo em contexto urbano, porém a cidade que cresceu e nos foi apertando, de uma maneira de tirar a gente dessa situação de modos de vida, né?*

**Daniel**

*Você tinha comentado sobre ressalvas sobre esses desdobramentos. Você quer comentar sobre isso?*

### **Gláucia**

*As ressalvas que eu falo é que é sempre uma coisa puxando a outra. A ressalva é que a gente... Igual teve o Urbe Urge e de lá surgiu a Bambuzeria, que também surgiu a vontade de ter o sistema de placa fotovoltaica da usina que está sendo construída. Então, o que que acontece? A gente tem que sempre ir caminhando, mas que cada projeto, cada processo, a gente sempre espera alcançar mais alguma coisa. A gente espera sempre caminhar. Através do um processo do dossiê que você colocou ali, a salvaguarda, qual que é salvaguarda? Ah, a gente quer uma economia com luz. Isso estava lá no nosso dossiê como salvaguarda. Então, na realidade são coisas que a gente já queria e porém a gente não sabia como alcançar. Então, existe essa coisa que a gente cria, né? Pensa aí, a gente vai procurando maneiras de alcançar aquele nosso objetivo, de construir com os outros também. Eu falo muito disso porque eu acho importante.*

*A gente precisa também de ter conhecimentos sobre os editais, conhecer sobre as políticas públicas sempre, porque eles não vão chegar na nossa porta e falar assim: - "ó, tem isso aqui para você". Não! Sempre tem que correr atrás, você tem que procurar, você tem que entender, né? Você tem que saber o que é preciso. E durante essa nossa luta para reconhecimento, eu conheci órgãos que eu nem sabia que existiam. Direitos que eu nem sabia que tinha. Quando eu falei com a Cássia<sup>29</sup> que nós fomos buscar o papel para provar mesmo que a gente vinha do nosso bisavô que foi uma pessoa escravizada. Ela falou assim: - "Nossa, mas tem?". Por quê? A gente estava no meio do processo onde que, - "porque só agora que vocês falaram que são quilombolas. Isso é uma estratégia". Não, não é uma estratégia porque a gente vivia de modo natural, não sabia que isso nos garantia direito de permanência no território. É mais uma questão, onde que para nós não bastava só a autodeclaração. Tinha que ser a autodeclaração, mas pedindo, provando essas coisas. Tem essas questões que eu acredito que tem que ser sempre dita, né? E foi assim que eu botei a boca no mundo e foi isso que abriu muitas portas, porque se você fica ali encolhidinho ninguém, ninguém te dá ouvido se você também não expressar aquilo que você quer, aquilo que você deseja, quem que vai saber, né? Então todo mundo tava aqui sofrendo com*

---

<sup>29</sup> Makota Kidoialê, filha da matriarca Mam'etu Muiandê do Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango.

*despejo. Ai, com vergonha!. -"Ai tão chamando de invasor". Gente, se a gente não é, qual o problema? E aí brigaram! A gente não tem que brigar. Tem a gente com a gente, com a nossa consciência. Está tudo documentado? Está! Então foi isso que foi importante, essa questão de ver também que se você, por exemplo... se eu não tivesse colocado a boca no mundo, se eu não tivesse... onde que eu ia conhecer as pessoas que me apoiaram, que acharam que tava errado, né? Que eles tinham que vir, como se ajudar a engrossar a corrente de proteção, então foram várias coisas que foram formando ela para que a gente seguisse e conseguisse.*

*A gente já era para estar até com o nosso reconhecimento junto ao IEPHA também, porém o nosso grande desafio foi ser reconhecido durante esse último processo eleitoral e político que o Brasil atravessou. De um desgoverno onde a violência, o racismo, o preconceito eram cada vez mais instigado, mais fomentado, né? Teve ainda essa essa questão, né? Então, durante o IEPHA... quando ia ser reconhecido pelo IEPHA mandaram o diretor do IEPHA embora, colocaram outro. Ah, não, então nós vamos arrumar para guardar o reconhecimento. Ai saiu de novo, aí agora está no processo onde que vai ser coletivo, onde que o IEPHA vai reconhecer... vão ser os dezoito kilombos, quatro aqui da Região Metropolitana [de Belo Horizonte] e acho que da região leste e norte de Minas. Eles separaram dezoito e vão ser reconhecidos de forma coletiva. Por quê? Por exemplo, o único que tem o IEPHA é o Manzo. O Mangueiras nem o Luizes têm também esse reconhecimento do IEPHA. Quer dizer, então, é uma coisa que eu acredito que a gente ainda vai ter que caminhar junto para poder alcançar todos esses objetivos.*

### **Daniel**

*O reconhecimento do IEPHA dessas outras comunidades surgiu a partir do Dossiê de Registro Estadual do Kilombo Souza?*

### **Gláucia**

*Isso, isso! Foi o que a moça do IEPHA falou numa reunião e falou assim - "a gente olhando o dossiê de vocês a gente achou que seria mais fácil tudo de um modo coletivo". E então vai o Mangueiras, o Luizes, nós e o Araújo de Betim.*



**Daniel**

*Você também participou desse reconhecimento...?*

**Gláucia**

*Particpei desse reconhecimento também. O Quilombo Araújo era muito parecido com a nossa luta. Eles estavam com ordem de despejo também. Eles já estavam até desmontando, sem saber para onde ir, desmontando as coisas. Aí eu falei assim - "não gente! Se vocês sabem da sua história, sabem dos direitos que vocês têm como sendo uma comunidade remanescente de quilombola, vocês tem um direito de parar essa ordem, vocês têm direito ao território. Foi feito também mais uma vez, né? Apresentei mais uma vez a Patrícia, Alenice e outras pessoas que muito me ajudaram. É uma questão de exemplo, né? Com fulano foi assim o processo, então tem essas questões de que tudo, as histórias se repetem nesse mundo de onde impera o capitalismo, onde que a gente tem que ser, morar é na periferia, entendeu? De apagamento da sua história. Essa luta que sempre existe, né? E se você tem que sempre estar construindo, por isso que eu falo políticas públicas para todos, porque também era muito mais fácil se a gente desburocratizar essas coisas, porque tem várias leis federais que elas não são implantadas em Minas, tanto na área de saúde, quanto na área de educação. São leis que não são acompanhadas, então precisa sempre estar reforçando de maneira conjunta essas políticas que a gente não quer que fique no papel. Tem que pôr para funcionar, né? Isso é uma caminhada que é sempre um aprendizado.*

**Daniel**

*É muito bom ouvir isso, porque a partir desse processo, desse exemplo de luta e de resistência do Kilombo de Souza, a cidade de Betim ganhou o primeiro quilombo. O quilombo da família Araújo.*

**Gláucia**

*Olha como são as coisas, né? O meu sobrenome também tem Araújo. Tem uma parte do nosso Kilombo Souza que mora em Betim. A gente fala que é meio que é aglomerado, que são os filhos do meu tio. Os dois moram lá, a minha mãe também tinha um pedacinho...*

*ficava a mesma coisa daqui, tinha um pedaço para minha mãe, um pedaço para o meu tio e um pedaço da minha tia. Aí lá ainda continua um pedaço do meu tio e um pedaço da minha mãe. Minha tia que faleceu, os filhos dela desfizeram, mas tinha esse pedacinho em Betim, aí você vê assim o Quilombo de Pinhões em Santa Luzia.. Tem uma parte lá de Sabará, tem a nossa lá também, porque na realidade é uma comunidade que vem com vários descendentes que vieram para construir Minas, através do ciclo do Ouro, dos minerais, que vieram trabalhar e estão aí até hoje. Se você for ver contando a história, né? É amplo o parentesco, né? A gente é igual aos indígenas, né? Tudo parente, né?*

### **Daniel**

*Mudando um pouco de assunto, uma coisa que eu queria conversar com você é sobre como era viver na Vila Teixeira e como é viver hoje no Kilombo Souza e eu queria que você me contasse um pouco mais sobre de onde veio essa denominação de Vila Teixeira?*

### **Gláucia**

*Na realidade essa Vila Teixeira veio através de um movimento para defesa das casas contra o processo de despejo porque... Nós fomos arrolados no processo como números. Chegou um oficial de justiça que veio demarcar o Oásis Club e tirou foto das placas das nossas casas, dos interfone e colocou no processo que aquelas dezesseis famílias tinham que sair. Através de foto! Eles não sabem nem que área era e queriam pegar o terreno. Vai ser despejado o Oásis e mais dezesseis famílias, mas que família são essas? Ah, da Rua Teixeira Soares, aí acabou falando assim... Aí nós colocamos que em vez de ser dezesseis famílias da Rua Teixeira Soares, não, aí falamos assim gente aqui nós somos uma Vila, que se for ver a Vila é um conjunto de casas onde são todos... então ficou Vila Teixeira, neste finalzinho da rua. - "Mas a gente não conhece onde fica a Vila Teixeira", aí eu falei assim Teixeira na Rua Teixeira Soares, o pedaço que se for ver seria despejado esse pedaço, esse balão da Teixeira com exceção do prédio, né? Que é uma história que a gente não consegue entender muito, se ele tava porque ele ficou de fora do meio desse processo todo, né?*

*A gente ficou com esse nome para ficar mais fácil das pessoas localizarem quem que era essas casas porque a gente era conhecido como dezesseis casas, a gente não tinha nome. No*

*processo a gente era número. Colocavam na 985, casa um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete e oito e terraço, é o que estava escrito, No terraço mora alguém? Então, o número 985 a, b e c, então a gente não tinha nome, não tinha... Foi uma maneira da gente se autodeclarar que aqui era uma Vila da Teixeira, aí ficou durante o processo até o reconhecimento, aí a gente tinha feito até um desenho bacana, Teixeira Resiste!, de luta, mandando fazer um grafite.*

*Agora a gente já tem lá o kilombo, já tem uma placa agora de ser reconhecido como kilombo. É uma coisa que ficou para gente mais suave, né? Porque não tem aquela coisa de ser despejado, então só a palavra kilombo já te dá uma certa proteção, eu acho que é uma força ancestral que eu acredito muito nisso, que todos os desafios que nós tivemos e conquistamos algum passo para ganhar, algum tempo, alguma coisa, sempre foi nas datas, por exemplo, foi dia de Ogum, foi dia de Xangô, sempre a gente teve essa, esse caminhar. Ser Reconhecido perto de Nanã, então várias coisas que eu acredito que é da força que tem e com isso nos dá essa garantia de território, de saber que a nossa permanência onde nós nascemos vai ser mantida, né?*

*E a Vila Teixeira era uma coisa que era para ser destruída, as dezesseis famílias, né? Eu acho que só agora nós ficamos empoderados.*

### **Daniel**

*Vila Teixeira foi um nome que vocês mesmo se deram já nesta perspectiva de coletividade?*

### **Gláucia**

*É! De coletividade, porque não era uma casa, não ia tirar eu, uma parte, ia tirar nós todos. Tem essa questão de quando colocamos Vila também houve assim: - "Ah, mas não! Vocês não vão para a Vila, porque aqui não é Vila". Eu falei assim gente: - "Gente, não são vocês não, são nós aqui, nós que estamos sendo despejados. Nós somos a Vila, sabe?", por aqui em Santa Tereza é um bairro que é um bairro dito de classe média, porém arrotando caviar, na minha opinião. Depois se você quiser corta.*

*Porque tinha essa questão quando era Vila e quando foi Kilombo. Você achou que melhorou alguma coisa? Chegamos aqui e já falaram: - "Ah, mas kilombo no bairro? Vai desvalorizar o bairro".*

**Daniel**

*Vocês ouviram isso?*

**Gláucia**

*Ouvimos isso! Quer dizer, vai desvalorizar o bairro porque tem um kilombo no bairro. Pois agora vem dois. O nosso bairro aqui vai ter dois. Porque desvalorizar se a gente é um patrimônio. Santa Tereza é um patrimônio, né? Então a questão é que ainda existe um certo preconceito, porque existe esse preconceito, porque as pessoas não sabem o que é kilombo, gente! Tem um contexto errado do que é kilombo. Hoje em dia eles acham que nós estamos lá atrás, né? Como negro fujão e ainda das casas de pau-a-pique, no meio do mato. "Evoluiu!" Por que que todo mundo pode "evoluir" e nós não? Outro dia eu tava comentando: é idígena mas está com iPhone gente, por quê?*

*Por que? Por que não pode? Que preconceito é esse onde que nós povos de kilombo, povos originários, a gente não pode "evoluir", não pode ter um carro, não pode ter um telefone, não pode ter um celular, não pode ter uma casa. Onde está escrito isso? Porque pela constituição se todos nós somos iguais, nós temos direitos, né? E esse direito através da constituição que nos garante a permanência no nosso território, como para a gente poder manter e preservar as nossas identidades, as nossas tradições, as nossas culturas, as nossas crenças. O povo ainda não sabe, fala kilombo eles remetem a aquelas coisas da infância, né? Onde que os negros fugiram para não querer trabalhar, porque eram preguiçosos. Na realidade não era nada disso, né, gente? Ele se organizava desde já de maneira a sobreviver e abrir novos caminhos que eu acho que é um ponto fundamental, onde a gente ainda precisa caminhar muito para poder alcançar esse objetivo de realmente a gente fazer valer os nossos direitos e ter uma equidade com essa cidade.*

**Daniel**

*Uma interpretação que eu tenho é que o Kilombo Souza, teve, digamos, três fases, né? Teve a fase do Petronillo e Elisa, que fundaram, vieram para cá para trabalhar etc. Teve essa fase da Vila Teixeira Soares que ela surge a partir de um processo de resistência dessa violência e desse processo de despejo e teve essa fase da auto identificação do Kilombo Souza. E aí eu queria te perguntar Gláucia, pensando temporalmente, qual é o desejo de futuro que você pensa ou imagina pro Kilombo Souza, para os kilombos em Belo Horizonte?*

**Gláucia**

*Eu imagino que todos nós kilombolas temos que ter o reconhecimento do INCRA. Uma das coisas que mais tem a eficácia de territorialidade, né? Que todos nós conseguimos ter esse certificado. Esse tempo todo que não tivemos, esse ano em Minas teve dois reconhecimento pelo INCRA assinado pelo Lula, então a gente está querendo meio que aproveitar essa fase. Nós temos ainda uns três anos e meio para ter essa conquista, né? Porque é importante, porque com esse certificado a gente vai ter mais garantias, né? Muito pelo poder federal, porque tem a questão que eu te falo da burocracia, né? Que cada cidade, cada estado ele tem o seu modo de colocar e implementar as suas leis, né? Então, agora já tendo vindo de lá, da lei federal é uma coisa que vai nos garantir. Isso é uma coisa que a gente almeja muito de ter esse certificado, sabe? Ter esse reconhecimento. Eu vejo no futuro que a história da Elisa, do Petronillo, não só como também da minha avó, da minha mãe, ela permaneça, sabe? Porque é importante esse caminhar, dar o valor aos seus antepassados, aos seus mais velhos. Esse respeito com os seus mais velhos na preservação, porque na realidade, as coisas vem evoluindo de um tempo pra cá muito rápido, né? Só que a gente não pode esquecer que foram eles que caminharam para que a gente possa estar aqui hoje, né? Então, eu acredito que tem que ter essa valorização do passado, mas sem essa de ficar preso lá no passado, né? Mas tem que ter a valorização do passado para que num presente possam servir de espelho para construir futuros melhores. É uma coisa, assim, vai e volta, sabe? Porque é importante ver que a luta... Hoje em dia a gente fala que a gente precisa de política de reparações pelos acontecimentos do passado, né? Então, mais como reparação, não é? Não como uma comunidade remanescente. Não! Na realidade é uma comunidade que tem direito de reparação pelos que sofreram seus antepassados, né? Que se você for ver até hoje, se você*

*procurar aqui existem aqueles que estão nesse trabalho que é equiparada aos trabalho escravo, então quer dizer que apesar de todas as lutas, apesar de toda abolição, ainda quem que tem que evoluir são as pessoas, né? As pessoas têm que ter esse entendimento, né? “Ah, igual teve, ai eu gosto dela, é da família”<sup>30</sup>. Não! Se gostasse igual da família daria condições iguais, né? Tem essa questão que a gente não quer permanecer lá, a gente quer reparação.*

**Daniel**

*Perfeito! Eu acho que é isso Gláucia. Se tiver mais alguma coisa que você queira dizer, eu não tenho mais nenhuma questão.*

**Gláucia**

*Não! Se precisar estou à disposição, você sabe. Você contribuiu muito, com auxílio, no nosso processo também, nessas questões do Urbe Urge, a Bambuzeria. Você fez o projeto, mas a gente teve que mexer um pouco, né? Porque a verba era pouca, mas pelo menos deu para ficar um lugar até que legal, né? E nós deixamos aquela ali, onde está o filtro da água. Aquilo era uma mesa que tem 40 anos, que era da minha mãe.*

**Daniel**

*Sempre um retorno ao passado!*

**Gláucia**

*É um retorno ao passado. Olha a diferença... tem uma outra ali dentro, que era um jogo que ela tinha até de sofá feito de bambu, né? Quer dizer, olha a resistência. Isso é bom para mostrar a resistência. Quarenta anos, né? É um móvel que comprou em 1983 e agora coloca do lado de um que foi feito agora para formatura em março desse ano.*

**Daniel**

*Perfeito!*

---

<sup>30</sup> A fala da Gláucia faz referência ao discurso recorrente de famílias que possuem trabalhadoras domésticas e dizem que consideram as trabalhadoras como membros da família, embora as condições de tratamento não sejam equiparadas aos dos membros familiares.

**Gláucia**

*Nós somos assim, igual Bambu, envergamos, mas não quebramos.*

## 07 | A ORDEM DE DESPEJO

---

### 7.1 Botei a boca no mundo!<sup>31</sup>

Com o avançar dos anos a situação ficou cada vez mais complexa, até que em 2018 os membros da família Souza foram surpreendidos pela ordem de despejo. Com a iminência e a possibilidade do despejo, a solução encontrada pela família Souza foi recorrer à disponibilidade em ajudar das associações civis organizadas, como a Associação Comunitária de Santa Tereza e Salve Santa Tereza, que inflamou as discussões sobre a possibilidade de auto reconhecimento e certificação técnica do território da família Souza enquanto remanescente de quilombo e a própria audiência pública na “Reunião Ordinária - Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor: Audiência pública - Finalidade: Debater a ameaça de remoção dos moradores da Rua Teixeira Soares, no Bairro Santa Tereza” em 08 de Abril de 2019. A justificativa da audiência pautou-se na existência de ordem judicial de reintegração de posse proferida nos autos da ação nº 0024.83.104755-0, i a Fazenda Estadual da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, não obstante se tratar de área consolidada e totalmente integrada ao bairro há décadas, destinada à habitação em unidades familiares e multifamiliares, cuja forma de uso e ocupação é reconhecida oficialmente, em área dentro do perímetro da ADE Santa Tereza, sendo que as famílias inclusive pagam o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). O cumprimento da ordem e a remoção das famílias gerará grande impacto na vida de cada um dos moradores rompendo-se laços comunitários que atravessa gerações, bem como na própria ordem urbanística, devendo ser objeto de maiores debates, inclusive para verificar as possibilidades de mediação do conflito e dos interesses em questão (BELO HORIZONTE, 2019a)

Destaca-se, que no momento da audiência pública, participavam da Associação Comunitária de Santa Tereza - ACST e Salve Santa Tereza, pessoas que possuíam um histórico de participação ativo nas lutas por direitos, destacando-se o direito à moradia. Neste sentido, a mobilização de tais instituições civis organizadas demonstra um reconhecimento ou integração do Kilombo Família, enquanto território ancestral e de tradição, como parte importante do cotidiano do bairro de Santa Tereza. Neste ponto, o Kilombo Família Souza é reconhecido por seus vizinhos enquanto parte do bairro de Santa Tereza, embora já fizessem

---

<sup>31</sup> O título faz referência a uma fala de Gláucia Martins em um contexto de conversa, na qual a kilombola da família Souza, ao se referir ao processo de despejo e de violência experimentado por sua família, diz ter buscado ajuda de instituições civis organizadas e a visibilização do processo de despejo como forma de angariar apoio.



parte do cotidiano do bairro sob a alcunha considerada por alguns preconceituosa de Vila Teixeira. Um processo deliberado de violência culminou em um processo de organização comunitária do próprio Kilombo Família Souza em direção à defesa de seus direitos e do direito ao seu território. A Associação Comunitária de Santa Tereza - ACST, contribuiu e participou "em mais de 10 reuniões no processo de reconhecimento do Kilombo Souza, participou da elaboração dos Estudos para Dossiê Registro e da audiência pública sobre o reconhecimento do Kilombo Família Souza"<sup>32</sup>.

Apesar da compra do território comprovado em registros de cartório e a permanência do nome de Elisa de Souza nos documentos de Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU até o ano de 2019, foi o processo de identificação técnica e reconhecimento enquanto remanescente de quilombo a partir da Fundação Cultural Palmares que trouxe novos ares para a resistência e a garantia da permanência da família Souza em seu território e a perpetuação de suas práticas sociais, culturais e ancestrais que possuem estreita relação com o território que ocupam há mais de 100 anos. O Kilombo Família Souza, passa a figurar então, enquanto uma comunidade tradicional amparada e resguardada pela esfera federal, a partir do seu processo de certificação e identificação técnica enquanto remanescente de quilombo. Nesse sentido, um conflito que antes era uma questão pessoal da família Souza, que depois se tornou uma questão também das organizações civis presentes no bairro de Santa Tereza, que se sentiram comovidas pelo iminente processo injusto de despejo, passa a ser uma questão nacional, visto que resguardada por uma legislação federal específica.

Ou seja, esse trânsito entre as instâncias municipal e federal de defesa e reconhecimento dos direitos da família Souza ao seu território, e, por consequência, a reprodução de suas práticas sociais, culturais e litúrgicas podem ser entendidas enquanto um patrimônio social da cidade de Belo Horizonte e do Brasil, uma vez que a garantia do direito ao território é antes de tudo a aplicação indireta de políticas de salvaguarda de um modo de vida próprio e específico do Kilombo Família Souza. É a salvaguarda de um modo de vida que inicia-se junto ou em um período próximo ao da fundação de Belo Horizonte e que de certa maneira é testemunha das modificações ocorridas na capital mineira, sendo portadores de referência à identidade, formas específicas de expressão, modos de criar e viver, além de representar a preservação de parte da memória afro-brasileira organizada a partir da experiência kilombola.

---

<sup>32</sup> ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO DE SANTA TEREZA. **Retrospectiva de algumas ações da atual gestão da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Santa Tereza – Santa Tereza Presente**. Belo Horizonte, 3 dez. 2021. Disponível em: <https://acbst.wordpress.com/2021/12/03/retrospectiva-de-algumas-acoes-da-atual-gestao-da-associacao-comunitaria-dos-moradores-do-bairro-santa-tereza-santa-tereza-presente/>. Acesso em: 30 abr. 2023.

Apesar da família Souza ter uma relação com o território e com a terra condizente com as relações que comunidades quilombolas comumente estabelecem com o próprio território, não havia ocorrido até o momento a possibilidade do despejo. Neste sentido, a experiência quilombola da família Souza é uma experiência que se dá necessariamente a partir da luta e do cotidiano. A família Souza se reconheceu e se entendeu enquanto território remanescente de quilombo a partir da necessidade de defender o seu direito à terra e à cidade.

Toda a discriminação e violência sofrida pelo Kilombo Família Souza reverteu-se em cultura e resistência, uma vez que a família Souza definitivamente se autorreconheceu e atribuiu à própria trajetória a identidade quilombola, que naturalmente se configura enquanto uma organização social diferencial e um *continuum histórico* de resistência, como por exemplo, a mesma experiência que nos informa a trajetória do Quilombo de Palmares - A Pequena Angola.

## 7.2 Fundação Cultural Palmares, Racismo Institucional

A Fundação Cultural Palmares foi fundada em 1988 na esteira de redemocratização do país. Em 2003, a Fundação Cultural Palmares ganha novos ares de autonomia e passa a ter agência sobre o processo de certificação e de titulação de comunidades quilombolas ou como se convencionou chamar, comunidades remanescentes de quilombos. O que garantiu essa autonomia para a Fundação Cultural Palmares foi o Decreto nº 4.887/2003, de novembro de 2003. Em 2004, a primeira comunidade quilombola brasileira é certificada, a comunidade Invernada Paiol de Telha na cidade do Paraná (BRASIL, 2022)<sup>33</sup>. O Art. 2º e seus incisos presentes no Decreto nº 4.887/2003 define o que se considera enquanto remanescente de quilombos:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Vide ADIN nº 3.239.

---

<sup>33</sup> BRASIL. Fundação Cultural Palmares. [Página inicial]. Brasília, DF, [2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br>. Acesso em: 3 jun. 2023.

§ 1o Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2o São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

O decreto em questão, em seu Art. 2º, frisa que os critérios de autoatribuição, associada a uma trajetória histórica própria que se relaciona a um território específico a partir de uma ancestralidade negra, é o que caracteriza-se enquanto comunidade remanescente de quilombo. O aspecto de auto-atribuição e de uma trajetória histórica específica são importantes, uma vez que singularizam as experiências das comunidades quilombolas e permitem que as mais diversas experiências possam ser reconhecidas enquanto quilombo.

A assembleia de autodeclaração enquanto comunidade remanescente de quilombo ocorreu no dia 30 de junho de 2019 e contou com a presença e participação da “Associação Comunitária de Santa Tereza, lideranças do movimento negro, parlamentares, representantes do Ministério Público, representantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coletivos culturais, artistas etc” (ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO, 2020, p.132). Já o reconhecimento como território quilombola ocorreu no dia 16 de julho de 2019, na mesma semana em que supostamente seria concretizado o processo de despejo da Família Souza. A portaria da Fundação Cultural Palmares nº 126 foi a responsável pelo reconhecimento do Quilombo Família Souza enquanto comunidade remanescente de quilombo. Desde então o Quilombo Família Souza foi incluído no livro de Cadastro Geral nº 019 sob o nº 2.766 e às fls. 188 (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2020) e a publicação no Diário Oficial da União se deu dois dias após o reconhecimento, no dia 18 de julho de 2019 (BRASIL, 2019).

Sérgio Camargo foi nomeado presidente da Fundação Cultural Palmares (FCP) em novembro de 2019 pelo presidente Jair Bolsonaro. Sua gestão à frente da FCP foi controversa e marcada por várias críticas e polêmicas. Uma das principais críticas à gestão de Sérgio Camargo foi sua postura em relação às questões étnico-raciais, tendo afirmado em diversas ocasiões que o racismo no Brasil não existe ou o absurdo ideológico em relação ao “racismo reverso”.

Além disso, Sérgio Camargo já fez declarações ofensivas a personalidades negras e ao Movimento Negro Unificado (MNU) e se envolveu em outras polêmicas, como quando disse sobre os “benefícios” da escravidão para a população afrodescendente. Outra questão polêmica é a política de contratação da FCP sob a gestão de Camargo. Ele demitiu vários funcionários da instituição, muitos deles com ampla experiência em projetos culturais e

sociais relacionados à temática negra, e contratou pessoas sem experiência na área e sem conhecimento técnico.

A gestão de Sérgio Camargo também foi criticada por cortar o financiamento de projetos culturais relacionados à cultura negra, em detrimento de outros projetos com temas não relacionados. Essas políticas geraram críticas dentro da própria instituição e também da sociedade civil, que apontam para uma falta de sensibilidade e conhecimento sobre a importância da cultura negra no Brasil.

Em resumo, a gestão de Sérgio Camargo à frente da Fundação Cultural Palmares foi controversa e marcada por polêmicas, principalmente em relação à sua postura em relação às questões étnico-raciais e às diversas formas de violência experimentadas pelos negros no Brasil.

Considerando o processo de cooptação pelo qual a Fundação Cultural Palmares passava no governo presidencial de Jair Bolsonaro sob a presidência de Sérgio Camargo<sup>34</sup>, o agora Kilombo Família Souza entende a necessidade de garantir seus direitos a partir de outras esferas institucionais, uma vez que a própria Fundação Cultural Palmares abdicou de suas responsabilidades e da possibilidade de apoiar a comunidade quilombola. Neste sentido, no dia 24 de julho 2019 houve a abertura por parte do Conselho Deliberativo do Patrimônio de Belo Horizonte do Registro Imaterial do Kilombo Souza, assim como, “o início do processo em nível estadual realizado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA/MG), de acordo com nota técnica GPCI nº07/2019, datada de 01 de outubro de 2019, em que acata o pedido de registro imaterial em instância Estadual” (ESTUDOS PARA DOSSIÊ, 2020, p.24).

Embora o Kilombo Família Souza atendesse todos os critérios estabelecidos e previstos no Decreto nº 4.887/2003, que Regulamenta a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos (BRASIL, 2003) e a “Portaria Nº 98, de 26 de novembro de 2007 – Institui o Cadastro Geral de

---

<sup>34</sup> Durante o exercício presidencial de Jair Messias Bolsonaro, 2019-2022, a Fundação Cultural Palmares foi presidida por Sérgio Camargo. A Fundação Cultural Palmares foi cooptada por discursos de ódio contra a população negra, reflexo das políticas diversas de desmontes aplicadas pelo governo Bolsonaro, com discursos que minimizam as experiências de violência experimentada pela população afro-brasileira, negando o racismo enquanto uma estrutura de organização social, anti-militância e anti-esquerda.

Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres” (BRASIL, 2007), o Quilombo Família Souza teve seus direitos aos territórios questionados pelo Judiciário Mineiro.

Contudo, atender integralmente a estes critérios e ainda possuir o documento que comprova a aquisição legal do imóvel pela matriarca do Quilombo Souza, Elisa de Souza, não tem sido condição legal considerada satisfatória, pelo poder Judiciário de Minas Gerais, para assegurar o direito ao território para a Família Souza (ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO, 2020, p.128)

Ou ainda, conforme a Lei 21.147/2014 que diz respeito a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, no qual o artigo segundo prevê que:

Art. 2º - Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural (MINAS GERAIS, 2014)

Essa recusa ou dificuldade por parte das instâncias julgadoras, o poder Judiciário de Minas Gerais, escancara uma relação de violência e negação de direitos que só poderia justificar-se a partir do racismo institucional, na produção de desigualdades que se baseiam exclusivamente a partir de instituições públicas ou governamentais, privadas, universidades etc.

Para pensar tais questões tomemos as reflexões desenvolvidas no livro Racismo Estrutural publicado por Silvio Almeida<sup>35</sup> em 2019. O autor discute diversos temas relacionados ao racismo, preconceito e discriminação no Brasil. Segundo o autor, “racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (ALMEIDA, 2019, p.32), já “o

---

<sup>35</sup> Silvio Luiz de Almeida é advogado, filósofo e doutor e pós-doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Em 2023 foi empossado como Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania (Ministério de Direitos Humanos e Cidadania do Brasil) do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, empossado em 2023.

preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias” (ALMEIDA, 2019, p.32) como exemplo para sintetizar a ideia de preconceito racial, podemos entender que “considerar negros violentos ou incofiáveis, judeus avarentos ou orientais ‘naturalmente’ preparados para as ciencias exatas são exemplos de preconceitos” (ALMEIDA, 2019, p.32). E, por fim, discriminação pode ser entendido enquanto a “atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça” (ALMEIDA, 2019, p.32).

Entendidos em relação à diferença entre racismo, preconceito racial e discriminação racial, podemos aprofundar um pouco mais a discussão em relação ao racismo institucional. Almeida (2019) frisa que a concepção da dimensão institucional do racismo foi um importante avanço de qualificação das discussões em relação ao racismo, uma vez que traz uma outra camada de análise para além do entendimento do racismo enquanto comportamentos individuais de ódio, mas sendo tratado como o “resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça” (ALMEIDA, 2019, p.37-38).

O autor frisa que apesar de “constituídas por formas econômicas e políticas gerais – mercadoria, dinheiro, Estado e direito –, cada sociedade em particular se manifesta de distinta maneira” (ALMEIDA, 2019, p.38), ou seja, “é desse modo que podemos compreender que as formas sociais – dentre as quais o Estado - se materializam nas instituições” (ALMEIDA, 2019, p.38). Nesse sentido, as instituições podem ser entendidas enquanto

[...] modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a torna normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais (HIRSCH, 2007, p.26 *apud* ALMEIDA, 2019, p.38)

Ou seja, é “no interior das regras institucionais que os indivíduos se tornam sujeitos”, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social” (ALMEIDA, 2019, p.38-39), ou ainda, é na guisa das regras e pactos institucionais que se pactua a negação do direito mesmo de determinados sujeitos ou a possibilidade de manutenção do controle ou negação de direitos a partir do próprio funcionamento do sistema judiciário, como o experimentado pelo Kilombo Família Souza. A partir disso, o autor possui duas conclusões:

- a) instituições, enquanto o somatório de normas, padrões e técnicas de controle que condicionam o comportamento dos indivíduos, resultam dos conflitos e das lutas pelo monopólio do poder social;
- b) as instituições, como parte da sociedade, também carregam em si os conflitos existentes na sociedade. Em outras palavras, as instituições também são atravessadas internamente por lutas entre indivíduos e grupos que querem assumir o controle das instituições (ALMEIDA, 2019, p.39)

Nesse sentido, “ a principal tese dos que afirmam a existência de racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições” (ALMEIDA, 2019, p.39), ou seja, as violências raciais discriminatórias não aparecerem somente a partir de comportamento isolados ou de grupos, mas “fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismo institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos” (ALMEIDA, 2019, p.40), o que possivelmente pode ser interpretado a partir da ação demarcatória ajuizada por herdeiros de Arthur Ramos e Anna Leonor na década de 1970 e que se prolongou até uma possível ordem de despejo no ano de 2019. A série de ilegalidades percebidas pelo advogado Joviano Mayer no curso do processo judicial relacionado a ação demarcatória só poderia justificar-se pela contaminação do poder judiciário mineiro pelo que se convencionou chamar de racismo institucional, que se configura a partir da capacidade de determinados sujeitos não racializados de exercerem “o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade” (ALMEIDA, 2019, p.40) e essa possibilidade de exercício e manutenção de poder só se concretiza a partir da “capacidade de grupos dominantes de institucionalizar seus interesses, impondo a toda sociedade regras, padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem ‘normal’ e ‘natural’ o seu domínio” (ALMEIDA, 2019, p.40).

Não obstante o racismo institucional fundamenta-se no processo de discriminação a partir da racialização de sujeitos, o que em um processo de construção da identidade do eu-negro perpassa necessariamente pela dimensão negativa, ao passo que a do eu-branco, perpassa necessariamente pela dimensão positiva, o racismo institucional garante o

domínio de homens brancos em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc. – e instituições privadas - por exemplo, diretoria de empresas – depende, em primeiro lugar da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizado, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos (ALMEIDA, 2019, p.40-41)

O que “demonstra que, na visão institucionalista, o racismo não se separa de um projeto político e de condições socioeconômicas específicas” (ALMEIDA, 2019, p.41)

### **7.3 Necropolítica e Epistemicídio**

Achille Mbembe, filósofo e professor camaronês, publicou pela primeira vez no ano de 2003 um ensaio denominado “*Necropolitics*”. Nesse ensaio publicado originalmente em inglês Mbembe reflete e discute o que considera a expressão máxima da soberania do estado contemporâneo, o que nomeou de Necropolítica (MBEMBE, 2018), que reside justamente na sua deliberada capacidade de decidir quais corpos possuem o direito de viver e quais corpos devem morrer, ou seja, processo no qual a soberania é exercida justamente no controle sobre a vida e a morte, o que “pressupõe que a expressão máxima de soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018, p.5), e mais, “nesse caso, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (MBEMBE, 2018, p.41).

Para refletir e aprofundar o que conceitua enquanto Necropolítica, Achille Mbembe mobiliza conceitos como biopoder, cunhado pelo filósofo Michel Foucault, estado de exceção e estado de sítio, para argumentar e conceituar o que definiu por fim enquanto Necropolítica, conceito essencial para o entendimento de como o estado moderno mobiliza seus instrumentos legais, tecnologias (e nesse ponto é essencial entender o racismo e suas



variantes enquanto tecnologia), aparatos técnicos etc, na produção e reprodução da vida biológica (ou da morte) a partir da racialização dos sujeitos, em um processo ora de atuação direcionada do estado e seus representantes formais (instituições de justiça, agentes públicos, forças policiais etc), ora de ausência planejada.

Ao refletir sobre as “máquinas de guerra” ao tratar e contextualizar as guerras contemporâneas, Achille Mbembe brevemente apresenta o conflito de Kosovo, que aconteceu na Sérvia entre os anos de 1998 e 1999, no qual

a “degradação” das capacidades sérvias tomou a forma de guerra infraestrutural que destruiu pontes, ferrovias, rodovias, redes de comunicação, armazéns e depósitos de petróleo, centrais termoeletricas, centrais elétricas e instalação de tratamento de água. Como se pode presumir, a execução de tal estratégia militar, especialmente quando combinada com a imposição de sanções, resulta na falência do sistema de sobrevivência do inimigo. Os danos que persiste à vida civil são particularmente eloquentes (MBEMBE, 2018, p.50)

O conflito de Kosovo utilizado por Mbembe para exemplificar o processo das guerras contemporâneas obviamente não se compara em escala ao processo de violência e negação de direitos experimentado pela família Souza e tampouco há essa pretensão, mas parece servir como exemplo justamente por exemplificar o que o inimigo pretende atacar em um contexto de conflito, no caso de Kosovo, tudo considerado infraestrutural e indispensável para a manutenção da vida em um estado moderno. Nesse sentido, me pergunto o que seria considerado infraestrutural para uma comunidade quilombola? Para a família Souza? O que está em jogo quando há a iminência de perder-se o que é considerado infraestrutural, indispensável para que a reprodução biológica e subjetiva das práticas quilombolas perdurem no tempo?

E mais, as máquinas de guerras são instituições complexas, podendo ser “constituídas por segmentos de homens armados que se dividem ou se mesclam, dependendo da tarefa e das circunstâncias” (MBEMBE, 2018, p.54), ou ainda, pode ser reconhecida por sua capacidade de metamorfose, desfrutando de “relações complexas com formas estatais (da autonomia à incorporação)” (MBEMBE, 2018, p.54). Nesse sentido, “o Estado pode, por si mesmo, se transformar em uma máquina de guerra” (MBEMBE, 2018, p.54), ou ainda, pode “se apropriar de uma máquina ou ajudar a criar uma” (MBEMBE, 2018, p.55)

Durante o processo de despejo, o Kilombo Família Souza experimentou diversas violências, inclusive com a negação de seus direitos constitucionalmente reconhecidos a partir da postura adotada por instituições de justiça mineiras. O Kilombo Souza possui em seu corpo social pessoas idosas, crianças e pessoas com a saúde debilitada. O iminente despejo e por

consequência a negação do direito a um Código de Endereçamento Postal - CEP, significa tanto colocar esses sujeitos em um estado agravado de vulnerabilidade, ao negar para esses sujeitos o direito a um endereço, por consequência a cidadania e o acesso a serviços básicos (como água, luz, saneamento, saúde pública), que comumente estão relacionados a necessidade de se ter um endereço formalizado. Ademais, a própria matriarca do Kilombo Souza, Lídia Martins, possui restrições sérias de saúde.

O judiciário mineiro, ao atuar deliberadamente na negação dos direitos da família Souza, conscientemente ou inconscientemente, parece ter atuado ou sido apropriado como essa máquina de guerra que deliberadamente poderia ter resultado na morte biológica de membros da família Souza, embora a princípio sua atuação tenha sido no sentido de corroborar com um processo de especulação imobiliário mobilizado por herdeiros de Arthur Ramos e Anna Leonor, ao solicitarem a demarcação e reintegração de posse de um território que não os pertencia mais há décadas.

Outra possível consequência que poderia ter se desdobrado a partir do despejo da família Souza seria justamente a morte imaterial de suas práticas kilombistas que ocorreriam pela impossibilidade de manutenção a partir e no território no qual esses conhecimentos são produzidos, compartilhados e conservados, o que poderia ser entendido enquanto um processo deliberado de Epistemicídio.

Epistemicídio é um conceito cunhado pelo sociólogo e intelectual português Boaventura de Souza Santos a partir da junção de duas palavras, “episteme” que faz referência ao conhecimento, e “genocídio”, que se configura enquanto uma prática de extermínio de um grupo motivado por diferenças étnico-raciais, religiosas e políticas. O conceito foi cunhado justamente para refletir a experiência de negligenciamento e apagamento da produção de conhecimentos de grupos étnico-raciais específicos.

O genocídio que pontuou tantas vezes a expansão europeia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais) (SOUSA SANTOS, 1995, p. 328)

E ademais, há a dimensão de controle e dominação racial estabelecida pelo epistemicídio, conforme podemos ver a seguir:

para quem o epistemicídio se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento (SOUSA SANTOS (1997) apud CARNEIRO, 2005, p.96)

A partir das reflexões propostas por Boaventura de Sousa Santos, na sua tese de doutorado nomeada “A construção do outro como não-ser como fundamento do ser”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo - USP em 2005, Sueli Carneiro reflete sobre os processos de Epistemicídio experimentados por sujeitos negros a partir da negação do acesso à educação. Para Carneiro (2005, p.96), “a formulação de Boaventura Sousa Santos acerca do epistemicídio torna possível apreender esse processo de destituição da racionalidade, da cultura e civilização do Outro”, ou seja, um processo de deslegitimação e desconsideração de uma matriz intelectual que foge da esteira do que a produção de conhecimento colonial determinou enquanto hegemônico. “É o conceito de epistemicídio que decorre, na abordagem deste autor sobre o modus operandi do empreendimento colonial, da visão civilizatória que o informou, e que alcançará a sua formulação plena no racismo do século XIX” (CARNEIRO, 2005, p.96). E Sueli Carneiro vai além, ao compreender que

O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc (CARNEIRO, 2005, p.97)

Sueli Carneiro nos alerta do epistemicídio enquanto “um processo persistente de produção de inferioridade intelectual ou da negação da possibilidade de realizar as capacidades

intelectuais” (CARNEIRO, 2005, p.97), o que por consequência significa a normalização sistemática da interrupção de produções intelectuais que fogem da norma.

A produção do conhecimento não é um processo estático e se relacionada aos contextos culturais e sociais nos quais são produzidos e reproduzidos. Se considerarmos os processos a partir dos quais comunidades quilombolas produzem seus conhecimentos, o que geralmente se dá a partir da prática e se reproduz a partir da oralidade, o contexto no qual a episteme quilombola se desenvolve evidencia sua fluidez e sua conexão direta e imprescindível com o território, afinal aprende-se ao fazer, ao observar e ao compartilhar conhecimentos e ensinamentos com aqueles que vieram antes de nós ou os mais velhos dessas comunidades.

O conceito de epistemicídio surge, portanto, para analisar o impacto dos processos coloniais no que diz respeito à aniquilação desses sistemas de conhecimentos considerados não hegemônicos, como das comunidades indígenas, quilombolas, consideradas tradicionais e outras. A prática sócio-territorial do Quilombo Família Souza, e por consequência a episteme quilombola da família Souza, se viram ameaçadas pela iminência da possibilidade do despejo, afinal, trata-se de práticas que só são possíveis a partir da experiência do Quilombo Souza, assumindo que é uma prática quilombola singular. Só há um Quilombo Souza possível e ele só é possível vinculado ao território no qual os conhecimentos são produzidos, praticados e transmitidos.

#### **7.4 A luta é coletiva!**

No contexto do Estudos para Dossiê de Registro e nas Audiências Públicas, o então membro do Conselho Consultivo e Deliberativo da Associação Comunitária do Bairro de Santa Tereza - ACBST, no biênio 2018-2020, o advogado Joviano Mayer, um dos responsáveis pelo acompanhamento do caso do Quilombo Família Souza na audiência pública para a Comissão dos Direitos Humanos faz um breve resumo sobre a origem do conflito.

Arthur Ramos, cujos herdeiros ajuizaram a ação demarcatória, adquiriu a terra em 1905, os lotes da ex-colônia Werneck. A gleba foi adquirida, a partir de então... de 1905 em diante, ele começou a vender várias partes dessa terra. Um dos compradores foi o Sr. Honório Coelho, conforme o contrato registrado, eu estou aqui com a cópia do registro. Dr. Honório Coelho adquiriu na época cerca de 3000 m<sup>2</sup>. Depois o Dr. Honório Coelho vendeu para o Sr. Gabriel Oliveira Santos, isso já em 1921.... e o Sr. Gabriel Oliveira Santos transferiu para a Sra. Elisa, que é a matriarca citada aqui, casada junto com o Sr. Petronillo e que adquiriram a terra nesse tempo... e registraram o

contrato de compra e venda em 1921. Agora pasmem.... a compra feita por Arthur Ramos, cujos herdeiros pretendem despejar a Vila Teixeira Soares, só foi registrada em 1929, sem constar todas as glebas que eles venderam ao longo desse período. Então isso já é uma primeira situação fraudulenta que foi simplesmente menosprezada ao longo de todas as décadas de trâmite processual. A Dona Elisa registrou muitos antes o contrato de compra e venda de aquisição da área onde hoje estão essas famílias e isso se quer foi considerado diante de todo o trâmite processual (CPT<sup>36</sup> et all 2019: sem páginas *apud* ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO, 2020, p.129)

Ainda sobre o processo judicial, o advogado Joviano Mayer, compartilhou seu estarecimento em relação às diversas violações impetradas contra a família Souza durante o processo judicial.

Há anos acompanhando ações judiciais sobre conflitos pela terra, jamais tinha atuado em um caso com tantos absurdos, racismo, ilegalidades e fortes indícios de corrupção até culminar na ordem de desalojamento, contra a qual a maioria dos moradores sequer puderam se defender, pois não foram intimados ao processo. Uma ação demarcatória que foi distribuída em 1970 por herdeiros que jamais exerceram posse da área sob litígio (MAYER, 2020 *apud* ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO, 2020, p.130)<sup>37</sup>

A ação demarcatória iniciada por herdeiros que jamais exerceram posse do território pode

ser considerada com diversos vícios, ilícitos processuais e indícios de fraudes, conforme demonstrada na Ação Civil Pública proposta pela Associação Comunitária de Santa Tereza, a qual também busca o reconhecimento da inconstitucionalidade da coisa julgada. As famílias tomaram ciência da ordem de "reintegração de posse" por intermédio da Política Militar, já nos atos preparatórios para a desocupação desse território centenário (ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO, 2020, p.130)

A partir de análise de laudos realizados durante o julgamento da ação demarcatória, ficou explicitado que "Arthur Ramos, cujos herdeiros ajuizaram a ação demarcatória, havia adquirido a gleba em 1905 e, quando registrou o contrato de compra e venda em cartório somente em 1929, omitiu as vendas de lotes que realizou ao longo do período" (ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO, 2020, p.131), o que do ponto de vista legal pode ser configurado

---

<sup>36</sup> AÇÃO contra o Quilombo Souza: ilegalidades / desrespeito aos direitos / Dr. Joviano / Vídeo 4/11-7-19. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (13 min). Publicado pelo canal Frei Gilvander Luta pela Terra e por Direitos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7HPz7JfEBk>. Acesso em: 9 set. 2023.

<sup>37</sup> MAYER, J. G. M. Entrevista cedida em setembro de 2020. In: ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO. BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Estudos para dossiê de registro do Kilombo Família Souza enquanto patrimônio cultural imaterial de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2020.

como fraude. "Tal fato chegou a ser reconhecido pela segunda perícia realizada nos autos da ação demarcatória, a qual entendeu que ele, Arthur Ramos, chegou a vender mais terra do que tinha" (ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO, 2020, p.131). Tanto a segunda perícia, quanto a primeira que eram desfavoráveis aos herdeiros foi ignorada pelo judiciário.

Por se tratar de uma ação demarcatória realizada na década de 1970, ou seja, em período muito posterior à presença da família Souza em seu território, outras instâncias de garantia de direito à posse do território poderiam ser requisitadas, como o usucapião. "Vale registrar que, conforme informações da Secretaria Municipal de Fazenda juntadas ao processo, o Município reconheceu que os moradores pagaram o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) desde 1952" (ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO, 2020, p.132), ou seja, a própria municipalidade reconhece o território a partir de "numeração oficial e fornecimento regular de todos os serviços e infraestrutura básica" (ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO, 2020, p.132).

Não podemos perder de vista que "os direitos dos povos e comunidades quilombolas também só foram reconhecidos e, nesse caso, de forma originária, pela Constituição Federal de 1988, ou seja, posteriormente à propositura da ação demarcatória em 1970" (ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO, 2020, p.133), o que impossibilitou a garantia e defesa dos direitos ao território por parte de outras instâncias judiciais.

Apesar da Associação Comunitária de Santa Tereza - ACST ter reconhecido o Kilombo Souza enquanto parte do cotidiano do bairro, muito a partir de membros que compunham sua gestão e que se sensibilizaram pela luta da família Souza, não podemos perder de vista que no próprio processo de tombamento aprovado do bairro de Santa Tereza, o kilombo da Família Souza não foi considerado, assim como, o quilombo da Família Mattias, que atualmente se encontra em processo de certificação técnica enquanto comunidade remanescente de quilombo junto à Fundação Cultural Palmares. Esse reconhecimento das comunidades tradicionais presentes no bairro de Santa Tereza poderiam ter evitado a violência sofrida pelo Kilombo Família Souza e seu iminente processo de desterritorialização no contexto da ação demarcatória.

Como dito anteriormente, a partir do apoio da Associação Comunitária de Santa Tereza - ACST foi homologada uma ação cível pública, e recentemente foi feita uma petição pelo juiz responsável pela ação civil que questionou sobre a possibilidade de sua suspensão para que fosse aguardada a manifestação da instância federal, uma vez que o processo principal da ação demarcatória atualmente se encontra em julgado no Supremo Tribunal Federal - STF, já que nos outros âmbitos a causa da ação demarcatória foi vencida em favor do Kilombo Família Souza.

A partir do julgamento na instância federal, foi possível solicitar ao INCRA, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, responsável por desempenhar um importante papel na proteção e reconhecimento dos direitos territoriais de comunidades tradicionais, tais como comunidades indígenas e quilombolas, uma manifestação. Ademais, o INCRA é responsável por atuar na demarcação e regularização fundiária das porções de terras ocupadas por comunidades tradicionais, garantindo a partir de instrumentos jurídicos a posse do território, o que inclui a identificação, delimitação e titulação das terras, de forma a assegurar que as comunidades tradicionais possam continuar vivendo e desenvolvendo suas práticas culturais, econômicas e sociais de maneira sustentável.

Como dito, atualmente a ação demarcatória será julgada pela justiça federal, porém o processo se encontra parado, e sem perspectivas de prazo quanto ao seu fim, já que estão realizando a digitalização de aproximadamente 20 volumes referentes ao processo da década de 1970, o que demanda tempo da justiça federal. No contexto de escrita da dissertação, não há perspectivas sobre quando o julgamento será realizado.

O contexto histórico e político no qual me encontrei com o Kilombo Família Souza foi o do exercício presidencial de Jair Messias Bolsonaro, entre os anos de 2018 e 2022. Associado ao Governo Federal cooptado pelo bolsonarismo, éramos assolado por uma pandemia mundial do COVID-19. O governo Bolsonaro significou um período da história brasileira no qual discursos e abordagens conservadoras foram incentivados no que tange questões sociais, econômicas e políticas. O governo foi constantemente criticado por adotar medidas

discriminatórias ou retrógradas, como a redução de verbas para a educação e a cultura, e a restrição de direitos de minorias, como a população LGBTQIA+ e os povos indígenas.

É neste contexto histórico e político, de elaboração de Estudos para Dossiê de Registro tanto a nível municipal quanto à estadual no qual eu me encontro com a trajetória do Kilombo Família Souza.



*Excursão 04 | O Kilombo Souza e Eu*

O meu encontro com o Kilombo Família Souza não poderia ter acontecido em um momento mais providencial, no qual questionamentos sobre a prática profissional do arquiteto e urbanista me perseguiram, e após uma longa trajetória da família Souza já consolidada na cidade de Belo Horizonte.

Formei bacharel em Arquitetura e Urbanismo na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, na primeira turma do curso noturno de Arquitetura e Urbanismo, o que significou um ingresso de um outro (e novo?) corpo social, com outros atravessamentos de raça e classe, que até então o curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas não parecia possuir ou ter experimentado com profundidade, afinal, sem políticas públicas afirmativas, o escopo de sujeitos que poderiam arcar com os custos das mensalidades do curso de Arquitetura e Urbanismo eram baixíssimos.

A Arquitetura é uma prática profissional historicamente elitista e que reproduz em seu cerne diversas violências, o que significa que o processo de formação de arquitetos e urbanistas se organiza a partir de um processo igualmente elitista, salvo as experiências de ensino e aprendizagem que contornam e buscam produzir e experimentar outros lugares de ensino e de reflexão sobre a cidade, de contato com a diferença, com o outro.

Lembro-me nas disciplinas de História da Arquitetura, que no plano de ensino pedagógico no qual me formei faziam parte do Ciclo I e subdividiam-se em disciplinas de História da Arquitetura I, História da Arquitetura II e História da Arquitetura III, nas quais éramos ensinados que a suposta História da Arquitetura iniciava-se nas experiências greco-romanas e que desembocam-se nas chamadas vanguardas europeias e nos arquitetos internacionais de renome. Após ter me formado e refletido com um pouco mais de profundidade sobre meu processo de formação, me pergunto onde estão localizadas as experiências arquitetônicas africanas, indígenas e de outros tantos povos? Não foram importantes o suficiente para serem estudadas e fazerem parte de um repertório de um estudante de arquitetura? O processo de formação pelo qual passei parece dizer que não.

Ao mesmo passo, algumas disciplinas focadas na história do urbanismo e na discussão das cidades, pareciam ignorar experiências que não falassem sobre planos urbanísticos de ordenação e gestão do espaço, como o da cidade de Belo Horizonte ou Brasília, por exemplo. As discussões sobre a experiência das cidades coloniais, como Ouro Preto, Tiradentes, São João Del Rey e tantas outras, pareciam ignorar a existência do Kilombo enquanto um assentamento social diferencial presente neste mesmo período e uma experiência social e de assentamento, como foi o Quilombo de Palmares. Onde estavam os quilombos nas discussões sobre as cidades coloniais? Onde estão os quilombos nas discussões sobre as cidades atuais?

Após esse processo de formação, que não contribuiu positivamente com o acesso a outras narrativas sobre a cidade, busquei na minha atuação profissional um redirecionamento no qual eu pudesse ter uma prática com a qual eu me identificasse. Assim sendo, fui convidado a participar dos Estudos para Dossiê de Registro do Kilombo Família Souza enquanto Patrimônio Cultural e Imaterial da Cidade de Belo Horizonte. Essa foi a primeira vez em que tive contato com uma comunidade quilombola para além das narrativas de papel.

Penso que para além de minha formação técnica ou qualificações acadêmicas, o que talvez melhor tenha me qualificado para contribuir com o trabalho é o que poderia definir enquanto o principal componente de minha subjetividade: sou um africano em diáspora.

Esse lugar que ocupo e que garantiu um processo genuíno de reconhecimento entre meu e da própria comunidade quilombola, foi o que definiu que tipo de trabalho eu poderia e deveria fazer, e até onde eles me permitiriam chegar e acessar e que tipo de diálogo poderíamos desenvolver: discursos e trocas de experiências cotidianas? A experiência de contato com o Kilombo Souza ainda está em curso, sobretudo, considerando que a experiência reside em um lugar especial que é aquele que mobiliza um processo que te modifica enquanto investigador, colaborador, técnico e sujeito, alterando percepções e construindo outras possibilidades de atuação profissional.

Devido ao que estou chamando de componente principal de minha subjetiva, incluo ainda, o fato de ter sido iniciado no culto dos Orixás da nação ketu-nagô no terreiro de candomblé Ilê Asè Sòpònnòn e de também ser membro de um grupo de maracatu que tem origem no terreiro de candomblé no qual fui iniciado. Esses traços de construção de subjetividade ou identidade influenciam diretamente a maneira como entendo e compreendo o mundo e estabelece uma ligação entre minha prática religiosa, cultural e social com aquelas desenvolvidas pelo e no Kilombo Família Souza, permitindo que eu pudesse entender para além de uma metaforização da vida o que me era apresentado.

Devido ao “lugar” que ocupei (ou fui convidado a ocupar), não “tive necessidade ou tempo” de me ater aos simbolismos das práticas desenvolvidas no e pelo Kilombo Souza, como quem deseja esmiuçar seus significados e desvendar razões ocultas, primeiro porque alguma delas já conhecia e até praticava, e entendendo que quando se tratam de conhecimentos ancestrais, o tempo (performático, dilatado e espiralado) é quem dita o que e como acessar.

Segundo, que ao reconhecer que não podemos afirmar sobre uma uniformidade sobre o significados e motivos de tais práticas, me interessava mais o discurso e a experiência singular das mais diversas gerações da família Souza em Belo Horizonte e em territórios estrangeiros à capital de Minas Gerais.

---

O Estudo para Dossiê de Registro surgiu a partir de uma demanda interna da própria equipe da Diretoria de Patrimônio Cultural de Belo Horizonte (DPCA), que se comprometeu a apresentar o documento cumprindo as devidas exigências técnicas ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte (CDPCM-BH), órgão municipal responsável por garantir o registro do Kilombo Família Souza enquanto Patrimônio Cultural e Imaterial do município de Belo Horizonte.

A equipe<sup>38</sup> que compôs os Estudos para Dossiê de Registro, disponibilizou seus conhecimentos técnicos na elaboração dos estudos, considerando a impossibilidade de realização de tais estudos pela Diretoria de Patrimônio Cultural de Belo Horizonte, que não contava à época com uma equipe técnica disponível para realizar tais estudos, o que poderia ocasionar em um atraso prejudicial no processo de garantia e manutenção dos direitos dos kilombolas da família Souza. Dessa maneira, a partir de diversas reuniões que abordaram o andamento dos trabalhos técnicos de elaboração dos Estudos para Dossiê de Registro com a Diretoria de Patrimônio Cultural, a equipe técnica responsável alinhou as abordagens que o documento final teria. Após a realização dos mesmos, a equipe técnica doou o documento para o Kilombo Família Souza, que realizou sua doação para a Diretoria de Patrimônio Cultural de Belo Horizonte, que apresentou para o Conselho Deliberativo de Patrimônio Cultural.

---

<sup>38</sup> A equipe técnica responsável pela elaboração dos Estudos para Dossiê de Registro foi composta por uma equipe multidisciplinar de 21 técnicos de várias áreas de conhecimento, como história, direito, antropologia, arquitetura e urbanismo etc. Por ordem alfabética, os técnicos responsáveis pela elaboração dos estudos foram: Alenice Baeta, Amanda Medeiros, Bruna Camposano Medici, Bruna Marinho, Carlos Henrique Rezende Falci, Cristiana Guimarães Alves, Daniel Henrique de Menezes Dias, Denise Pirani, Elisa Sampaio Faria, Enne Maia, Fernanda Oliveira, Flávia Julião, Joviano Gabriel Mayer, Júlia Fernandez Canuto, Leonardo Tafuri, Marcia Maria Lousada, Natália Alves, Patricia Brito, Priscila Seoldo Marques, Tiago Castelo Branco Lourenço, Wanessa Pires Lott e membros da família Souza. Dentre as metodologias adotadas pela equipe técnica podemos citar as entrevistas semi-estruturadas, a contação de histórias, o Mapa Mental, levantamento e análise de dados secundários (arquivos públicos, fotografias, certidões de batismo, casamento, óbito, nascimento etc), Cartografia Participativa, Análise Tipomorfológica do território etc.

A partir do meu contato inicial com o Kilombo Família Souza, em um processo de Estudos para Dossiê de Registro já em curso, iniciamos diversas atividades coletivas a partir de oficinas no sentido de coletar informações sobre a trajetória, a história e a relação dos membros da família Souza com o seu território.

O primeiro contato que estabeleci com a comunidade foi na realização de um conjunto de oficinas de elaboração de Mapas Mentais, uma das principais metodologias<sup>39</sup> adotadas no processo de costura e contação da história e trajetória do Kilombo Família Souza.

A oficina do Mapa Mental aconteceu no dia 14 de agosto de 2020, durante o período da tarde no território do Kilombo Família Souza e seu intuito principal foi “elaborar um Mapa Mental colaborativamente, como forma de aproximação socioespacial do território e de compreensão da relação das memórias do cotidiano com a produção e apropriação do espaço” (ESTUDOS PARA DOSSIÊ, 2020, p.28). A oficina foi dividida em dois momentos distintos, no qual no primeiro momento a equipe técnica propôs que os membros da família Souza presente elaborassem desenhos que fossem capazes de registrar a memória da família em relação a sua relação e experiência no território do Kilombo Souza e do seu entorno, no bairro de Santa Tereza. O intuito dessa primeira oficina foi reavivar as memórias em torno da experiência da família Souza, para que se tornassem cada vez mais cientes da sua relação intrínseca com o território.

Com a participação de moradores de diferentes gerações, os desenhos possibilitaram a percepção das diversas apropriações do território, as mudanças ao longo do tempo, a presente relação com o entorno desde as gerações mais antigas até as atuais e a percepção da espiritualidade como parte importante do cotidiano e formação do espaço do Kilombo Souza. Representações de brincar na rua, pegar fruta no pomar, escorregar no morro, almoços coletivos, festas tradicionais e o congá com as imagens dos Orixás (ESTUDOS PARA DOSSIÊ, 2020, p.28)

---

<sup>39</sup> Os Estudos para dossiê de registro foi coordenado por Patrícia Brito, especialista em patrimônio cultural imaterial, e diretora da empresa Miguilim - Assessoria em Políticas Culturais, Sociais e Projetos LTDA, fundada no ano de 2001. A Miguilim conta com uma extensa experiência na área de políticas culturais e patrimoniais, tendo realizado projetos ao longo de sua existência para ONU, IPHAN e IEPHA.

Como resultado dessa primeira oficina, obtivemos alguns produtos que ajudaram a subsidiar as discussões em relação ao território da família Souza e sua relação com o território do kilombo e com o entorno do bairro de Santa Tereza. A partir da primeira oficina membros da família Souza elaboraram desenhos diversos que ilustravam e espacializavam a memória individual, coletiva e afetiva com o território do kilombo e seu entorno.

O processo das oficinas de elaboração de mapas mentais foi indispensável na construção dos Estudos Para Dossiê de Registro, já que foi um das metodologias utilizadas devido sua capacidade de “discutir as estruturas arquitetônicas e espaciais do Kilombo Família Souza a partir de uma memória social, apoiando assim na Cartografia Colaborativa e nos Mapas Mentais, desenvolvidos junto aos (auto)produtores deste espaço em análise” (ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO,2020, p.25), sem desconsiderar “que um espaço onde não considere suas histórias e memórias, é apenas uma representação generalizada e abstrata, enfatizando assim a necessidade de incluir nas representações técnicas do espaço construído a vida cotidiana de seus moradores” (ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO,2020, p.25), indo de encontro a Soja (1993, p.102):

O espaço não é um objeto científico afastado da ideologia e da política; sempre foi político e estratégico. Se o espaço tem uma aparência de neutralidade e indiferença em relação a seus conteúdos e, desse modo, parece ser puramente formal, a epítome da abstração racional, é precisamente por ter sido ocupado e usado, e por já ter sido foco de processos passados cujos vestígios nem sempre são evidentes na paisagem. O espaço foi formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse foi um processo político. O espaço é político e ideológico. É um produto literalmente repleto de ideologias

A partir de aspectos da memória sócio-espacial representadas em mapas mentais, foi possível recompor o território do Kilombo Família Souza em suas estruturas urbanas, arquitetônicas, sociais e litúrgicas, em um período anterior ao de experimentação desse exercício de reconstrução de narrativa, que ocorreu em meados do ano de 2020. Lembrando que

A cartografia aqui utilizada, considera o ato pensado, armado de sentido, possuidor de princípios. Ele estende para além do mapa cartografado, não começa ou termina quando produto desenhado, pois não é a finalidade o

mapa em si, mas sua formação como processo colaborativo, suas representações sociais e espaciais, o registro memorial de um determinado grupo. Considerando os elementos apresentados, base relevante para o levantamento material e imaterial do território (ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO, 2020, p.26)

E é importante frisar que está menos em jogo uma capacidade de representação a partir de normas técnicas convencionadas e mais “ a capacidade do grupo de trabalho de dar sentido e vivacidade para as memórias, processos que ali estão sendo representados, utilizando-se de diversas possibilidades representacionais, utilizando cores distintas, símbolos iconográficos, produzindo um processo de assimilação das informações representadas a partir da participação” (ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO, 2020, p.26), o que ficou explicitado no primeiro conjunto de representações mentais elaborado por membros do Kilombo Souza, conforme podemos ver nos croquis a seguir:

**Figura 07** - Desenhos gerados a partir da Oficina de Mapas Mentais. Elaborado por quilombolas (Gislene Martins, Rogério e Elizabeth)



Fonte: ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO, 2020, p.29

Os desenhos representavam variedades, afinal, a importância do que representa se dá a partir da percepção de cada membro da família Souza. É possível observar uma

representação e distribuição das edificações, das áreas de plantio etc em algum momento do histórico do Kilombo Souza, ao mesmo tempo em que há a representação da Festa Junina, celebração anual e importante para a família Souza. Além do mais, os desenhos traziam representações sobre as brincadeiras experimentadas, os atalhos e percursos e as áreas de lazer, e inclusive, serviu como estopim para reavivar as memórias sobre o território perdido e as práticas cotidianas e de lazer impossibilitadas por essa perda. Essa variedade de representações ajudaram a compor a partir de fragmentos uma história comum do Kilombo Souza, o que veremos melhor representado no Mapa Mental, que se deu em um segundo momento da oficina.

Outro desdobramento importante a partir dessa oficina foi a delimitação do possível território original do Kilombo Família Souza e de sua dinâmica sócio-espacial. Os documentos de compra e venda registrados em cartório informam que o território original do Kilombo Família Souza possuía uma área total de 6.680m<sup>2</sup> (seis mil e seiscentos e oitenta metro quadrados), divididos entre os lotes nº 42 e nº 41 da Colônia Américo Werneck, que possuíam respectivamente 4.390m<sup>2</sup> (quatro mil, trezentos e noventa metros quadrados) e 2.290m<sup>2</sup> (dois mil, duzentos e noventa metros quadrados).

Ao sobrepor a área espacializada e identificada pela família Souza enquanto seu território original sob a base PRODABEL (2011), a equipe técnica dos Estudos Para Dossiê de Registro identificou uma área de 6.599,02m<sup>2</sup> (seis mil e quinhentos e noventa e nove metros quadrados e dois décimos quadrados), delimitada a partir da memória da família Souza e que está bem próxima da área contida nos registros de compra e venda, o que demonstra que apesar do tempo e dos diversos processos de violência e de perda do território, a família Souza ainda conseguia identificar seu território, a partir do gesto em desenho e do corpo presente.



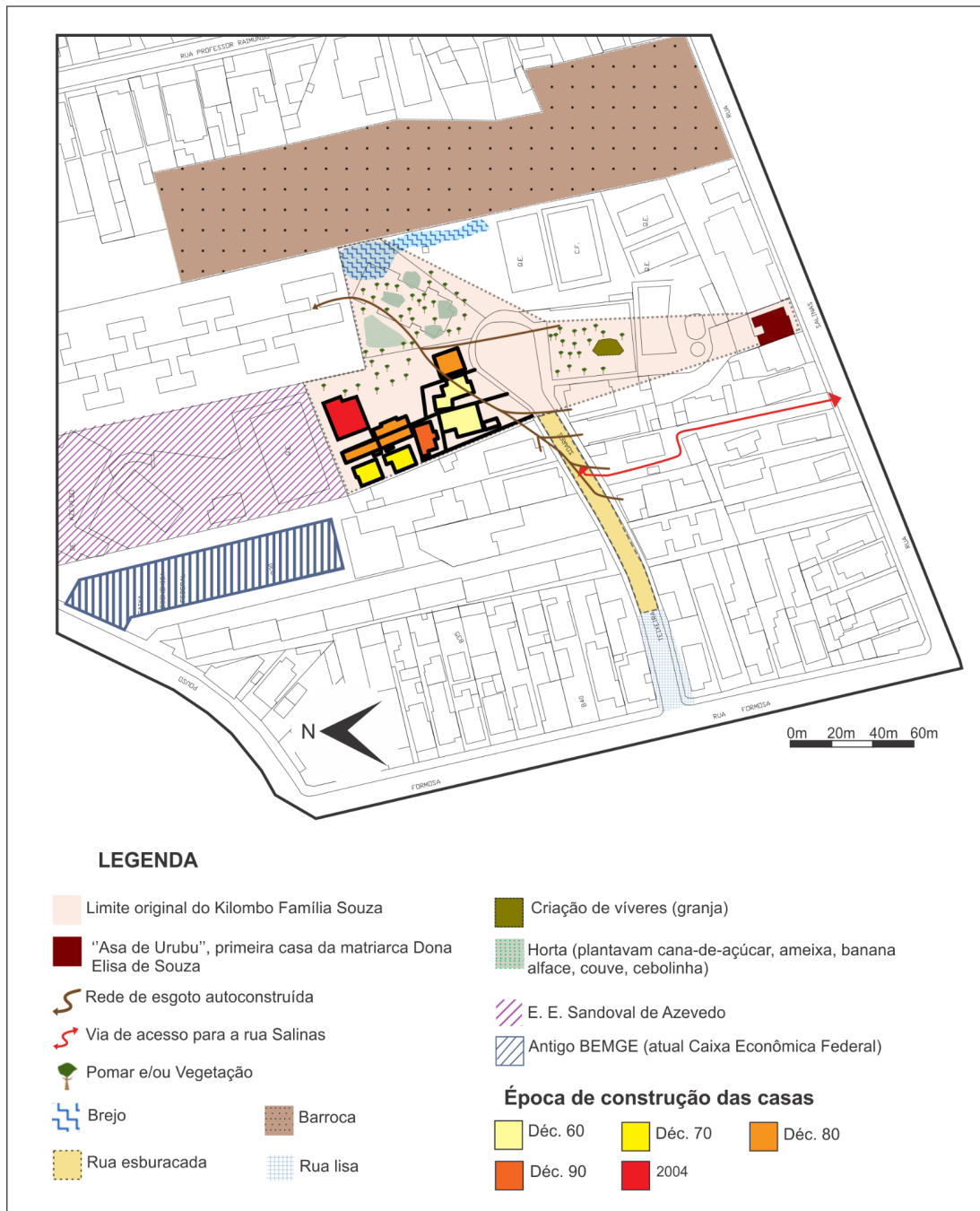


Fonte: Estudos Para Dossiê de Registro, 2020, p.30

A partir de um exercício e esforço da memória, pôde-se pensar uma Fabulação Crítica próximo do que Musa (2022) fez. Foi possível transferir para uma cartografia a maneira como originalmente se organizava o território. A família identificou que a primeira casa em que a matriarca Elisa de Souza viveu, ficava próxima de onde hoje se encontra a atual Rua Salinas. Foram capazes de identificar a localização do que chamaram de vegetação e pomar, além da representação da horta, que segundo os participantes da oficina não era concentrada, devido a topografia acidentada do terreno. O brejo se localizava próximo da horta e do pomar, e da Barroca, onde as crianças costumavam brincar de pipa e andar a cavalo. A granja que funcionou entre os anos de 1910 e 1932 também foi localizada, assim como, o que chamaram de "Rua Esburacada", o limite no qual chegavam serviços como o de padeiros e outros comerciantes, e, além disso, foram identificados pontos de referência no bairro de Santa Tereza e locais que a família costumava frequentar, dando destaque para: Salão de Festas do Clube Oásis, onde a família festejava o carnaval; Cine Santa Tereza; Teatro Ideal; Igreja Matriz de Santa Tereza e Santa Terezinha, que alguns membros frequentaram a partir do convite do Padre Henrique, que levava as crianças para o coral, missa e catecismo;

a oficina em que Walter, pai de uma das matriarcas trabalhou; Bar do Belô; Bar do Seu Francisco e a Merceria do Seu Antônio.

### Cartografia 03 - Mapa Mental Kilombo Família Souza



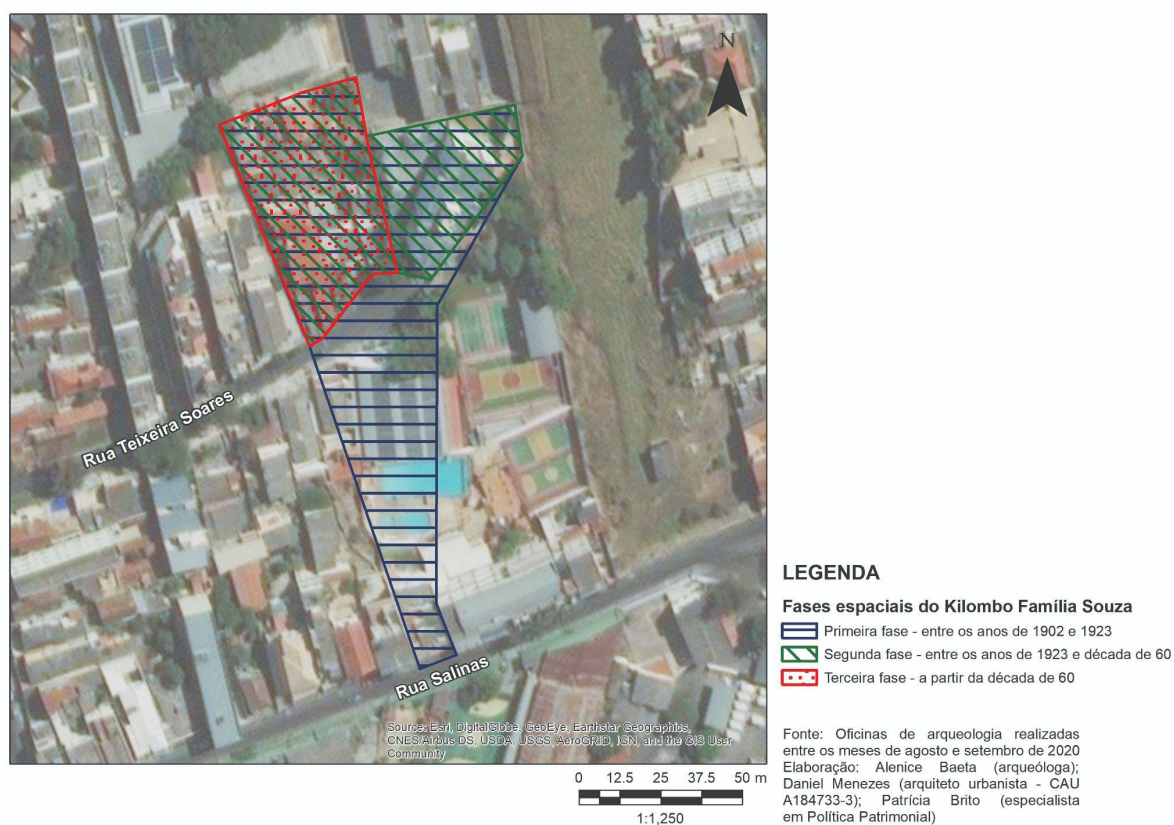
Fonte: Anexo III - Estudos Para Dossiê de Registro, 2020.

Num segundo momento, a oficina propôs a realização de uma Linha do Tempo que informasse, embora linearmente, os fatos históricos e acontecimentos que a Família Souza

considerava marcante na sua trajetória. A Linha do Tempo organiza a partir de períodos históricos estimados pela própria família Souza experiências e informações que consideravam marcantes e que em alguns casos foram ilustrados por registros fotográficos do próprio acervo da família Souza. A Linha do Tempo apresenta informações relativas a datas de promulgação de leis, como é o caso da Lei Áurea, que garantiu pelo menos do ponto de vista político a liberdade dos então escravizados, a data de mudança de Elisa e Petronillo para a cidade de Belo Horizonte, datas de nascimentos, batismos, realização de casamentos, falecimentos de membros e familiares da família Souza e as datas de início dos conflitos relacionados à posse do território, dentre outras informações.

A Linha do Tempo foi organizada em três grandes períodos históricos, sinalizados com as cores preto (1850 - 1901), azul (1902 - 1923), verde (déc. 1930 - 1943) e vermelho (déc. 1950 - 2020). Esses quatro grandes períodos históricos organizados na Linha do Tempo da Família Souza, posteriormente foram espacializados em uma cartografia que chamamos de Fases Espaciais, que informava e relacionava o processo de perda do território pela família Souza com três períodos históricos: primeira fase (entre os anos 1902 e 1923); segunda fase (entre os anos 1923 e a década de 1960) e a terceira fase (a partir da década de 1960), representada na cartografia a seguir:

### Cartografia 04 - Fases Espaciais



Fonte: ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO, 2020. Elaborado por Daniel Menezes.

Todos os produtos resultantes da oficina que se iniciou no dia 18 de agosto de 2020, foram frutos de 04 encontros realizados aos sábados entre o mês de agosto e setembro de 2020 e tiveram como intuito estabelecer um exercício colaborativo entre os técnicos e a comunidade kilombola, em um esforço de reconhecimento da memória, do tempo e do território enquanto dimensões indissociáveis na prática kilombola.

Além de todos esses produtos e processos anteriormente relatados e dos quais eu participei, houve também a construção de uma análise a partir da morfologia do lote da família Souza que possibilitou um aprofundamento da discussão em relação ao território atual, a partir das dinâmicas estabelecidos nos cheios e vazios, edificado e não edificado, trazendo uma perspectiva de leitura que contemplava a relação da família com os humanos e não humanos, dentre outras.

Portanto, ao tentar decifrar os elementos constitutivos do Kilombo da Família Souza, optou-se pela opção metodológica da leitura morfológica do lote, como poderemos ver através do Mapa de Figura-fundo e no Mapa de Morfologia do Kilombo Souza. Ao escolher representar o lote do Kilombo da Família Souza através da figura-fundo, conseguimos explicitar dois elementos importantes da morfologia do Kilombo: a materialidade das edificações, assim como sua relação de proximidade e conexão, além, dos caminhos e passagens que conectam todos os espaços do Kilombo (ESTYDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO, 2020, p.59)

A indicação-convite para compor a equipe técnica de elaboração dos Estudos para Dossiê de Registro partiu de uma amiga, Priscila Musa, com quem constantemente conversava sobre questões étnico-raciais e as violências do racismo no contexto brasileiro. Trocávamos sempre que possível indicações de bibliografias, filmes e palestras instigantes sobre o tema. Priscila já estava contribuindo com a elaboração do documento técnico e no seu entendimento fazia sentido que eu também fosse convidado a contribuir, uma vez que até então era uma equipe técnica majoritariamente formada por pessoas racialmente brancas, que embora tecnicamente qualificadas possuíam uma percepção sobre a experiência kilombola da família Souza quase sempre pelo viés da escassez, da falta e da violência, como se a trajetória da família Souza tivesse se resumido a resistir às violências e por essa razão, a partir de um sentimento benevolente, a Fundação Cultural Palmares ou as instâncias municipais de patrimonialização deveriam o reconhecer como tal.

Alguns discursos sobre a compra do território da família Souza, os lotes número 41 e 42 da antiga Granja Werneck, estavam sendo elaborados a partir da justificativa de que a família Souza escolheu aquele território por se tratar de um território acidentado e de difícil gestão. Um território que ninguém mais queria ter: “se ninguém o queria antes, porque o querem agora”. Fiz questionamentos que tentavam acompanhar essa lógica da escassez e da falta. Se se trata de um território que ninguém mais queria, justamente por sua dificuldade de gestão, e eles mesmo o quiseram e decidiram pagar por ele, por quê não escolher outro território em outro lugar?

Minha especulação sobre a compra do território era justamente a contrária: é um território de difícil gestão para os olhos que só enxergam o óbvio, o que não era o caso de Petronillo e Elisa, que possuíam uma gama de conhecimentos sobre a gestão do território muito possivelmente adquiridos ao longo de sua vida e nos trabalhos realizados em outras fazendas cafeeiras. Trata-se de um território acidentado, próximo de cursos d'água e de um hospital no qual possivelmente Petronillo buscou tratamento para sua doença. A escolha reflete justamente a capacidade que Petronillo e Elisa tinham de gerir o território, de se apropriar do que aqueles dois lotes poderiam oferecer. A gestão e o uso do território refletiu seus aspectos topográficos: com plantações escalonadas e espaçadas, com cursos d'água que poderiam ser utilizados para sua irrigação e outras práticas cotidianas.

O estudo dos aspectos da morfologia urbana do território da família Souza foi adotada como estratégia para explicitar e aprimorar categorias de análise para um entendimento mais aprofundado das práticas sócio-espaciais desenvolvidas pela comunidade kilombola em seu território, embora estratégias costumeiramente adotadas para a análise urbana, neste caso foi replicada em menor escala, a do lote. Nesse sentido, a "Morfologia estuda, portanto, o tecido urbano e seus elementos construídos formadores através de sua evolução, transformações, inter-relações e dos processos sociais que os geraram" (DEL RIO, 1990, p.71).

"As cidades estão articuladas a partir dos elementos que a compõem enquanto estrutura físico-espacial: ruas, lotes, quadras e quarteirões, que acabam por resultar em uma malha urbana complexa" (ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO, 2020, p.58), espaços ditos públicos e privados, de usos coletivos etc.

Como se formam os lotes e qual o sentido da implantação das edificações? Qual a sua relação com a rua e com a quadra em que está inserido? Como a rua é construída e principalmente a quem e a quem ela é destinada? Qual foi a lógica da organização das quadras? Tudo isso é relevante para a compreensão da morfologia urbana do lugar (ROCHA; BITTENCOURT, 2018, p.14)

À vista disso, Del Rio (1990), indica ainda alguns elementos considerados imprescindíveis ao se analisar a Morfologia Urbana, devido sua capacidade de trazer à tona lógicas de organização, processos de evolução e estruturação da cidade, podendo citar como exemplo: crescimento, que seriam as modificações das estruturas; o traçado e parcelamento, a partir de uma perspectiva de estrutura fundiária; tipologia dos elementos urbanos, categorização de tipologias edilícias e as articulações, que seriam as redes de relações e hierarquias. O mesmo processo de análise foi adotado para a escala do lote do Kilombo Souza, a partir de um desejo de analisar sua organização espacial, divisão das edificações, dos espaços de uso coletivo, o traçado dos caminhos internas, áreas comuns e privadas, áreas edificadas e não edificadas.

Esse esforço de análise foi sistematizado em uma cartografia que explicitou a relação entre cheios (edificados), vazios (não edificados) e caminhos e/ou passagens. A ideia era realizar uma análise tipo-morfológica do território que explicita não somente uma relação entre edificado e não-edificado, mas que desse conta de explicitar a presença dos saberes ancestrais empreendidos na gestão do território e a memória ali presente.

E nesse sentido, acrescentamos na análise da morfologia do lote do Kilombo Família Souza o conceito “tipo-morfológico”, apresentado na dissertação de mestrado de Flávia Pereira Amorim, no qual a autora desenvolve um processo teórico metodológico que relaciona a análise urbana a partir de conceitos da morfologia urbana e tipologia construtiva.

Segundo Rossi, tipologia construtiva e morfologia urbana têm uma relação dialética, onde a forma urbana é interdependente da forma construtiva e trabalhar a forma urbana é determinar tipologias (AMORIM; TANGARI, 2006, p.22)

Portanto, ao tentar decifrar os elementos constitutivos da estrutura morfológica do Kilombo Souza

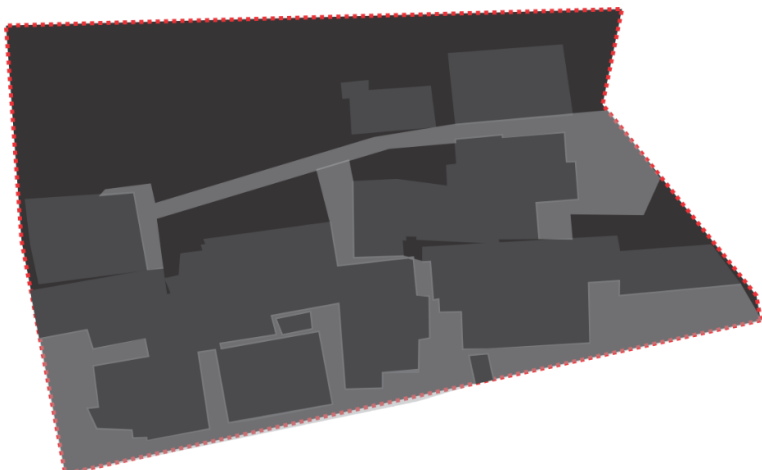
optou-se pela opção metodológica da leitura morfológica do lote, como poderemos ver através do Mapa de Figura-fundo e no Mapa de Morfologia do Kilombo Souza. Ao escolher representar o lote do Kilombo da Família Souza através da figura-fundo, conseguimos explicitar dois elementos

importantes da morfologia do Kilombo: a materialidade das edificações, assim como sua relação de proximidade e conexão, além, dos caminhos e passagens que conectam todos os espaços do Kilombo (ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO, 2020, p.59)

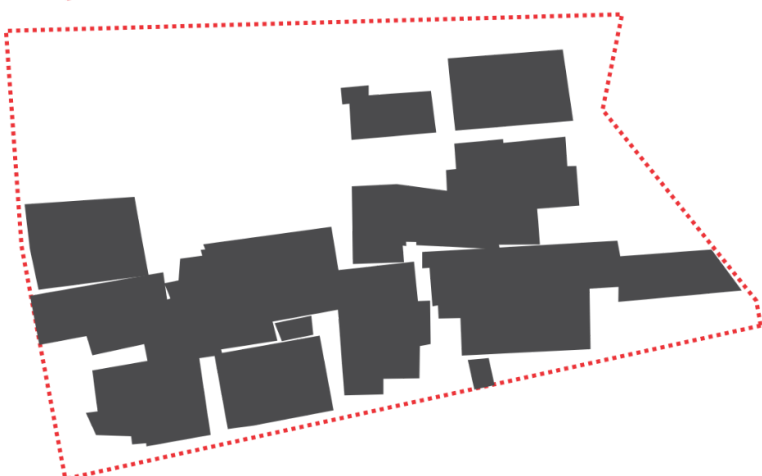
Como dito anteriormente, a conformação do território atual da família Souza foi influenciado também pela perda de território e foi sendo organizado a partir do desejo e necessidade da construção de novas edificações, sejam para novas famílias que passaram a integrar o Kilombo Souza, seja para a produção de renda a partir do aluguel. Apesar da construção de novas edificações, a relação de cheios e vazios no mapa demonstra o interesse em deixar disponível uma grande área permeável, que possivelmente corresponde a aproximadamente 25% do território atual. Área essa que é utilizada para o plantio na horta de ervas e plantas medicinais, encontros comunais. Para as comunidades tradicionais a relação com elementos naturais como terra, fogo, ar e água está para além de uma relação ou significação objetiva. Os elementos naturais mesmo se relacionam com entidades, os Orixás/Nkisis/Vodun, que personificam esses elementos.



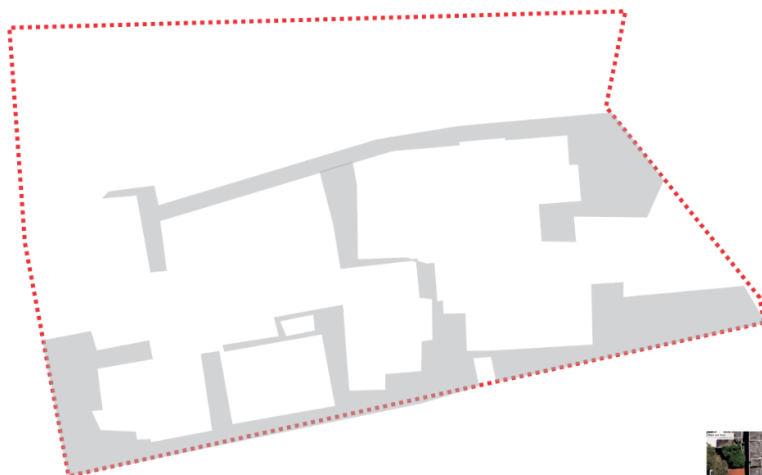
**Cartografia 05 - Figura-Fundo - Análise Tipo Morfológica do Kilombo Souza**



RELAÇÃO ENTRE  
CHEIOS  
(EDIFICADOS) E  
VAZIOS (NÃO-  
EDIFICADO)



IMPLANTAÇÃO DAS  
EDIFICAÇÕES NO  
LOTE



CAMINHOS,  
TRAJETOS E  
PASSAGENS NO  
LOTE

Vista aérea  
Kilombo Souza



**LEGENDA**

- ..... Perímetro do lote
- ..... Kilombo Família Souza
- Cheios (áreas construídas)
- Vazios (caminhos e passagens)

Fonte: ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO, 2020, p.124

Segundo a cultura Iorubá, Orí diz respeito à consciência pessoal e individual de cada um. Orí, ainda, é considerado como um guardião mesmo dessa individualidade, possuindo domínio sobre o destino de cada sujeito. É a partir do Orí que cada sujeito estabelece sua conexão com o mundo espiritual. Cada Orí, ou cabeça espiritual, possui um Orixá regente que é responsável por cuidar dos caminhos de seu filho ou filha de santo, como se convencionou denominar àqueles que fazem parte dos ritos das religiosidades de matriz afro-brasileira, como o Candomblé e a Umbanda. Em seu percurso na Umbanda, Dona Lídia Martins descobriu que o Orixá regente de seu Orí é Obaluaiyê, que em uma tradução livre seria algo como “o rei que é senhor da terra”, no qual Obá é rei, Olu é senhor e Aiyê é a terra material para os Iorubás.

A relação do Kilombo Souza com a terra a partir dos direcionamentos empreendidos por Dona Lídia Martins, a atual matriarca da Família Souza, extrapola a percepção de Beatriz Nascimento no qual “o fundamento do quilombo é a terra. O homem se identificando profundamente com a terra” (NASCIMENTO; GERBER, 1989). O fundamento do Kilombo Souza é a terra material, o Ilê Aiyê, mas é a dimensão imaterial, no qual humanos, não humanos e mais que humanos convivem em relação harmônica, por tal razão a fundamentalidade de garantir o direito ao território.

Essa análise tipo-morfológica nos ajudou a perceber a “multiplicidade de práticas sociais, culturais e religiosas que são desenvolvidas no interior do lote do Kilombo da Família Souza, assim como, a relação dessa família com o entorno imediato ao lote e a cidade de Belo Horizonte” (ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO, 2020, p.60), explicitando “algumas práticas [que] são centenárias, outras mais recentes, o que denota a necessidade de interpretar e tratar os quilombos enquanto manifestações socioculturais que se atualizam e caminham para o futuro, sempre um continuum da história, reconfigurando-se sem perder sua essência original e fundadora” (ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO, 2020, p.60).

Após a realização dos Estudos para Dossiê de Registro e a entrega da documentação para avaliação do Conselho Deliberativo de Patrimônio Cultural e Arquivo Público - CDPCM-BH, o registro enquanto Patrimônio Cultural Imaterial de Belo Horizonte foi votado e deliberado em novembro de 2020.

Em âmbito municipal, foi registrado enquanto Patrimônio Cultural Imaterial de Belo Horizonte, por decisão unânime do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural (CDPCM-BH), em sessão ordinária de 18 de novembro de 2020, tendo sido inscrito no Livro de Registros dos Lugares, sob processo Administrativo nº 01.139.686/12-40, em específico o Kilombo Souza - Processo Administrativo nº 01- 081.547/19-44 (ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO, 2021, p.215)

Esses foram alguns dos esforços estabelecidos pela equipe técnica responsável pelos Estudos para Dossiê de Registro, no sentido de estabelecer uma narrativa completa e que fosse capaz de abordar a complexidade da prática kilombola, em contexto urbano, da Família Souza.

## 10 | KILOMBO/KILOMBU/QUILOMBO

---

A análise discutida no presente capítulo tem por intuito discutir e refletir sobre o processo de modificação do conceito e da própria palavra quilombo no contexto brasileiro, a partir de uma perspectiva bibliográfica, que ao longo do tempo e desde a chegada dos portugueses no território político hoje conhecido como Brasil foi sendo ressignificado e ressemantizando pelo poder hegemônico, seja da coroa, do império ou do dito Estado democrático de direito, e das próprias comunidades kilombolas. Essas análises foram mobilizadas a partir de uma linha do tempo que se propõe a analisar desde a primeira vez em que a palavra quilombo aparece em documentos portugueses, o que ocorre no ano de 1559 (NASCIMENTO, 2021, p. 157), até os dias de hoje, refletindo sobre o significado que o próprio Kilombo Família Souza atribui a si mesmo e para a palavra, tendo em vista que as discussões aqui suscitadas só foram possibilitadas a partir de uma experiência comum com o Kilombo Souza.

Tendo em vista a perspectiva histórica do quilombo enquanto organização social diferencial e um *continuum* histórico, o intuito de tal análise não se propõe a esgotar tal conceito ou demonstrar linearmente um processo de evolução, mas refletir sobre como essas ressignificações são possíveis e parte do cotidiano de tais comunidades, a partir de um processo de construção e reconstrução de formas de identificação. Tal análise foi orientada pela extensa bibliografia da historiadora, diretora de cinema, roteirista, intelectual e militante do Movimento Negro Unificado Maria Beatriz Nascimento, que produziu um riquíssimo acervo sobre a perspectiva kilombola no Brasil e África e que tinha como máxima que “a história da raça negra ainda está por fazer, dentro de uma história do Brasil ainda a ser feita” (2021, p. 45), demonstrando a importância de lançar luz sobre discussões que toquem as questões étnico-raciais no Brasil e que constantemente são negligenciadas.

Segundo o dicionário Novo Dicionário da Língua Portuguesa (1986, p. 1435), quilombo pode ser definido enquanto:

[Do quimb. *kilombo*, 'capital, povoação, união'.] *S.m.* Bras. 1. Valhacouto de escravos fugidos. [Cf. *mocambo* (1).] 2. *Folcl.* Folguedo, usado no interior de AL durante o Natal, em que os grupos numerosos, figurados negros fugidos e índios, vestidos a caráter e armados de compridas espadas e terçados, lutam posse da rainha índia, acabando a função pela derrota dos negros, vendidos aos espectadores como escravos; toré, torém. Quilombo dos Palmares. Quilombo (1) constituído de negros fugidos, os quais, no séc XVII, se estabeleceram no interior de AL, formando uma república. [Tb. se diz apenas Palmares]

Como podemos ver a partir da definição contida em um dicionário, quilombo é tanto entendido pela sua dimensão simbólica de “povoação” e “união” em referência a sua origem no idioma quimbundo quanto em sua dimensão historicamente construída de território de refúgio para negros fugidos, o que ocorreu e foi perpetuado pela historiografia até meados da década de 1950.

Como dito anteriormente, a primeira vez que a palavra quilombo aparece em documentos portugueses remete ao ano de 1559, apenas 59 anos após a chegada dos portugueses no território de Pindorama, como os povos indígenas que aqui já estavam nomeavam o território, ou ainda Ilha de Vera Cruz, Terra Nova, Terra do Brasil e Brasil, sendo algumas das nomeações dadas pelos portugueses ao território político e geográfico que na atualidade entendemos enquanto República Federativa do Brasil. Esse dado nos informa que desde a chegada dos portugueses em terras brasileiras não somente os povos africanos já faziam parte de seu imaginário, assim como, o quilombo enquanto esse sistema de organização social-militar também já o fazia.

O Cientista Social Clóvis Moura<sup>40</sup> destaca que “o número exato de negros entrados no Brasil durante o período escravista não está definitivamente esclarecido e não acreditamos, mesmo, que venha acontecer” (2020, p.14), “não apenas pelas deficiências das estatísticas, mas, especialmente, pela existência do contrabando negreiro, fato que levava a se ter uma visão minimizada das reais proporções dessa população” (MOURA, 2020, p.14-15). Embora não se possa precisar com certeza a estimativa do contingente populacional africano

---

<sup>40</sup> Clóvis Steiger de Assis Moura era militante do movimento negro, intelectual, historiador, jornalista, escritor e cientista social.

traficado para cá, sabe-se que sua injeção demográfica no corpo populacional brasileiro foi indispensável para que a sociedade escravista brasileira pudesse “estabilizar-se e desenvolver-se em decorrência da injeção demográfica permanente que vinha de fora” (MOURA, 2020, p.13).

No dia 20 de novembro de 1695, dia que hoje celebra-se o Dia Nacional da Consciência Negra, encerrava-se um momento importante da história do Brasil com o fim da Guerra dos Palmares. “Nesta data, era morto na serra dos Dois Irmãos, região elevada do atual estado de Alagoas, o governador das armas dos quilombos de Palmares” (NASCIMENTO, 2021, p.95), Zumbi dos Palmares, após uma emboscada organizada por Antônio Soares, seu ex-tenente, e o seu captor o paulista André Furtado de Mendonça (NASCIMENTO, 2021). Antônio Soares entregou a localização de Palmares e por consequência de seu governador das armas após ter sofrido uma série de constrangimentos e violências sob base de tortura.

Em pleno século XVII, no qual o Brasil vivia um contexto de invasão e subjulgo ao poder colonial da coroa espanhola, o “estabelecimento de N’gola Djanga, que os portugueses chamavam de Angola Pequena e hoje conhecemos como Quilombo dos Palmares, obedeceu à necessidade de que os homens negros tinham de organizar-se num Brasil desintegrado pela dupla dominação que sofria” (NASCIMENTO, 2021, p.96), tanto pela condição de sujeito escravizado, quanto pelo subulgo à coroa espanhola.

Segundo a historiadora Maria Beatriz Nascimento, em ensaio publicado no Jornal do Brasil em 1976 e intitulado “Zumbi de Ngola Djanga ou de Angola Pequena ou do quilombo dos Palmares”, os palmarinos foram também colaboradores no processo de manutenção da ordem da colônia portuguesa, juntamente com outras forças coloniais, cada um a seu modo. A historiadora ainda reitera que o mesmo ocorreu durante o processo das Guerras da Independência, “através dos batalhões de Pretos Henriques, dos Pardos Livres e dos Libertos” (NASCIMENTO, 2021, p.97). O negro é também participante na Guerra do Paraguai, “onde lutou em troca de sua liberdade, muitas vezes não obtida” (NASCIMENTO, 2021, p.97).

O escravo negro, assim como o negro atual, não participou da formação social do Brasil só com o seu trabalho, com seu sofrimento, ele participou também da mesa, da cama, do pensamento e das lutas políticas do colonizador e de seus descendentes. Pra todo lado que o branco olhar, irá se deparar com o espectro daquele que ele escravizou e que corrompeu. (NASCIMENTO, 2021, p.48)

Ou seja, esses processos explicitam que o negro desde sempre tem atuado junto a sociedade nas mais diversas esferas, inclusive no seu próprio projeto de liberdade e autonomia, não estando encerrado em um contexto de contribuição da identidade nacional somente a partir de seu trabalho forçado.

Palmares foi uma ação militar de grande envergadura. Ao longo de sua existência teve dois chefes conhecidos. O primeiro, Ganga-Zumba, que dirige a guerra desde o momento em que as autoridades coloniais iniciam a repressão aos quilombos no interior da capitania de Pernambuco. Em 18 de junho de 1678, o chefe militar de Palmares vai a Recife, acompanhado de uma embaixada constituída de pessoas de sua confiança, inclusive seus três filhos. A visita prende-se à necessidade que o governador da capitania tinha de obter uma trégua dos palmarinos no momento em que procura reorganizar a economia da colônia, desorganizada com a expulsão dos holandeses.

Palmares, considerando o inimigo de portas adentro pelas autoridades portuguesas, era totalmente autônomo da dominação colonial. Em Recife, o rei negro é recebido em palácio, acontecimento comemorado com missão de ação de graças, assistida pelos dois chefes do governo, Aires de Sousa, da capitania de Pernambuco, e Ganga-Zumba do Estado de Palmares. Pouco antes, ao entrar na cidade, os palmarinos tinham provocado reação de "alvorço e júbilo" da população, relata Décio Freitas<sup>41</sup>. Entraram com seus arcos, flechas e lanças, cada um com arma de fogo, cobertas as partes naturais, uns com panos, outros com peles, uns com barbas trançadas, outros corridas, outros raspadas, corpulentos e valorosos todos.

Diziam eles que queriam ter com os moradores comércio e trato, e que só pediam a liberdade para os nascidos em Palmares, deste que lhes fosse dado outro sítio onde pudessem viver sob a obediência ao rei de Portugal, mas livres (NASCIMENTO, 2021, p.97-98)

E ao considerar que a historiografia sugere que o Quilombo dos Palmares em seu ápice e sob a liderança de Zumbi chegou em uma população de 20 mil habitantes (entre negros fugidos, libertos, brancos, indígenas etc), distribuídas entre vários mocambos, nos faz pensar que este tipo de organização não viveu somente momentos de conflito com a colônia, mas que

---

<sup>41</sup> FREITAS, Décio. Palmares: A guerra dos escravos. Porto Alegre: Movimento, 1971, p.119

também houve momentos de paz e trocas compartilhadas, embora, a paz tivesse sido uma exceção e não a regra. Conforme podemos ver na descrição (e na Tabela 01) feita da localização dos mocambos Palmarinos a partir dos estudos desenvolvidos por Édison Carneiro, podemos perceber que a organização social do Quilombo de Palmares era extensa e espraçada:

Assim, segundo documento apresentado por Édison Carneiro e por nós aproveitado, era a seguinte a distribuição das principais cidades no espaço físico de Palmares. a dezesseis léguas de Porto Calvo ficava o quilombo de Zumbi; a cinco léguas mais ao norte, o mocambo de Acotirene; a leste destes, dois mocambos chamados das Tabocas; a catorze léguas a noroeste dos das Tabocas, o de Dambrabenga; a oito léguas mais ao norte, ‘a cerca ‘ do Subupira; a seis léguas mais ao norte, a ‘cerca real do Macaco’ (capital da República); a cinco léguas a oeste, o mocambo de Osenga; a nove léguas Serinharen, para nordeste, a ‘cerca’ de Amaro; a 25 léguas de Alagoas, para noroeste, o ‘palmar’ de Andalaquituche, irmão de Zumbi; a 25 léguas a noroeste de Porto Calvo, o mocambo de Aqualtune, mãe do rei, afora outros, espalhados em seu território (MOURA, 2020, p.66)

**Tabela 01** - Esquema das cidades (mocambos) de Palmares e sua capital

REPÚBLICA DE PALMARES		
Cidades	Macaco (Capital)	Mocambo de Zumbi
		Mocambo de Acotirene
		Mocambo de Tabocas I
		Mocambo de Tabocas II
		Mocambo de Dambrabamba
		Cerca (fortaleza) de Subupira
		Mocambo de Osenga
		Cerca (fortaleza) de Amaro
		Palmar (cidade agrícola) de Andalaquituche
		Mocambo de Aqualtune (mãe do rei)
Além de outros de “menor conta e menor gente”		

Fonte: (MOURA, 2020, p.94)



A organização territorial da República de Palmares subdividida em capital e outros mocambos (“cidades”), explicando, talvez, a noção de estado palmarino defendido por alguns historiadores. Nesse sentido, me pergunto se seria possível um processo de *amocambamento* ou *akilombamento*, como o experimento em Palmares, nas comunidades kilombolas de Belo Horizonte.

No processo de garantia de sua liberdade, os negros escravizados ou libertos, empreenderam “diversificadas formas de resistência, como guerrilhas, insurreições urbanas e quilombos” (MOURA, 2020, p.19). No processo de garantia de sua liberdade, impossibilitada pela extrema violência experimentada no sistema escravista, o corpo negro só poderia responder com igual violência.

Como vimos, a repressão do aparelho de Estado escravista era de uma violência que somente poderia ser combatida com uma violência idêntica, em sentido contrário. Foi o que aconteceu durante o regime escravista no Brasil. Ferrado como animal, torturado até a morte, combatido de todas as formas, em todos os níveis de tentativas de readquirir a liberdade, o escravo tinha de rebelar-se e de usar a violência contra o aparelho de dominação militar, ideológico e político que o desumanizava como ser (MOURA, 2020, p.39)

Há de se frisar que as experiências kilombolas (ou similares) de resistência não se restringiram somente ao território brasileiro, mas onde quer que existisse escravidão negra, “o negro marrom, o quilombola, portanto, aparecia como sinal de rebeldia permanente contra o sistema que o escravizava” (MOURA, 2020, p.21). Há exemplares na Colômbia, Cuba, Panamá, Haiti, Jamaica, Peru e nas Guianas. “Em Cuba, eram os palenques” (MOURA, 2020, p.21), “os quais o mais famoso e conhecido é o San Basílio, no século XVII, liderado por Domingo Bioho, que se proclamou Rey Benkos” (MOURA, 2020, p.22).

Já no Haiti “o mesmo se verificou nos cultos ligados ao vodu”, no qual “os escravos negros daquela área da Ilha de São Domingos transformaram os núcleos de negros refugiados nas florestas no fermento mais importante das forças que iriam conquistar sua independência” (MOURA, 2020, p.22).

Como dito anteriormente no México e nas Guianas o mesmo processo foi registrado, “sendo que na Guiana Francesa, um conjunto de quilombos, os ‘Busch Negroes’” (MOURA, 2020, p.23). E, por fim, como último exemplo, temos a experiência kilombola no Panamá, no qual temos o “exemplo de Bayano, líder de um quilombo agressivo, que colocou em pânico autoridades coloniais espanholas até que ele foi capturado, morrendo em uma masmorra na Espanha” (MOURA, 2020, p.23).

Como observado nesses breves exemplos, tanto a marronagem nos outros países, quanto a quilombagem “eram frutos das contradições estruturais do sistema escravista e refletiam, na sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos” (MOURA, 2020, p.23). Neste sentido, o quilombamento “não tinha um projeto de nova ordenação social, capaz de substituir o escravismo, em contrapartida, tinha potencial e dinamismo capazes de desgastá-lo e criar elementos de crise permanente em sua estrutura” (MOURA, 2020, p.25), embora no contexto atual se apresente enquanto um outro devir possível.

O etnólogo brasileiro Edison Carneiro<sup>42</sup> reforça a tese da multiplicidade da contribuição do negro afro-brasileiro ao caracterizar o quilombo enquanto um acontecimento dotado de singularidade:

Como forma de luta contra a escravidão, como estabelecimento humano, como organização social, como reafirmação dos valores das culturas africanas, sob todos esses aspectos, o quilombo revela-se um fato novo, único, peculiar - uma síntese dialética (CARNEIRO, 1966, p.24)

Não à toa, os portugueses se referiam ao Quilombo dos Palmares como Pequena Angola. Após a queda do Quilombo dos Palmares, em meados de 1642 é criado durante o reinado de Dom João IV o Conselho Ultramarino Português, instituição cujo intuito se ocupava de cuidar das atribuições administrativas e econômicas dos domínios portugueses sobre a então denominada África portuguesa, Índia portuguesa e demais domínios ultramar, o que incluía o Brasil. Em 1740, reportando-se ao então rei de Portugal, o Conselho Ultramarino define

---

<sup>42</sup> Edison de Souza Carneiro, era etnólogo e foi um escritor dedicado às temáticas afro-brasileiras diversas, seja relacionadas aos quilombos ou práticas religiosas de matriz afro-brasileira.

enquanto quilombo "toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele" (SCHIMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002, n.p.; NASCIMENTO, 2021, p. 123; MOURA, 2020, p. 21). Essa definição traz para nós uma dimensão simbólica do quilombo, que não está encerrada em um território fixo e em sua composição no que diz respeito a meios de reprodução material da vida. O quilombo aqui compreende o corpo negro e o corpo negro aglutinado em uma comunidade que "passe de cinco".

Já no século XIX, há a promulgação de diversas legislações que minimamente tensionavam a questão da abolição ou da liberdade dos negros escravizados, ao passo que restringia seu acesso à terra. Após a independência do Brasil, o que ocorreu no ano de 1822, podemos destacar a Lei de Terras (Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850), promulgada em 1850, que tinha por intuito organizar a propriedade privada no Brasil no que tange às questões relacionadas ao direito à posse de terra. Em 1871 temos a promulgação da Lei Rio Branco ou Lei do Ventre Livre (Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871), que garantia a liberdade aos filhos de escravizados nascidos após sua promulgação e a Lei Áurea (Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888), que por fim, aboliu a escravidão, ao menos do ponto de vista político, em território brasileiro, o que aconteceu no ano de 1888.

As legislações que previam a liberdade não foram suficientes para desmobilizar experiências como as ocorridas em Palmares, o que só reforça que os quilombos enquanto organização social não se tratava apenas de um território de refúgio para os negros fugidos, como a historiografia oficial nos faz acreditar até final da década de 1950 e meados da década 1970. Apesar da pretensa liberdade garantida constituicionalmente, negras e negros libertos continuavam a se organizar em quilombos e a partir dos quilombos. Quilombo nunca foi tão somente espaço de refúgio, se tratou sempre de uma organização social complexa.

Nesta esteira, funda-se no fim do século XIX, a capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, cidade onde se instalou o Quilombo Família Souza em meados de 1910, território no qual já se encontrava a Comunidade Quilombola de Mangueiras e o Quilombo dos Luízes

e que posteriormente recebeu a migração do Quilombo Mattias (em processo de certificação), do Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango e o Quilombo d'Os Carolinos.

A questão do acesso à terra em Belo Horizonte, assim como, a exclusão de sua anterior população negra é sua pedra fundamental. É neste contexto em que se organiza o Kilombo Família Souza no atual bairro de Santa Tereza em meados de 1910. As práticas desenvolvidas no Kilombo Souza desde sua fundação remetem às práticas próprias das comunidades kilombolas, no qual temos a terra e a relação com a terra enquanto fundamento.

Dando um salto maior na historiografia, chegamos no período de redemocratização do Brasil, o que ocorreu no ano de 1988, assim como, o estabelecimento da constituição promulgada no mesmo ano. Em 1988, na esteira da redemocratização, fundou-se a Fundação Cultural Palmares, que foi:

A primeira instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira: a Fundação Cultural Palmares (FCP), entidade vinculada ao Ministério do Turismo. Ao longo dos anos, a FCP tem trabalhado para promover uma política cultural igualitária e inclusiva, que contribua para a valorização da história e das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais (BRASIL, 2022)<sup>43</sup>

Em 2003, a Fundação Cultural Palmares ganha novos ares de autonomia e passa a ter agência sobre o processo de certificação e de titulação de comunidades kilombolas, ou como se convencionou chamar, comunidades remanescentes de quilombo. O que garantiu essa autonomia para a Fundação Cultural Palmares foi o Decreto nº 4.887/2003 de novembro de 2003. Em 2004, a primeira comunidade kilombola brasileira é certificada, a comunidade Invernada Paiol de Telha na cidade de Paraná (BRASIL. FUNDAÇÃO CULTURAL

---

<sup>43</sup> BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Estrutura organizacional**. Brasília, DF, 26 out. 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/palmares/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/copy\\_of\\_estrutura-organizacional](https://www.gov.br/palmares/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/copy_of_estrutura-organizacional). Acesso em: 3 jun. 2023.

PALMARES, 2022)<sup>44</sup>. O Art. 2º e seus incisos presentes no Decreto nº 4.887/2003 define o que se considera enquanto remanescente de quilombos:

Art. 2o Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Vide ADIN nº 3.239

§ 1o Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2o São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

E por fim, sem a intenção de esgotar tal discussão, chegamos ao ponto em que o quilombo atinge sua dimensão também simbólica. O quilombo não somente enquanto um território de subsistência e/ou resistência, mas enquanto um repositório de várias expressões culturais, sociais e políticas que foram transmigradas da África para o território hoje brasileiro, e que ainda hoje se perpetuam. Os membros do Quilombo Família Souza compreendem que a todo o tempo estão guiados pela espiritualidade, o que inclui a sua escolha pela grafia do nome do quilombo iniciando com a letra “k” ao invés de “q”. Nas palavras de Gláucia Martins, o “k” remete mais diretamente a um aspecto ancestral do modo como possivelmente se escrevem as palavras na tradição banto, tronco linguístico constituído dos idiomas quimbundo e quicongo. Como o ancestral Petronillo foi escravizado em um latifúndio cafeeiro de propriedade de um reconhecido traficante de pessoas africanas, os membros da Família Souza entendem que utilizar o “k” é tornar explícita, desde o nome da família, sua conexão com o território africano, tanto a nível físico, territorial, material, quanto imaterial e espiritual.

---

<sup>44</sup> BRASIL. Fundação Cultural Palmares. [Página inicial]. Brasília, DF, [2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br>. Acesso em: 3 jun. 2023.

Há ainda a preservação do entendimento do quilombo enquanto lugar de resistência, de resgate da espiritualidade, de luta e também de preservação da memória, conforme podemos ver no relato compartilhado por Gláucia Martins.

O que é ser um kilombola nos dias de hoje? A gente é resistência, a gente é luta, a gente é perseverança, a gente é estar sempre buscando os nossos direitos, os nossos reconhecimentos e é isso. A gente tem que sempre estar buscando alguma coisa, porque é assim que é nossa vida. Muita luta, muita força! Buscando através das nossas memórias, dos nossos antepassados, através da força espiritual, através de toda essa energia que nós temos, sempre abrir novos caminhos, novas oportunidades para que a gente possa viver com mais dignidade<sup>45</sup>

E para Gláucia Martins, a preservação dos conhecimentos legados por seus antepassados está diretamente relacionada ao território. E para Gláucia Martins, “o mais importante é saber que nós somos, porque os que vieram antes de nós foram e com eles aprendemos e temos a força de prosseguir preservando as nossas tradições, preservando a terra, o ar, a água”<sup>46</sup>. Gláucia aproveita para complementar a importância da dimensão imaterial na composição da subjetividade kilombola da Família Souza, ao compartilhar as forças elementares que nos foram ensinadas desde cedo - o respeito. Então, é a preservação. Kilombo é força e resistência sempre”<sup>47</sup>.

Ser parte do quilombo da família Souza é a garantia da preservação da memória da minha bisavó, da minha avó. É fincar nesse território o valor que foi nos dado até os dias de hoje; são valores que não tem especulação imobiliária que apague. É uma resistência, é um caminho de união, de memória. É uma força que a gente encontra para vencer os desafios de ser um quilombo em contexto urbano, em um bairro tido como tradicional, onde a gente também sofre muitos preconceitos que devem ser vencidos<sup>48</sup>

---

<sup>45</sup> MARTINS, Gláucia. **Conversa via Whatsapp**. Destinatário: Daniel Henrique de Menezes Dias. [S. l.], 5 nov. 2022. 1 mensagem eletrônica.

<sup>46</sup> MARTINS, Gláucia. **Conversa via Whatsapp**. Destinatário: Daniel Henrique de Menezes Dias. [S. l.], 5 nov. 2022. 1 mensagem eletrônica.

<sup>47</sup> MARTINS, Gláucia. **Conversa via Whatsapp**. Destinatário: Daniel Henrique de Menezes Dias. [S. l.], 5 nov. 2022. 1 mensagem eletrônica.

<sup>48</sup> MARTINS, Gláucia. **Conversa via Whatsapp**. Destinatário: Daniel Henrique de Menezes Dias. [S. l.], 5 nov. 2022. 1 mensagem eletrônica.

Alguns pontos que ficaram explicitados a partir da análise de linha do tempo de existência do território do Kilombo Souza é que após a criação da Lei de Terras levou-se 138 anos para pensar formas de reparação de garantia de direito à terra à população negra ou dita “remanescente de quilombo”, o que até os dias de hoje se mostra incipiente e defasado, até mesmo porque a ideia de remanescente diz respeito ao que sobra, ao que restou e ao tratar os quilombos enquanto um *continuum* histórico, estamos reafirmando a necessidade de entender o quilombo para além de uma experiência que reside no passado colonial, mas que se atualiza e faz constante presença no presente.

Outro intervalo que nos interessa destacar é o período da criação da Fundação Palmares e sua autonomia para certificar comunidades quilombolas. O que ocorreu apenas 15 anos após sua fundação. E o período entre a fundação do Kilombo Souza e sua certificação enquanto comunidade remanescente de quilombo, que levou 109 anos.

Não podemos deixar de relacionar que a segunda tentativa de despejo do Kilombo Família Souza acontece no ano de 2018, em um contexto de ascensão do bolsonarismo, com um governo federal reacionário que incentivou e deslegitimou diversas formas de identificação dissidentes, o que inclusive resultou em um processo de cooptação da Fundação Cultural Palmares, a partir do até então presidente Sérgio Camargo que corroborou com diversas narrativas que colocaram as reivindicações dos movimentos negros diversos em uma local de puro lamento não propositivo.

Como Maria Beatriz Nascimento refletiu bem, no caso brasileiro, existe a tendência em reduzir a identidade negra e seus desdobramentos ao período escravista.

Outros pensam que quem nos estuda no escravismo nos entendeu historicamente. Como se a história pudesse ser limitada no ‘tempo espetacular’, no tempo representado, e não o contrário: o tempo é que está dentro da história. Não se estuda, no negro que está vivendo, a história vivida. Somos a história viva do preto, não números (NASCIMENTO, 2021, p.45).

Dessa maneira, propor e refletir sobre os processos como tais configurações territoriais, sociais e simbólicas foram sendo reconfiguradas se torna importante, sobretudo, no sentido de explicitar o quilombo enquanto um *continuum* histórico. “A nós não nos cabe valorizar a história. A nós nos cabe ver o continuum dessa história” (NASCIMENTO; GERBER, 1989).



## 11 | QUILOMBISMO E AQUILOMBAMENTO

---

No livro “O Quilombismo: documentos de uma Militância Pan-Africanista”, Abdias Nascimento reúne uma coletânea de documentos diversos para refletir sobre a situação do negro brasileiro. Nele propõe a possibilidade da recuperação ou reconstrução de um estado quilombista aos moldes democráticos experimentados pelo Estado Palmarino ou Quilombo de Palmares, exemplificado nas reelaborações das práticas sócio-culturais de origem africanas que reivindicam o direito à liberdade e a dignidade como quilombismo, inclusive organizando um documento apresentado no Segundo Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas (Festac), realizado na cidade de Lagos na Nigéria no ano de 1977, propostas de ação para o governo brasileiro. Abdias Nascimento apresentou no 2º Congresso de Cultura Negra das Américas, realizadas no Panamá em 1980, o que considerou os dezesseis princípios ou propósitos do quilombismo, conforme podemos ver a seguir:

1. **O quilombismo é um movimento político dos negros brasileiros, objetivando a implantação de um Estado Nacional Quilombista, inspirado no modelo da República dos Palmares, no século XVI, e em outros quilombos que existiram e existem no país.**
2. **O Estado Nacional Quilombista tem sua base numa sociedade livre, justa, igualitária e soberana. O igualitarismo democrático quilombista é compreendido no tocante a sexo, sociedade, religião, política, justiça, educação, cultura, condição racial, situação econômica, enfim, todas as expressões da vida em sociedade. O mesmo igualitarismo se aplica a todos os níveis do poder e de instituições públicas e privadas.**
3. A finalidade básica do Estado Nacional Quilombista é a de promover a felicidade do ser humano. Para atingir sua finalidade, o quilombismo acredita numa economia de base comunitário-cooperativista no setor da produção, da distribuição e da divisão dos resultados do trabalho coletivo.
4. **O quilombismo considera a terra uma propriedade nacional de uso coletivo. As fábricas e outras instalações industriais, assim como todos os bens e instrumentos de produção, da mesma forma que a**

**terra, são de propriedade e uso coletivo da sociedade. Os trabalhadores rurais ou camponeses trabalham a terra e são eles próprios os dirigentes das instituições agropecuárias. Os operários da indústria e os trabalhadores de modo geral são os produtores dos objetos industriais e os únicos responsáveis pela orientação e gerência de suas respectivas unidades de produção.**

5. No quilombismo o trabalho é um direito e uma obrigação social, e os trabalhadores, que criam a riqueza agrícola e industrial da sociedade quilombista, são os únicos donos do produto do seu trabalho.
6. A criança negra tem sido a vítima predileta e indefesa da miséria material e moral imposta à comunidade afro-brasileira. Por isso, ela constitui a preocupação urgente e prioritária do quilombismo. Atendimento pré-natal, amparo à maternidade, creches, alimentação adequada, moradia higiênica e humana, são alguns dos itens relacionados à criança negra que figuram no programa de ação do movimento quilombista.
7. A educação e o ensino em todos os graus - elementar, médio e superior - serão completamente gratuitos e abertos sem distinção a todos os membros da sociedade quilombista. A história da África, das culturas, das civilizações e das artes africanas terão um lugar eminente nos currículos escolares. Criar uma Universidade Afro-Brasileira é uma necessidade dentro do programa quilombista.
8. Visando o quilombismo a fundação de uma sociedade criativa, ele procurará estimular todas as potencialidades do ser humano e sua plena realização. Combater o embrutecimento causado pelo hábito, pela miséria, pela mecanização da existência e pela burocratização das relações humanas e sociais, é um ponto fundamental. As artes em geral ocuparão um espaço básico no sistema educativo e no contexto das atividades sociais.
9. No quilombismo não haverá religiões e religiões populares, isto é, religião da elite e religiões do povo. Todas as religiões merecem igual tratamento de respeito e de garantias de culto.
10. O Estado quilombista proíbe a existência de um aparato burocrático estatal que perturbe ou interfira com a mobilidade vertical das classes trabalhadoras e marginalizadas em relação direta com os dirigentes. Na relação dialética dos membros da sociedade com as suas instituições repousa o sentido progressista e dinâmico do quilombismo.
11. **A revolução quilombista é fundamentalmente anti-racista, anticapitalista, antilatifundiária, antiimperialista e antineocolonialista.**

12. **Em todos os órgãos do Poder do Estado Quilombista - Legislativo, Executivo e Judiciário - a metade dos cargos de confiança, dos cargos eletivos, ou dos cargos por nomeação, deverão, por imperativo constitucional, ser ocupados por mulheres. O mesmo se aplica a todo e qualquer setor ou instituição de serviço público.**
13. O quilombismo considera a transformação das relações de produção, e da sociedade de modo geral, por meios não-violentos e democráticos, uma via possível.
14. É matéria urgente para o quilombismo a organização de uma instituição econômico-financeira em moldes cooperativos, capaz de assegurar a manutenção e a expansão da luta quilombista a salvo das interferências controladoras do paternalismo ou das pressões do Poder econômico.
15. **O quilombismo essencialmente é um defensor da existência humana e, como tal, ele se coloca contra a poluição ecológica e favorece todas as formas de melhoramento ambiental que possam assegurar uma vida saudável para as crianças, as mulheres e os homens, os animais, as criaturas do mar, as plantas, as selvas, as pedras e todas as manifestações da natureza.**
16. O Brasil é signatário da Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1965. No sentido de cooperar para a concretização de objetivos tão elevados e generosos, e tendo em vista o artigo 9, números 1 e 2 da referida Convenção, o quilombismo contribuirá para a pesquisa e a elaboração de um relatório ou dossiê bianual, abrangendo todos os fatos relativos à discriminação racial ocorridos no País, a fim de auxiliar os trabalhos do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial das Nações Unidas (NASCIMENTO, 2019, p.305-307. **Grifos do autor**)

Para Abdias Nascimento, “a memória do negro brasileiro atinge uma etapa histórica decisiva no período escravocrata que se inicia por volta de 1500, logo após a ‘descoberta’ do território e dos atos inaugurais dos portugueses tendo em vista a colonização do país” (2019, p.278), um processo de “descoberta” que significou o início da interrupção do desenvolvimento histórico e civilizatório de todo um continente, a África. É sabido que a população negra experimentou as mais diversas violências e constrangimentos que só pôde ser permitido e imposto pelo escravismo, inclusive, com práticas de violências racial anti-negro que se perpetuam até os dias de hoje a partir das diversas reelaborações do racismo. Não à toa, o kilombo surge como um sistema social diferencial que pretende

responder a essas desigualdades mesmas produzidas e permitidas pelo sistema colonial , os “quilombos resultam dessa exigência vital dos africanos escravizados, no esforço de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga ao cativeira e da organização de uma sociedade livre” (NASCIMENTO, 2019, p.281), afinal, “o quilombo surge do fato histórico que é a fuga. É o ato primeiro do homem que não reconhece que é propriedade de outro, daí a importância da migração, da busca do território” (NASCIMENTO; GERBER, 1989).

E para Nascimento (2019, p.281) “a multiplicação dos quilombos faz deles um autêntico movimento amplo e permanente” e que se estrutura enquanto um *continuum histórico*. O que aparentemente poderia ser interpretado como um acidente esporádico inicialmente, “rapidamente se transformou de um imprevisto de emergência em metódica e constante vivência de descendentes de africanos que se recusavam à submissão, à exploração e à violência do sistema escravista” (NASCIMENTO, 2019, p.281), ou ainda de seus desdobramentos sociais e presentes nas sociedades atuais.

A maneira como o quilombismo se estruturou é diversificada, em alguns casos se:

estruturam em formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso, que facilitava sua defesa e organização econômico-social própria, como também assumiram modelos de organização permitidos ou tolerados, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais e de auxílio mútuo. Não importam as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente, todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante na sustentação da comunidade africana (NASCIMENTO, 2019, p.281)

Esse papel genuíno de resistência física e cultural se estruturam a partir de diversos organizações sociais, sejam elas as permitidas por algum regime de legalidade ou àquelas que se encontram aquém dos limites da lei e é justamente essa multiplicidade de re-significações da prática cultural africana no Brasil que Abdias Nascimento exemplifica como quilombismo, como veremos a seguir:

Genuínos focos de resistência física e cultural. Objetivamente, essa rede de associações, irmandades e confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros,

tendas, afoxés, escolas de samba, gafieira foram e são os quilombos legalizados pela sociedade dominante; do outro lado da lei, erguem-se os quilombos revelados que conhecemos. Porém tanto os permitidos quanto os “ilegais” foram uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta *praxis* afro-brasileira, eu denomino de quilombismo (NASCIMENTO, 2019, p.281-282)

### E o quilombismo tem como projeto

a ereção de uma sociedade fundada na liberdade, na justiça, na igualdade e no respeito a todos os seres humanos; uma sociedade cuja natureza intrínseca torne impossível a exploração econômica e o racismo; uma democracia autêntica, fundada pelos destituídos e deserdados deste país, aos quais não interessa a simples restauração de tipos e formas duras de instituições políticas, sociais e econômicas as quais serviriam unicamente para procrastinar o advento de nossa emancipação total e definitiva, que somente pode vir com a transformação racial das estruturas vigentes” (NASCIMENTO, 2019, p.288)

E para Abdias Nascimento (2019, p.290), “os quilombolas dos séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIV nos legaram um patrimônio de prática quilombista. Cumpre aos negros atuais manter e ampliar a cultura afro-brasileira de resistência ao genocídio e de afirmação da sua verdade” e sobre esse prisma, me pergunto se os mais diversos desdobramentos possibilitados ou fomentados a partir da certificação técnica do Kilombo Família Souza e de seu registro enquanto Patrimônio Cultural e Imaterial, que significou antes de tudo a recuperação de uma identidade e subjetividade histórica que havia sido camuflada por uma experiência constante de violência na cidade, não significou necessariamente a recuperação dessa prática quilombista mesma, já que “assegurar a condição humana do povo afro-brasileiro, há tantos séculos tratado e definido de forma humilhante e opressiva, é o fundamento ético do quilombismo” (NASCIMENTO, 2019, p.291).

Ou ainda, se tomarmos o Curral Del Rey como um grande kilombo, igual nos sugeriu a pesquisadora Priscila Musa (2022), as seis comunidades atualmente presentes e certificadas ou em processo técnico de certificação na cidade de Belo Horizonte não seriam justamente os mocambos desse grande *Estado Kilombola Curralense*, que um dia foi Curral Del Rey e se

assim o pudéssemos chamar, recuperando uma organização sócio-territorial semelhante a de Palmares, que possuía uma capital, Macaco, ao passo que também possuía outros mocambos (ou cidades?) dentro dessa estrutura organizativa, cada qual com uma liderança.

É claro que não há a crença de que a certificação ou registro de uma comunidade quilombola como patrimônio tenha por si só a capacidade de garantir o direito à condição humana de um povo, mas o que se quer frisar aqui é que a recuperação de uma identidade quilombola perdida (ou não nomeada) possivelmente teve potencial de engatilhar uma série de discussões e desdobramentos políticos que possuem como intuito principal garantir os direitos políticos e civis de uma classe inteira de sujeitos.

Reflito se o processo de quilombamento atualmente experimentado pelos quilombos em Belo Horizonte, seja no processo de formação em bambuzeria no Centro de Referência e Tecnologias Sociais, a organização do primeiro seminário quilombola em Belo Horizonte para discutir políticas públicas, a participação ativa no processo de identificação da sexta comunidade quilombola em Belo Horizonte, o Quilombo Mattias, não reflita, em certa medida o processo de *amocambamento*, experimentado nos mais de 10 mocambos que conformaram a República de Palmares. Talvez, o maior indicativo seja a proposição de um seminário formulado a partir de uma parceria da Prefeitura de Belo Horizonte e as comunidades quilombolas presentes em BH, para discutir políticas públicas quilombolas<sup>49</sup>, no sentido em que as demandas específicas de cada território passam a ser coletivizadas.

Com a discussão viva, outros desdobramentos surgiram a partir da experiência do Quilombo Família Souza após o processo de elaboração dos Estudos para Dossiê de Registro e nesse sentido, os próprios quilombolas entenderam a necessidade de continuar avançando nas

---

<sup>49</sup> O Seminário dos Quilombos de Belo Horizonte, foi organizado pela Prefeitura de Belo Horizonte em parceria com os quilombos Souza, Mangueiras, Manzo, Luízes e Mattias (ainda em processo de certificação técnica pela Fundação Cultural Palmares) e reuniu “lideranças quilombolas, agentes do poder público municipal e pesquisadores para debater sobre a criação de políticas públicas voltadas para os quilombos no contexto urbano” (PBH, 2023). A primeira edição do seminário, intitulado de Matripotencializar ações da gestão pública para os quilombos de Belo Horizonte, tinha por intenção propor “o diálogo entre as comunidades quilombolas e diversos atores do poder público e fomentar o letramento racial, tanto para o poder público quanto para a população de BH. O evento também tem como objetivo debater, intersetorialmente, as demandas e conceitos das políticas públicas para quilombolas” (BELO HORIZONTE, 2022c).

discussões relacionadas ao território da família Souza no que tange a produção agroecológica.

Neste sentido, no ano de 2021, encontramos a possibilidade de continuar avançando nas discussões relacionadas à agroecologia urbana e a soberania alimentar dos quilombolas da Família Souza. A partir do programa Urbe Urge: Respostas à Emergência Climática<sup>50</sup>, um edital proposto pelo BDMG Cultural em parceria com o grupo de pesquisa Cosmópolis da UFMG, que selecionou entre 72 propostas inscritas, 06 que consideraram importantes e inovadoras no sentido de trazer outras discussões sobre a emergência climática do ponto de vista da arquitetura e do design, entre elas a proposta Nº 36, intitulada de “Tecnologias ancestrais: resgate da memória e do conhecimento ancestral acerca do trato com a terra e gestão da água a partir da agroecologia urbana”<sup>51</sup> e composta por Gláucia Martins, bisneta de Elisa e Petronillo, por mim e Patrícia Brito, responsável pela coordenação dos Estudos para Dossiê de Registro.

A proposta inicial do coletivo era a princípio:

É a partir dessa potência ancestral, que a proposta deste projeto surge, tendo como viés o processo agroecológico já experimentado no Kilombo Souza, vislumbrando um processo onde essas práticas possam ser ampliadas fortalecendo a soberania alimentar desta e de outras comunidades tradicionais e originárias. Nossa proposta vai de encontro diretamente com o item 11 da Agenda 30 da ONU, “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, uma vez que a proposta pretende entrelaçar um processo que considere a gestão e reaproveitamento da água, a produção de alimentos e a compostagem, produzindo no território do Kilombo Souza um organismo socioambiental de produção e gestão de alimentos e recursos hídricos.

É uma proposta com potencial, uma vez, que o que for experimentado no Kilombo Família Souza, poderá ser reaplicado, guardando as proporções, escalas e contextos, em

---

<sup>50</sup> BDMG CULTURAL. **O que urge na urbe?** Belo Horizonte, [19 maio 2021]. Disponível em: <https://bdmgcultural.mg.gov.br/urbeurge/sobre/o-programa/>. Acesso em: 3 fev. 2023.

<sup>51</sup> BDMG CULTURAL. **Urbe urge: resultados divulgados.** Belo Horizonte, 20 maio 2021. Disponível em: <https://bdmgcultural.mg.gov.br/notice/urbe-urge/>. Acesso em: 3 fev. 2023.

outros lugares. A proposta vai explorar o aproveitamento da água da chuva, assim como o melhor uso e aproveitamento de seu terreno, a partir de uma ecologia de integração do território, processo já experimentado pelos fundadores do quilombo, que fizeram usos do território condizentes com a perspectiva ambiental, visto na dinâmica e traçados originais do quilombo, que respeitava o percurso da água e a topografia. A forma como a proposta será tratada perpassa por formação e trocas entre saberes da tecnologia ancestral e contemporâneas, a considerar os princípios técnicos dos seus ancestrais, desenvolvendo as atividades de forma horizontal e preferencialmente através de oficina, buscando sempre a socialização dos saberes. (VIEIRA; DIAS; BRITO, 2021a)<sup>52</sup>

Em vista disso, a ideia era a partir de um processo político de formação dos quilombolas da família Souza sobre a importância da soberania alimentar e o resgate da prática agroecológica já experimentada por seus ancestrais, cadastrar o território da Família Souza enquanto uma Unidade Produtiva de Tradição, um programa da Prefeitura de Belo Horizonte, a partir da “Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN), por meio da Gerência de Fomento à Agricultura Familiar e Urbana (GEFAU), [que] incentiva e apoia a implantação e manutenção de unidades produtivas de agricultura urbana, fornecendo capacitação técnica e insumos” (BELO HORIZONTE, 2019b)<sup>53</sup>.

Por fim, por mais que o edital de credenciamento de Unidade Produtiva de Tradição tivesse como foco as comunidades tradicionais, o Kilombo Souza não foi contemplado, embora o Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango o tenha sido, configurando-se enquanto a segunda comunidade quilombola a ser credenciada enquanto Unidade Produtiva de Tradição, junto ao Espaço Geledés Germinar Ewé Mimó da Comunidade Quilombola de Mangueiras.

---

<sup>52</sup> VIEIRA, C. M. A.; DIAS, D. H. M.; BRITO, P. A. Contextualizando o Kilombo Souza. **Urbe Urge**. Belo Horizonte, 14 jul. 2021a. Disponível em: <https://bdmgcultural.mg.gov.br/urbeurge/processos/interlocutor/bdmgcultural/contextualizando-o-kilombo-souza/>. Acesso em: 4 jul. 2023.

<sup>53</sup> BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Unidades produtivas coletivas e comunitárias**. Belo Horizonte, 13 maio 2019b. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/fomento/sistemas-de-producao/coletivas-e-comunitarias>. Acesso em: 8 set. 2023.



Ao longo dos seis meses do programa e discussões suscitadas no Urbe Urge com os demais coletivos participantes e com os interlocutores convidados<sup>54</sup>, a proposta inicial foi sendo modificada e ampliada e inclusive trouxe para a discussão a participação de outros coletivos do programa, no sentido de ampliar e possibilitar fortalecimentos e intersecções.

A partir das interlocuções e discussões no Urbe Urge, o coletivo Tecnologias Ancestrais, foi se aproximando do coletivo “Bambu: Teto para a vida”, composto pelo mestre bambuzeiro Lúcio Ventania, Deborah Augusta e Raquel Matielo, também participantes do programa Urbe Urge, no sentido de perceber familiaridades e intersecções que poderiam surgir a partir das propostas dos dois coletivos. Logo, outro desdobramento surgiu a partir da nossa participação no Urbe Urge: o início de uma discussão da importância e necessidade de formar os kilombolas do Kilombo Família Souza, Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango, Comunidade Quilombola de Mangueira, Quilombo Família Matias e Quilombo dos Luízes, no ofício da bambuzeria, além da implementação de uma sede de bambuzeria-escola em cada uma das comunidades<sup>55</sup>. O intuito de cada bambuzeria-sede era tanto servir como oficina de trabalho, quanto possibilitar a formação de outras pessoas interessadas no ofício e na formação enquanto mestra ou mestre bambuzeiro. O projeto de formação no ofício da bambuzeria surgiu a partir de uma necessidade de pensar estratégias para produção de renda para as comunidades kilombolas em contexto urbano na cidade de Belo Horizonte, possibilitando uma melhoria das condições de vida, que em alguns casos é escassa.

---

<sup>54</sup> Ao longo do programa Urbe Urge, aconteceram interlocuções com profissionais e intelectuais das mais diversas áreas de conhecimento: Jerá Guarani, Ailton Krenak, Denilson Baniwa, Gabriela Leandro (Gaia), Alexandre Araújo, Alyne Costa, Carolina Levis, Ana Luiza Nobre, Ester Carro, Paulo Tavares, Zoy Anastassakis e Frederico Duarte.

<sup>55</sup> Discussões que foram aprofundadas e apresentadas como processo no Urbe Urge. Para mais conferir em: Urbe Urge. VIEIRA, C. M. A.; DIAS, D. H. M.; BRITO, P. A. Intercâmbio e trocas culturais: narrativas possíveis das tecnologias ancestrais junto ao cerbambu. **Urbe Urge**. Belo Horizonte, 21 set. 2021b. Disponível em: <https://bdmgcultural.mg.gov.br/urbeurge/processos/page/4/>. Acesso em: 4 jul. 2023.

VIEIRA, C. M. A.; DIAS, D. H. M.; BRITO, P. A. Bambuzerias-escolas nos kilombos: intercâmbio entre cerbambu e kilombos em BH. **Urbe Urge**. Belo Horizonte, 16 nov. 2021c. Disponível em: <https://bdmgcultural.mg.gov.br/urbeurge/processos/interlocutor/bdmgcultural/bambuzerias-escolas-nos-kilombos-intercambio-entre-cerbambu-e-kilombos-em-bh/>. Acesso em: 4 jul. 2023.

Finalizado a participação dos coletivos no programa Urbe Urge, iniciou-se o processo para encontrar recursos financeiros para a materialização de nossa proposta. Nesse sentido, Patrícia Brito realizou diversas interlocuções com a então Vereadora Bella Gonçalves, que disponibilizou uma verba de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), via Emenda Impositiva, para que 03 membros de cada comunidade quilombola pudesse passar pelo processo de formação no Centro de Referência do Bambu e das Tecnologias Sociais - CERBAMBU, o que veio a acontecer no mês de outubro de 2022. Parte do processo foi documentado e disponibilizado no instagram, via o perfil @bambuzeriodosquilombos<sup>56</sup>.

**Fotografia 12** - À esquerda Dona Luiza do Quilombo dos Luízes durante o processo de formação no Cerbambu. Fonte: Instagram da Bambuzeria dos Quilombos (@bambuzeriodosquilombos). **Fotografia 13** - À direita Vinicius e Igor durante o processo de formação no Cerbambu.



Fonte: Instagram da Bambuzeria dos Quilombos (@bambuzeriodosquilombos).

Durante o programa de formação em Bambuzeria junto ao CERBAMBU, participaram quilombolas de variadas faixas etárias, com um cronograma de formação que visava ensinamentos teóricos sobre o bambu, funcionalidades e benefícios de sua utilização, assim como, seus aspectos culturais e biológicos, ademais, de aulas práticas para a produção de biojóias em bambu e movelaria.

<sup>56</sup> BAMBUZERIAS DOS QUILOMBOS. Perfil do Instagram. 2022. Instagram: @bambuzeriodosquilombos. Disponível em: <https://www.instagram.com/bambuzeriodosquilombos/>. Acesso em: 18 maio 2023.

Entre o final de 2022 e o início de 2023, iniciou-se o processo de reforma e construção das sedes das bambuzerias-escola de cada comunidade quilombola. Fui responsável pela elaboração dos projetos das bambuzerias do Quilombo Família Matias e Comunidade Quilombola de Mangueiras, assim como, dos projetos de reforma da sede do Quilombo Família Souza e do Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango, o que aconteceu em parceria com o CERBAMBU e o mestre Lúcio Ventania.

**Fotografia 14** - No topo à esquerda temos a lbejis-bambuzeria Quilombo Mattias. Reprodução de grupo no WhatsApp. **Fotografia 15** - No topo à direita temos a Bambuzeria Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango. Reprodução de grupo no WhatsApp. **Fotografia 16** - Segunda foto à esquerda temos a bambuzeria da Comunidade Quilombola de Mangueiras. **Fotografia 17** - Bambuzeria do Quilombo dos Luízes. **Fotografia 18** - Bambuzeria do Quilombo Souza.



Fonte: Luciana Matias, 2023 (Fotografia 14). Fonte: Juçara, 2023 (Fotografia 15). Fonte: Daniel Menezes, 2023 (Fotografia 16). Fonte: Lúcio Ventania, 2023 (Fotografia 17). Fonte: Marcos Abranches, 2023 (Fotografia 18).

Outro quilombamento ou amocambamento interessante e que se deu a partir da participação direta da Família Souza no processo de identificação e de certificação de sua comunidade enquanto remanescente de quilombo e a elaboração dos Estudos para Dossiê de Registro, foi o reconhecimento de uma sexta comunidade quilombola em Belo Horizonte, também localizada no bairro de Santa Tereza, na Rua Eurita. O então nomeado Quilombo Mattias foi identificado por Gláucia Martins e Makota Kidoialê, respectivamente dos quilombo Souza e Manzo, a partir da participação de tais lideranças em uma roda de conversa, da qual participava Luciana Matias, do Quilombo Mattias. Ademais do Quilombo Mattias, Gláucia Martins juntamente de Ione Maria de Oliveira da Comunidade Quilombola de Mangueiras participaram e colaboraram no processo de identificação do Quilombo Família Araújo, primeira comunidade remanescente de quilombo identificada e certificada na cidade de Betim<sup>57</sup>; e Marcos Antônio, do Quilombo Souza e Ione Maria, da Comunidade Quilombola de Mangueiras, participaram da assembleia de autoreconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombo do Quilombo Nicomedes, localizado na cidade de Mário Campos e ainda em processo de certificação técnica.

As experiências da família Mattias relatadas por Luciana Matias nessa roda de conversa online, fizeram com que Gláucia Martins e Makota Kidoialê se sentissem familiarizadas com as experiências relatadas, sendo muitas delas similares ao que os membros da família Souza e do Quilombo Manzo também experimentaram na cidade de Belo Horizonte. Essa identificação entre experiências fez com que Gláucia Martins e Makota Kidoialê se questionassem sobre uma possível sexta experiência quilombola na cidade de Belo Horizonte a se descobrir e a se certificar. Questionaram Luciana a respeito de que se ela e sua família se entendiam enquanto quilombola, ainda que sem a certificação da Fundação Cultural Palmares, o que sem titubear foi confirmado pelo relato com lágrimas nos olhos de Luciana.

---

<sup>57</sup> CEDEFES. **Manifesto em defesa da comunidade tradicional quilombola Família Araújo, de Betim, MG:** da negra escravizada Rita Araújo até o Seu Zé Preto, uma história de resistência a muitos tipos de escravidão. Belo Horizonte, 19 abr. 2022. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/manifesto-em-defesa-da-comunidade-tradicional-quilombola-familia-araujo-de-betim-mg-da-negra-escravizadas-rita-araujo-ate-o-seo-ze-preto-uma-historia-de-resistencia-a-muitos-tipos-de-escravidao/>. Acesso em: 9 fev. 2023.

A partir de então, iniciou-se o processo dos trâmites legais para certificação de mais uma comunidade quilombola em contexto urbano na cidade de Belo Horizonte.

Julgo um desdobramento interessante, pois apesar dos quilombolas não possuírem instrumentos técnicos e teóricos que os permitam se apropriar do processo de elaboração dos relatórios técnicos de identificação de uma comunidade quilombola, os mesmos se sentem instrumentalizados para reconhecer e identificar uma comunidade quilombola outra e orientar sobre quais seriam os procedimentos técnicos necessários para que a certificação seja possível. Esse processo de instrumentalização, se deu muito a partir da recente e presente participação dos quilombolas da família Souza no seu próprio processo de auto identificação e certificação enquanto remanescente de quilombo. É um outro olhar possível para a política de certificação de comunidades enquanto remanescente de quilombo, no qual um quilombo reconhece e identifica o outro.

O mesmo processo se deu também, no processo de identificação e certificação do Quilombo Família Araújo, localizado na cidade de Betim e que contou com a participação direta de Gláucia Martins, quilombola do Quilombo Família Souza. Ao ser identificado, o Quilombo Família Araújo, se tornou “a primeira Comunidade Quilombola Urbana identificada e autodeclarada em Betim, MG, em fevereiro de 2022” (CEDEFES, 2022)<sup>58</sup>. Gláucia Martins, no Excurso 03, compartilhou em nossa conversa a semelhança entre o processo experimentado por seu quilombo e a família Araújo no que diz respeito ao processo de despejo, dando conselhos ao Quilombo Araújo a partir de sua instrumentalização no processo recente experimentado pelo Quilombo Souza, sendo inclusive, uma das responsáveis por indicar e fazer a ponte entre o quilombo da família Araújo e técnicos que poderiam contribuir na luta anti-despejo.

---

<sup>58</sup> CEDEFES. **Manifesto em defesa da comunidade tradicional quilombola Família Araújo, de Betim, MG:** da negra escravizada Rita Araújo até o Seu Zé Preto, uma história de resistência a muitos tipos de escravidão. Belo Horizonte, 19 abr. 2022. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/manifesto-em-defesa-da-comunidade-tradicional-quilombola-familia-araujo-de-betim-mg-da-negra-escravizadas-rita-araujo-ate-o-seo-ze-preto-uma-historia-de-resistencia-a-muitos-tipos-de-escravidao/>. Acesso em: 9 fev. 2023.

Particpei desse reconhecimento também. O Quilombo Araújo era muito parecido com a nossa luta. Eles estavam com ordem de despejo também. Eles já estavam até desmontando, sem saber para onde ir, desmontando as coisas. Aí eu falei assim - "não gente! Se vocês sabem da sua história, sabem dos direitos que vocês têm como sendo uma comunidade remanescente de quilombola, vocês tem um direito de parar essa ordem, vocês têm direito ao território. Foi feito também mais uma vez, né? Apresentei mais uma vez a Patrícia, Alenice e outras pessoas que muito me ajudaram (MARTINS, 2023)<sup>59</sup>

Ademais, em maio de 2022, os quilombos propuseram o evento "Matripotencializar ações da gestão pública para os quilombos de Belo Horizonte", que ocorreu nos dias 26 e 27 maio em formato de seminário. O intuito do evento era

proporcionar um debate presencial entre as comunidades quilombolas e diversos atores do poder público, fomentar o letramento racial, tanto para a gestão quanto para a população do município, debater intersetorialmente as demandas e conceitos das políticas públicas para quilombolas, a partir da visão conceitual de transfluência pública, e discutir temas que foram previamente levantados na audiência pública realizada em novembro/2021.

O Seminário dos Kilombu apresenta os debates e as demandas que dialogam com as ações previstas no Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial - PMPIR, a fim de monitorar as políticas públicas voltadas para os quilombos em contexto urbano no município de Belo Horizonte. Atualmente, são quatro quilombos registrados como patrimônio cultural de Belo Horizonte: Comunidade Quilombo Luizes, Comunidade Quilombo Mangueiras, Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango, Kilombu Família Souza. A cidade também conta com o Quilombo Família Matias, que está em processo técnico de reconhecimento pela Fundação Palmares. No seminário, são debatidos diversos temas ligados aos Povos e Comunidades Tradicionais - PCT, com ênfase nos quilombos, considerando diferentes abordagens afetas tanto ao conhecimento acadêmico quanto dos integrantes dos quilombos que possuem notório saber em relação ao tema central do seminário<sup>60</sup>

---

<sup>59</sup> MARTINS, Gláucia. **Excursão 03: Relatos Orais com Gláucia: Nós somos assim, igual Bambu, envergamos, mas não quebramos.** Entrevista realizada em 04 de julho de 2023.

<sup>60</sup> BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Seminário Kilombu.** Belo Horizonte, 2 maio 2022c. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/eventos/seminario-kilombu>. Acesso em: 8 set. 2023.

A participação na organização do seminário, denota a necessidade de transferir ou responsabilizar o poder público municipal, a partir da viabilização de discussões sobre as demandas e questões quilombolas na cidade de Belo Horizonte. É um esforço no sentido de romper com a pretensa permeabilidade do poder público em relação às discussões mobilizadas por e pelas comunidades quilombolas, algumas, inclusive, sendo patrimonializadas por essa instituição mesma que necessita passar por um processo de letramento racial e quilombola.

Esses são algumas dos amocambamentos percebidos após o processo de autoidentificação, certificação e elaboração dos Estudos para Dossiê de Registro do Quilombo Família Souza, que impactaram positivamente as discussões relacionadas às questões étnico-racial e a temática quilombola na cidade de Belo Horizonte, embora processos ainda em curso, apontam para um horizonte positivo de fomento e incentivo de questões essenciais para a comunidade quilombola e negra da cidade de Belo Horizonte, podendo servir como referência para discussões de casos similares.

No livro *Performance do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela*, publicado em 2021 pela editora Cobogó, a autora Leda Maria Martins discute as relações entre corpo, tempo, performance, memória e produção e transmissão de conhecimento. Leda Martins nos alerta que são “os livros, os museus, as partituras, os escritos” (PONTY, n.p, p.12 apud MARTINS, 2021, p.29), os considerados instrumentos de expressão e salvaguarda da memória em uma perspectiva ocidental. “São essas as plataformas e os dispositivos privilegiados pelo Ocidente para resguardo da memória” (MARTINS, 2021, p.29).

E no caso dos quilombolas, quais seriam essas plataformas ou dispositivos privilegiados de salvaguarda da memória? O próprio corpo e a prática cotidiana, que enuncia uma subjetividade construída coletivamente. Para Leda Martins (2021, p. 35):

Apesar de toda repressão, o que a história nos ostenta é que, por mais que as práticas performáticas dos povos indígenas e dos africanos fossem proibidas, demonizadas, coagidas e excluídas, essas mesmas práticas, por vários processos de restauração e resistência, garantiram a sobrevivência de uma corpora de conhecimento que resistiu às tentativas de seu total



apagamento, seja por sua camuflagem, por sua transformação, seja por inúmeros modos de recriação que matizaram todo o processo de formação das híbridas culturas americanas.

E apesar da oralidade ser um modo privilegiado de produção de conhecimento para determinados grupos

para os povos das florestas, a produção, inscrição e disseminação do conhecimento se davam, primordialmente, pelas performances corporais, por meio de ritos, cantos, danças, cerimônias sinestésicas e cinéticas. Por meio delas, uma pletora de conhecimentos se retransmitia através do corpo em movimento e por sua vocalidade, deste comportamentos mais simples, expressões práticas e hábitos do cotidiano até as mais sofisticadas técnicas, formas, processos cognitivos, pensares mais abstratos e sofisticados, entre eles a cosmocepção ou filosofia (MARTINS, 2021, p.36)

Grafar o saber não era, então, sinônimo de domínio de um idioma escrito alfabeticamente. Grafar o saber era, sim, sinônimo de uma experiência corporificada, de um saber encorpado, que encontrava nesse corpo em performance seu lugar e ambiente de inscrição. Dançava-se a palavra, cantava-se o gesto, em todo movimento ressoava uma coreografia da voz, uma partitura da dicção, uma pigmentação grafitada da pele, uma sonoridade de cores (MARTINS, 2021, p.36)

Leda Martins nos ensina que a ancestralidade não é um retorno do mesmo ou uma repetição, mas um retorno necessariamente construído a partir de uma inflexão e novos matizes, como podemos ver no desejo da Família Souza de retomar as discussões sobre agroecologia, a partir de políticas públicas municipais, num desejo de reinvenção da prática igualmente agroecológica experimentado por Elisa e Petronillo no início do século XX.

A ancestralidade é passado, presente e futuro, acontecendo em um só tempo, num tempo espiralar, que caminha para trás e para frente, para cima e para baixo. E nesse sentido, a apropriação política da família Souza de sua identidade kilombola, não significou tão somente uma apropriação da política de certificação de comunidades remanescentes de quilombo, mas o resgate de uma trajetória (e história) que foi iniciada na cidade de Belo Horizonte por Elisa e Petronillo no início do século passado, ou ainda, a denominação da experiência, do devir kilombola iniciado pelo corpo de Elisa e Petronillo, e que hoje se expressa a partir dos corpos de seus descendentes. Esse resgate significa que o tempo de Elisa e Petronillo não reside no passado, de violência e negação de direitos, mas sim no presente e no futuro de seus descendentes, que reafirmam que a história da cidade de Belo Horizonte extrapola o registrado oficialmente em livros, arquivos oficiais e institucionais. Reafirma que apesar dos ideais impostos e esperados para a nova capital do Estado de Minas Gerais, que presumia um progresso que necessariamente deveria excluir os corpos presentes e negros da então população do Curral Del Rey, não foi de todo um êxito. Essas experiências negras e de matrizes africanas iniciadas no Curral Del Rey (e em parte iniciadas



anteriormente ao próprio Curral Del Rey, como a trajetória da Comunidade Quilombola de Mangueiras, do Quilombo dos Luízes, da Maria e seus iguais ou da própria Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos) seguem presentes na cidade de Belo Horizonte, reivindicando o direito ao território ocupado por seus ancestrais.

Como bem nos ensina os povos Akan, que residem no oeste de África, a partir de seu sistema de escrita, os Adinkras, que representam ideias e filosofias expressas em provérbios iconograficamente representados em símbolos e desenhos. O Sankofa normalmente aparece representado com duas cabeças e em uma tradução literal para o português seria algo como “volte e pegue”. Uma das interpretações possíveis para essa iconografia é a representação da busca pela ancestralidade, ou ainda, em uma perspectiva afrofuturista de que hoje, no presente, somos o futuro de alguém que esteve no passado e seremos o passado de alguém que estará no futuro. No Sankofa, o pássaro se apresenta com os pés fincados no presente, dividindo as duas cabeças entre passado e futuro. Uma de suas cabeças mira o passado e busca o necessário: tecnologias, saberes, espiritualidade, recordações, memórias, enquanto a outra vislumbra futuros possíveis.

Os desdobramentos e discussões suscitadas a partir da certificação e do registro imaterial do Kilombo Família Souza estão longe de representar uma mudança no quadro geral da situação do negro brasileiro, mas indica o potencial político existente na recuperação da identidade quilombola, como o experimentado pela família Souza.

Nesse sentido, podemos crer que a recuperação de uma narrativa histórica a partir de outras narrativas, senão àquelas institucionalizadas (ou a partir de um exercício especulativo, como o experimentado na presente dissertação) e que extrapole o muito já dito e convencionalizado, que insiste em creditar para o negro brasileiro uma contribuição somente como necessária e indispensável mão de obra para trabalho forçado ou enquanto uma trajetória que se resume a um insistente exercício de resistência, de defesa, parece um horizonte indispensável para desvendar ou visibilizar essas outras narrativas e experiências negligenciadas.

Como esforço dessa recuperação ou um exercício de criatividade histórica e especulação a partir do processo de formação do Kilombo Família Souza, a presente dissertação se instrumentalizou de um processo de especulação dessa trajetória mesma, não como quem gostaria de preencher lacunas e espaços vazios ou substituir uma história oficial por outro desejo de história oficial ou real, mas sobre quem deseja refletir sobre o que tem sido e

poderá vir a ser essa trajetória quilombola presente nas práticas sociais e culturais da família Souza e das demais experiências afro-diaspóricas presentes na cidade de Belo Horizonte, ressaltando os desdobramentos políticos, e necessários, que foram possibilitados justamente pelo direito da família Souza em reivindicar sua trajetória quilombola, manifestada cotidianamente em seu território. Essa reivindicação foi capaz de produzir e mobilizar novos discursos, reavivar e tensionar questões adormecidas na cidade de Belo Horizonte.

A partir da experiência da família Souza, ou do estudo de caso que poderia ser possibilitado a partir da trajetória pregressa da família e seu processo de certificação enquanto remanescente de quilombo e patrimônio, questionamentos que não estavam dados foram possibilitados e tensionados a partir de um processo de especulação. Esse processo de especulação, buscando contemplar a multiplicidade e riqueza do experimentado e possibilitado pelo Kilombo Souza em mais de 100 anos de existência, mobilizou diversos esforços de linguagens, e quiçá metodológicos, no sentido de suprir carências sobre essa experiência afro-diaspórica. Nesse sentido, os Excursos, se apresentaram enquanto camadas discursivas de especulação da imaterialidade presente nesses processos mesmo, seja a partir das foto-montagens, apresentadas no Excurso 02, que relacionam a experiência da família Souza com àquela experimentadas por corpos negros no Curral Del Rey, em um exercício de extrapolação dos arquivos institucionais ou pessoais; ou ainda, o Excurso 03, no qual a partir de um esforço de oralidade transcrito, a presença e percepção da Gláucia Martins enquanto interlocutora e participante de diversos processos se faça presente ao ser transcrito para o corpo do texto. Ou o Excurso 04, no qual assumo meu papel enquanto agente participante, seja enquanto técnico contribuinte dos processos ou observador dos amocambamentos e akilombamentos aqui narrados, num esforço de tornar inteligível um conhecimento que teoricamente não “existe” ou não é validado por um sistema que valida produção de conhecimentos a partir de lógicas específicas.

Afinal, como surge um quilombo? A experiência histórica nos demonstra que a partir de um anseio por liberdade, como o demonstrado pela experiência civilizatório que se demonstrou o Quilombo de Palmares, a Angola Pequena, sendo sinalizado como “o ato primeiro do

homem que não reconhece que é propriedade de outro, daí a importância da migração, da busca do território” (NASCIMENTO; GERBER, 1989), ou ainda, no desejo de Elisa e Petronillo de constituírem seu kilombo aos seus moldes.

Para Gomes (2020, p. 22), ao discutir sobre as religiões de matriz afro-brasileiras, os negros ao serem traficados para o continente americano, produziram “construções simbólicas e diferentes formas de viver e olhar o mundo, os africanos trouxeram consigo hábitos alimentares, pensamentos políticos, estruturas linguísticas e religiosidades que vem sendo recriados e ressignificados pela transmissão de suas tradições e ritos”. E nesse sentido, ao se referir às religiões de candomblé, Gomes afirma que “é inegável sua definição como religião de sobrevivência étnica ao articular a intenção de preservação de pensamentos, tradições e crenças advindas das heranças africanas” (2020, p.22), o que de certa maneira se mobiliza a partir das experimentações das práticas kilombolas, seja em Angola Pequena ou no kilombo da família Souza.

As experiências de coletivização das lutas e os desdobramentos suscitados a partir da experiência kilombola da família Souza em Belo Horizonte, reforçam a possibilidade e a necessidade de observar um devir negro futuro ainda em construção, afinal, o que nos interessa é justamente o *continuum* dessa história.

## 12 | REFERÊNCIAS

---

AÇÃO contra o Quilombo Souza: ilegalidades / desrespeito aos direitos / Dr. Joviano / Vídeo 4/11-7-19. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (13 min). Publicado pelo canal Frei Gilvander Luta pela Terra e por Direitos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7HPz7JfEBk>. Acesso em: 9 set. 2023.

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. 1. ed. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.

AMORIM, F. P.; TANGARI, V. Estudo tipológico sobre a forma urbana: conceitos e aplicações. **Paisagem Ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 22, p. 61-73, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/89805>. Acesso em: 7 set. 2023.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO DE SANTA TEREZA. **Retrospectiva de algumas ações da atual gestão da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Santa Tereza – Santa Tereza Presente**. Belo Horizonte, 3 dez. 2021. Disponível em: <https://acbst.wordpress.com/2021/12/03/retrospectiva-de-algumas-acoes-da-atual-gestao-da-associacao-comunitaria-dos-moradores-do-bairro-santa-tereza-santa-tereza-presente/>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BAMBUZERIAS DOS QUILOMBOS. **Perfil do Instagram**. 2022. Instagram: @bambuzeriasdosquilombos. Disponível em: <https://www.instagram.com/bambuzeriasdosquilombos/>. Acesso em: 18 maio 2023.

BARRETO, A. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história média**. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. v. 2.

BDMG CULTURAL. **O que urge na urbe?** Belo Horizonte, 19 maio 2021. Disponível em: <https://bdmgcultural.mg.gov.br/urbeurge/sobre/o-programa/>. Acesso em: 3 fev. 2023.

BDMG CULTURAL. **Urbe urge: resultados divulgados**. Belo Horizonte, 20 maio 2021. Disponível em: <https://bdmgcultural.mg.gov.br/notice/urbe-urge/>. Acesso em: 3 fev. 2023.

BELO HORIZONTE. Câmara Municipal. Superintendência de Comunicação Institucional. **Reintegração de posse ameaça moradores no Bairro Santa Tereza**. Belo Horizonte, 5 abr. 2019a. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2019/04/reinte>

gra%C3%A7%C3%A3o-de-posse-amea%C3%A7a-moradores-no-bairro-santa-tereza. Acesso em: 9 set. 2023.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Unidades produtivas coletivas e comunitárias**. Belo Horizonte, 13 maio 2019b. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/fomento/sistemas-de-producao/coletivas-e-comunitarias>. Acesso em: 8 set. 2023.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Edital nº 010/2020, de 27 de abril de 2020**. Dispensa de licitação. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2020a. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/prodabel/licitacao/dispensa-de-licitacao-010-2020>. Acesso em: 7 set. 2023.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cultura. Deliberação nº 089/2020, de 28 de novembro de 2020. [Aprovação de registro imaterial como Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte da Comunidade Quilombola Souza]. **Diário Oficial do Município**: Poder Executivo, Belo Horizonte, ed. 6154, p. 1-2, 30 nov. 2020c. Disponível em: [https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/fundacao-municipal-d-e-cultura/2020/del\\_089\\_2020\\_quilombo\\_souza.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/fundacao-municipal-d-e-cultura/2020/del_089_2020_quilombo_souza.pdf). Acesso em: 5 set. 2023.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Diretoria de Patrimônio Cultural e Arquivo Público. Fundação Municipal de Cultura. **Relatório técnico relativo à solicitação de abertura de processo de registro imaterial para o território denominado Largo do Rosário (Confluência das ruas da Bahia e Timbiras)**. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, 2021. Disponível em: [https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/fundacao-municipal-d-e-cultura/2021/relatorio\\_tecnico\\_dpca\\_largo\\_do\\_rosario\\_ret.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/fundacao-municipal-d-e-cultura/2021/relatorio_tecnico_dpca_largo_do_rosario_ret.pdf). Acesso em: 7 set. 2023.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Mercado distrital de Santa Tereza**. Belo Horizonte, 22 mar. 2022a. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/comercializacao/mercados-municipais/mercado-distrital-de-santa-tereza>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Largo do Rosário recebe registro provisório de patrimônio cultural imaterial**. Belo Horizonte, 30 mar. 2022b. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/largo-do-rosario-recebe-registro-provisorio-de-patrimonio-cultural-imaterial#:~:text=O%20Largo%20do%20Ros%C3%A1rio%20%C3%A9,1819%2C%20no%20Curral%20Del%20Rey>. Acesso em: 8 set. 2023.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Seminário Kilombu**. Belo Horizonte, 2 maio 2022c. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/eventos/seminario-kilombu>. Acesso em: 8 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. In: BRASIL. **Colleção das leis do imperio do Brazil de 1888**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 1. (Atos do Poder Legislativo, parte I, tomo XXXV). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim3353.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.353%2C%20DE%2013,Art](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.353%2C%20DE%2013,Art). Acesso em: 9 set. 2023.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 140, n. 227, p. 4, 21 nov. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007**. Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres. [Brasília, DF]: Fundação Cultural Palmares, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos-menu-acesso-a-informacao/legislacao/legis21.pdf>. Acesso em: 2 maio 2023.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. Portaria nº 126, de 16 de julho de 2019. Certifica que a comunidade, a seguir identificada, se autodefiniu como remanescente de quilombo. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 157, n. 137, p. 8, 18 jul. 2019. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/07/2019&jornal=515&pagina=8>. Acesso em: 2 maio 2023.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Estrutura organizacional**. Brasília, DF, 26 out. 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/palmares/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/copy\\_of\\_estrutura-organizational](https://www.gov.br/palmares/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/copy_of_estrutura-organizational). Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **[Página inicial]**. Brasília, DF, [2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br>. Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **História – Belo Horizonte (MG)**. Brasília, DF, c2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1832/>. Acesso em: 6 abr. 2023.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, E. **O quilombo dos palmares**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

CEDEFES. **Manifesto em defesa da comunidade tradicional quilombola Família Araújo, de Betim, MG**: da negra escravizada Rita Araújo até o Seo Zé Preto, uma história de resistência a muitos tipos de escravidão. Belo Horizonte, 19 abr. 2022. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/manifesto-em-defesa-da-comunidade-tradicional-quilombola-familia-araujo-de-betim-mg-da-negra-escravizadas-rita-araujo-ate-o-seo-ze-preto-uma-historia-de-resistencia-a-muitos-tipos-de-escravidao/>. Acesso em: 9 fev. 2023.

DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

DIAS, F. M. [BARRETO, ABÍLIO]. **Traços históricos e descritivos de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Typ. do Belo Horizonte, 1897.

**ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO DO KILOMBO FAMÍLIA SOUZA ENQUANTO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE BELO HORIZONTE**. BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2020b.

FERREIRA, A. B. DE H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1989, 1864p.

FREITAS, D. **Palmares: a guerra dos escravos**. Porto Alegre: Movimento, 1971.

GOMES, A. M. S. **Por uma escuta sensível: O que dizem crianças e adolescentes candomblecistas a respeito de suas experiências religiosas considerando o contexto socioeducacional que vivem?** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

HARTMAN, S. **Vênus em dois atos**. Tradução: Fernanda Silva e Sousa, Marcelo R. S. Ribeiro. **Dossiê Crise, Feminismo e Comunicação**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020. Disponível em: [https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/27640](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640). Acesso em: 8 set. 2023.

IGLÉSIAS, F.; RIBEIRO, J. L.; ASSIS, L. F.; CARVALHO NETO, M. A constituinte mineira de 1891. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 71, p. 163-245, jul. 1990.

MARTINS, D. L. Entrevista cedida em agosto de 2020. *In*: ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO. BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Estudos para dossiê de registro do**

**Kilombo Família Souza enquanto patrimônio cultural imaterial de Belo Horizonte.** Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2020. p. 55.

MARTINS, Gláucia. **Conversa via Whatsapp.** Destinatário: Daniel Henrique de Menezes Dias. [S. l.], 5 nov. 2022. 1 mensagem eletrônica.

MARTINS, L. M. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. **Língua e Literatura: Limites e Fronteiras**, Santa Maria, n. 26, p. 63-81, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11881/7308>. Acesso em: 8 set. 2023.

MARTINS, L. M. **Afrografias da memória:** o reinado do rosário no Jatobá. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2021.

MARTINS, L. M. **Performance do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MAYER, J. G. M. Entrevista cedida em setembro de 2020. *In*: ESTUDOS PARA DOSSIÊ DE REGISTRO. BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Estudos para dossiê de registro do Kilombo Família Souza enquanto patrimônio cultural imaterial de Belo Horizonte.** Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MINAS GERAIS. **Constituição, de 15 de junho de 1891.** Belo Horizonte: Congresso Constituinte do Estado, 1891. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/CON/1891/1891/>. Acesso em: 8 set. 2023.

MINAS GERAIS. **Lei nº 21.147, de 14 de janeiro de 2014.** Institui a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais. Belo Horizonte: Governo do Estado, 2015. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-21147-2014-minas-gerais-institui-a-politica-estadual-para-o-desenvolvimento-sustentavel-dos-povos-e-comunidades-tradicionais-de-minas-gerais>. Acesso em: 8 set. 2023.

MOURA, C. **Quilombos:** resistência ao escravismo. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MUSA, P. M. **Quem vê cara não vê ancestralidade:** arquivos fotográficos e memórias insurgentes de Belo Horizonte. 2022. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura e Design, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo:** documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed. Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.



NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Organização: Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

ÔRÍ. Direção e produção: Raquel Gerber. Intérpretes: Maria Beatriz Nascimento. Roteiro: Maria Beatriz Nascimento. [S. l.]: Transvídeo, 1989. 1 filme (100 min), son., color.

PEREIRA, J. A. **Para além do horizonte planejado**: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte (séculos XIX e XX). 2019. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019a.

PEREIRA, J. A. Pós-emancipação, racismo estrutural e produção de esquecimento acerca da população de africanas/os e descendentes em narrativas de memórias das cidades: o caso de Belo Horizonte. *In*: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 9., 2019, Florianópolis. [Anais]. Florianópolis: UFSC, 2019b.

PEREIRA, J. A. A eloquência dos silêncios: memória das experiências negras na história. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 19 nov. 2021. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2021/11/19/interna\\_pensar,1323917/a-eloquencia-dos-silencios-memoria-das-experiencias-negras-na-historia.shtml?fbclid=IwAR3GilqhBz9p-S6oPGQpwRWjV33kKw9E1QKY4blZesk01565MFJi3AqXlok](https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2021/11/19/interna_pensar,1323917/a-eloquencia-dos-silencios-memoria-das-experiencias-negras-na-historia.shtml?fbclid=IwAR3GilqhBz9p-S6oPGQpwRWjV33kKw9E1QKY4blZesk01565MFJi3AqXlok). Acesso em: 5 abr. 2023.

ROCHA; C. C.; BITTENCOURT, E. M. R. Território em produção: contribuições ao desenho urbano a partir da morfologia autoconstruída. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, 3., 2018, Salvador. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ANPUR, 2018.

SANTOS, M. A. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. *In*: BOLETIM GAÚCHO DE GEOGRAFIA, 21, 1996. [Associação dos Geógrafos Brasileiros]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

SANTOS, S. B. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, [s. l.], n. 10, p. 129-136, jan. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/3zsW4C3r6CFYcnx8sPSDrdk/>. Acesso em: 8 set. 2023.

SILVA, R. A. **Lei áurea**. 1888. 1 imagem digitalizada, color. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei\\_%C3%81urea#cite\\_note-books.google.ca-1](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_%C3%81urea#cite_note-books.google.ca-1). Acesso em: 9 set. 2023.

SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

TEIXEIRA, E. N. **Álbum católico do estado de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1923.

VEIGA, C. G. **Cidadania e educação na trama da cidade**: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX. 1994. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

VIEIRA, C. M. A.; DIAS, D. H. M.; BRITO, P. A. Contextualizando o Kilombo Souza. **Urbe Urge**. Belo Horizonte, 14 jul. 2021a. Disponível em: <https://bdmgcultural.mg.gov.br/urbeurge/processos/interlocutor/bdmgcultural/contextualizando-o-kilombo-souza/>. Acesso em: 4 jul. 2023.

VIEIRA, C. M. A.; DIAS, D. H. M.; BRITO, P. A. Intercâmbio e trocas culturais: narrativas possíveis das tecnologias ancestrais junto ao cerbambu. **Urbe Urge**. Belo Horizonte, 21 set. 2021b. Disponível em: <https://bdmgcultural.mg.gov.br/urbeurge/processos/page/4/>. Acesso em: 4 jul. 2023.

VIEIRA, C. M. A.; DIAS, D. H. M.; BRITO, P. A. Bambuzerias-escolas nos quilombos: intercâmbio entre cerbambu e quilombos em BH. **Urbe Urge**. Belo Horizonte, 16 nov. 2021c. Disponível em: <https://bdmgcultural.mg.gov.br/urbeurge/processos/interlocutor/bdmgcultural/bambuzeria-s-escolas-nos-kilombos-intercambio-entre-cerbambu-e-kilombos-em-bh/>. Acesso em: 4 jul. 2023.